

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

Simone Silveira dos Santos

**O PEDAGOGO E OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO FORMAIS: CONHECENDO
AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs) DE PARANAÍBA – MS**

Paranaíba-MS

2014

Simone Silveira dos Santos

**O PEDAGOGO E OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO FORMAIS: CONHECENDO
AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs) DE PARANAÍBA – MS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Lucélia Tavares Guimarães.

Paranaíba – MS

2014

S238p

Santos, Simone Silveira dos

O pedagogo e os espaços educativos não formais: conhecendo as organizações não governamentais (ONGs) de Paranaíba - MS/Simone Silveira dos Santos. - Paranaíba, MS: UEMS, 2014.

124f.; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Lucélia Tavares de Guimarães.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Pedagogo. 2. Práticas Pedagógicas. 3. ONGs. I. Santos, Simone Silveira dos. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Mestrado em Educação. III. Título.

CDD – 370.71

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

SIMONE SILVEIRA DOS SANTOS

**O PEDAGOGO E OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO FORMAIS: um estudo
exploratório nas Organizações não Governamentais (ONG) de Paranaíba-MS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 06 de agosto de 2014

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Lucélia Távares Guimarães (Orientadora)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Profa. Dra. Karin Adriane Hugo Lucas
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)



Profa. Dra. Maria Silvia Rosa Santana
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

DEDICATÓRIA

*Dedico à minha Filha,
Meu Esposo,
e meus Pais.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, em primeiro lugar, por sempre revigorar minhas forças e me permitir chegar até aqui. Ter fé sempre!

Agradeço ao meu **Esposo**, a imensa compreensão e parceria. Sem você a realização deste trabalho não seria possível. Obrigado pela cumplicidade, pela força, por nunca desistir e pelos puxões de orelha, pois foram fundamentais para o meu aprendizado Obrigado por acreditar! Eu te amo!

Agradeço à minha **Filha**, primeiro por me permitir vivenciar essa experiência impar, a maternidade e, por fim, por trazer novos desafios para a minha vida. A você devo minha motivação. Seus sorrisos sempre revigoraram minhas forças e me fizeram perseverar mais um pouco.

Pai e Mãe, mesmo sem instrução, sempre mantiveram vivo o desejo de lutar e, sempre conscientes que o único caminho era a educação. Sem esse aprendizado eu nunca teria persistido. Obrigado!

Obrigado aos **amigos** que se fizeram presente nesta caminhada, não me sinto no direito de citar nomes, pois todos contribuíram de uma forma ou de outra.

Obrigada **comadres Ana Paula e Cássia**, pois a atenção e compreensão que me dedicaram durante esse período foi fundamental, o apoio incondicional e a crença em que eu sairia vitoriosa me sustentaram durante essa jornada.

Obrigado **Nilda!** Além de chefe, uma amiga fantástica, que me apoio em todos os momentos. Obrigado pela compreensão, por segurar as pontas sempre que foi necessário (e olha que não foram poucas as vezes).

Obrigado **ONGs** Legião da Boa Vontade e Obras Sociais Jesus Consolador, pois sem vocês a realização desta pesquisa não seria possível. Obrigado pelo carinho e interesse.

Um obrigado especial as **pedagogas** que participaram da pesquisa, pois sempre se mostraram muito solícitas, cooperando com tudo que foi necessário. Obrigado, pois sem vocês este trabalho não teria sentido.

Orientadora, nem tenho palavras para expressar a tamanha gratidão que sinto por ti. “Tu sabes”. Obrigado pela paciência, pela orientação, pelos conselhos e gesto de carinho. Sem você jamais conseguiria. Obrigado pelas “crises” que provocou na minha vida, me tirando um chão de ilusão e apresentando um mundo a ser explorado, investigado, pensado.

Aos **companheiros** de turma, pois todos, cada um ao seu modo, colaborou para o meu processo de amadurecimento profissional. Agradeço a oportunidade de vivenciarmos este momento juntos.

Agradeço aos **professores**, pois sempre contribuíram muito em minha caminhada. Aprendi muito com vocês.

Agradeço a **banca**, pois sei que suas considerações só têm a contribuir para o meu crescimento e aprendizado.

Por fim, agradeço ao **programa** de Mestrado da UEMS, pois mesmo diante dos grandes desafios que enfrentei durante o curso, sempre se mostrou parceiro. Obrigado!

RESUMO

Em decorrência das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas em nossa sociedade, muitas profissões sofreram modificações e ampliaram seu campo de atuação. O pedagogo é um desses profissionais que estenderam suas práticas para outros espaços sociais, tais como sindicatos, hospitais, empresas, associações e Organizações Não Governamentais (ONGs). A educação hoje não pode mais ser compreendida apenas pela ação educativa que acontece nas escolas, ela acontece em diferentes lugares e em diversas situações. Nesta perspectiva, esta pesquisa visa investigar a atuação do Pedagogo em Organizações Não Governamentais, que desenvolvem projetos de educação não formal no contra turno escolar. Buscamos apresentar este campo de atuação e analisar como acontece essa prática pedagógica, bem como traçar um perfil profissional do pedagogo em Organizações Não Governamentais. Realizamos a pesquisa em duas ONGs do município de Paranaíba – MS, sendo elas Legião da Boa Vontade (LBV) e Obras Sociais Jesus Consolador (OSJC). A pesquisa tem como suporte teórico alguns autores que discutem sobre práticas não formais de educação: Afonso (1989); Libâneo (2002); Gohn (1991; 2000; 2006; 2010; 2011). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 10 sujeitos, sendo 08 pedagogos ONGs participantes da pesquisa e 02 gestores das ONGs. Os dados foram submetidos a Análise de Conteúdo por meio da análise temática, apresentada em três temas voltadas para a trajetória de formação e atuação do pedagogo nesses espaços. A partir dos dados coletados na investigação, podemos perceber que a educação não formal é um campo que vem se consolidando cada vez mais na sociedade atual, seu conceito assume diferentes nuances, a partir do contexto em que é analisado, bem como do momento histórico em que está situado. O espaço de atuação do pedagogo ampliou-se muito devido as novas exigências de mercado. A prática pedagógica desenvolvida nas ONGs visa a formação humanista do ser, estimulando o senso crítico, a cidadania, o engajamento social. Contudo, verificamos que as únicas formas de formação continuada que o educador participa são as que as próprias ONGs oferecem. Desta forma, torna-se fundamental que o município também ofereça. Não existe uma definição de perfil profissional específica e clara, porém, as entrevistadas acreditam que ter conhecimento teórico, didático e empatia em relação ao outro são características fundamentais para atuar nesta área.

Palavras-Chave: Pedagogo. Educação Não Formal. ONGs. Prática Pedagógica. Formação de Professores.

ABSTRACT

As a result of social, political, economic and cultural transformations in our society, many professions have been modified and expanded its field. The teacher is one of those professionals who have extended their practices to other social spaces, such as unions, hospitals, companies, associations and Non-Governmental Organizations (NGOs). Education today can not be understood only by educational action that happens in schools, it happens in different places and situations. Accordingly, this research aims to investigate the role of pedagogue in NGOs, project developers of non-formal education in the shift from school. We seek to present this field of work and analyze how this happens pedagogical practice and outline a professional profile of the teacher in Non-Governmental Organizations. We conduct research in two NGOs in the municipality of Paranaíba - MS, which were the Legion of Good Will (LGW) and Social Works Jesus Consoler (OSJC). The research is theoretical support some authors arguing over non-formal education practices: Afonso (1989); Libâneo (2002); Gohn (1991, 2000, 2006, 2010, 2011). Semi-structured interviews were conducted with 10 subjects, with 08 NGO educators research participants and 02 managers of NGOs. The data were subjected to content analysis through thematic analysis, presented in three themes aimed at trajectory formation and performance of the teacher in these spaces. From the data collected in the investigation, we can see that non-formal education is a field that is consolidating more and more in today's society, the concept takes on different nuances, from the context in which it is analyzing, as well as the historic moment it is located. The work space educator has expanded greatly due to new market demands. The pedagogical practice developed in NGOs aims to be the humanist education, encouraging critical thinking, citizenship, social engagement. However, we found that the only forms of continuing education that the educator participates are those NGOs themselves offer. Thus, it becomes essential that the council also bid. There is no definition of professional profiles specific and clear, however, the respondents believe that having theoretical, didactic knowledge and empathy for the other characteristics are fundamental to act in this area.

Keywords: Educator. Non-Formal Education. NGOs Pedagogical Practice. Teacher Training.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
- AC – Análise de Conteúdo
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FIPAR – Faculdades Integradas de Paranaíba
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GIFE – Grupo de Instituições, Fundações e Empresas
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- IES – Instituição de Ensino Superior
- LBV – Legião da Boa Vontade
- LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
- MAPREI – Método de Aprendizagem por Pesquisa Racional, Emocional e Intuitiva
- MARE – Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado
- MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
- ONG – Organizações Não Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OSJC – Obras Sociais Jesus Consolador
- PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família
- PAEIF – Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos
- PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
- UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ONGS NO BRASIL: A DÉCADA DE 1990 EM CONTEXTO	20
1.1 A questão social e a Globalização	30
1.2 Reforma do Estado Brasileiro e o Governo FHC (1995-2002).....	34
2 AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	43
2.1 A Educação Não Formal no Brasil	44
2.2 Os espaços de Educação Não Formal: as ONGs de Paranaíba – MS.....	54
2.2.1 Proposta Pedagógica e Metodológica.....	58
2.2.2 O papel do Pedagogo na LBV	62
2.3 ONG Obras Sociais Jesus Consolador.....	64
3 PERCURSO METODOLÓGICO	70
3.1 Procedimento da coleta de dados.....	70
3.2 Método.....	74
3.2.1 Método Dialético	74
3.3 Análise de Dados	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa a atuação do pedagogo nos espaços de Educação Não Formal, mais precisamente em projetos sociais desenvolvidos por Organizações Não Governamentais – ONGs no Município de Paranaíba – MS.

As práticas do pedagogo nos espaços não escolares, a área da Educação Não Formal, foram se constituindo como um campo de interesse e pesquisa, a partir das minhas práticas profissionais. As inquietações e indagações surgiram no meu caminhar. A cada passo trilhado no campo da Educação Não Formal, a cada desafio encontrado, a cada angústia e vitória, sempre surgia um questionamento. Que campo de trabalho é esse?

Quando comecei a cursar Pedagogia, paralelamente, também comecei a trabalhar em uma ONG. Na época, não era exigido formação para atuar em programas sociais no campo do Terceiro Setor – hoje ainda não é uma exigência, mas as ONGs do município optam por profissionais já formados, devido a grande demanda existente.

Em minha formação inicial não tive a oportunidade de estudar um pouco sobre a área, pois não existia uma disciplina que tratasse do assunto. E isso fortaleceu ainda mais a indagação e a necessidade de investigação e pesquisa. Meu curso me preparava e habilitava para atuar nas séries iniciais e educação infantil do ensino regular, formal.

Quando iniciei meu trabalho na ONG, fui muito bem acolhida e orientada. Minha atuação não se restringia a apenas ensinar algo, mas também à cuidar, a proteger, pois o público-alvo era constituído de crianças que viviam uma realidade complexa. Eram crianças provenientes de famílias com baixo nível econômico e informacional, que viviam (e vivem) em situação de vulnerabilidade e risco social. Informações estas totalmente desconhecidas por mim, mas que exerciam forte influência sobre o meu trabalho.

Os conhecimentos que adquiri sobre o social, que por sinal ainda eram muito superficiais no que se refere à compreender o campo da Educação Não Formal, foram transmitidos pela própria ONG onde atuava.

Desenvolvo meu trabalho no campo da Educação Não Formal há quase dez anos. Iniciei atuando como recreacionista, na época, meu papel era de promover o brincar, desenvolver o senso crítico, o cognitivo e as habilidades artísticas pelo lúdico; depois este cargo passou a se chamar “educadora social”. Com esta denominação vieram maiores responsabilidades, o brincar livre e direcionado, se transformou em projetos sociais, em oficinas organizadas e pré-determinadas para cumprir um objetivo específico, passando a exigir de mim mais dedicação e momentos de estudo. Atualmente sou coordenadora pedagógica e estou nesta função à 6 anos. Junto com a responsabilidade de ser coordenadora,

vieram várias mudanças na área da política social. Um campo de trabalho que antes não tinha nome para nós passa a se constituir e possuir características próprias e a exigir dos profissionais novos conhecimentos.

A prática pedagógica dentro da ONG sempre foi um trabalho que acontecia, com boa vontade e determinação por parte de nós educadores, mas nunca havíamos nos questionado como campo de atuação. Nunca paramos para refletir sobre a área. Nem ao menos imaginávamos que o nosso trabalho se configurava como práticas de Educação Não Formal.

Como coordenadora os desafios se transformaram, pois se antes a dificuldade aparecia na falta de informação para desenvolver a prática pedagógica, agora ela se fortalecia no trabalho de supervisão e acompanhamento pedagógico. Os desafios foram imensos.

Professores da Educação Formal quando chegam para atuar em projetos de Educação Não Formal sentem grandes dificuldades. É outro universo, outra forma de ensinar, outros métodos, outros aprendizados. Como coordenadora, sempre senti grandes dificuldades em colaborar para o processo de adaptação e de trocas com os demais pedagogos, pois as poucas produções científicas existentes sobre a área, não nos forneciam subsídios suficiente para compreender este campo. A falta de conhecimento sobre quais são as características específicas da Educação Não Formal, o que a distingue da Educação Formal, a preocupação em não reproduzir o papel das escolas nesses espaços, sempre se configuravam em lacunas em nossa jornada.

Neste processo de reflexão e de trajetória de atuação em Organizações Não Governamentais, pude constatar que a experiência gera muitos aprendizados, a convivência com demais colegas de profissão também, mas só isso não é suficiente para desenvolver um trabalho bem articulado e coerente com as demandas da Educação Não Formal.

A partir dessas inquietações surgiu o desejo de aprofundar os estudos na área da Educação Não Formal, especificadamente no que tange a atuação do pedagogo, a fim de contribuir para a consolidação deste campo.

Iniciamos nossa busca sobre o tema de estudo a partir de um levantamento de teses e dissertações com o intuito de investigar o que já se produziu a respeito, o que se tem pesquisado sobre Educação Não Formal no Brasil e, em especial, sobre a atuação do Pedagogo nesses espaços.

Atualmente, os espaços de atuação para o pedagogo são diversos, não se restringindo mais ao ambiente escolar, porém, é preciso questionar, porque surgiram tantos espaços de atuação.

Diante disso lançamos o seguinte questionamento que será utilizado como norte para a execução da pesquisa: Mediante as mudanças que vem acontecendo na sociedade atualmente, mais especificamente no mundo trabalho, que demandas que vem sendo feitas a atuação do pedagogo?

Para tanto, esta pesquisa tem como foco a atuação deste profissional em espaços não escolares como os projetos sociais desenvolvidos em Organizações Não Governamentais (ONGs) no Município de Paranaíba/MS.

O objetivo geral da pesquisa é estudar a atuação dos pedagogos em Organizações Não Governamentais. Para tanto, os objetivos específicos são:

- Verificar de que forma a ação pedagógica do Pedagogo nesses espaços de educação não formal vem acontecendo;
- Traçar um perfil profissional do pedagogo em Organizações Não Governamentais.

Atualmente a existem muitas ONGs que desenvolvem projetos sociais e, dentro delas se encontra o pedagogo. Quais fatores levaram este profissional a buscar novos espaços de atuação?

Tem-se a pretensão de contribuir para a pesquisa científica na área, visto que ainda é um terreno pouco desbravado, pois, ao realizar um levantamento no banco da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (IBICT) constatou-se a existência de poucas pesquisas na área.

Para estudar o referido tema, optou-se pela pesquisa qualitativa, que é entendida por Antônio Chizzotti (2006, p. 28) “[...] um termo genérico para designar pesquisas que, usando ou não, quantificações, pretende interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que elas falam e fazem.”

As ONGs que compõem a pesquisa são entidades da sociedade civil, sediadas no município de Paranaíba/MS, e são um exemplo das atuais relações entre Estado e sociedade civil, demarcando espaços de conscientização política, construção de práticas sociopolíticas, assim como a formulação e realização de projetos que visam equacionar problemas sociais, com suas características próprias, trajetórias e práticas.

Partimos para a consulta de livros, periódicos, pesquisando os autores que discutem essa temática, abordando suas diferentes concepções, bem como a pesquisa de artigos científicos que pudessem contribuir para o enriquecimento da pesquisa. E por fim, o

levantamento de teses e dissertações a fim de conhecer o que se tem pesquisado sobre essa área. A revisão bibliográfica:

É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122)

Durante a pesquisa, a revisão e o levantamento de bibliografia relativa ao tema “as práticas pedagógicas do pedagogo nos espaços de educação não formal” foram concomitantes com o trabalho de campo e a análise dos dados obtidos.

Realizamos a pesquisa no banco de teses e dissertações do IBICT. Realizamos três tipos de pesquisa. No primeiro momento utilizando apenas a palavra-chave “educação não formal”, foram encontrados 1350 documentos. Entretanto, o IBICT só permite acesso há 500 documentos, o que necessitou que reformulássemos as palavras-chaves para otimizar o processo de pesquisa. No segundo momento pesquisamos a partir das palavras-chave “pedagogo e educação não formal”, e isso favoreceu que encontrássemos 24 documentos com conteúdos mais direcionados à nossa pesquisa. Num terceiro momento pesquisamos com as seguintes palavras-chave “ONG e pedagogo” e encontramos apenas 1 documento.

Dos documentos pesquisados apenas 10 dissertações e 1 tese que discutem práticas de educação não formal em ONGs e dentre elas, apenas 3 tratam da figura do pedagogo nestes espaços. Abaixo apresentamos o levantamento realizado.

Levantamento de teses e dissertações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT - Dissertações

Neste item, apresentaremos os resultados da revisão de literatura que realizamos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT), nos programas de pós-graduação stricto sensu do Brasil considerando o tema sobre “O Pedagogo em Espaços Não Escolares”.

Num primeiro momento, apresentaremos o resultado geral, de teses e dissertações, em todas as áreas do conhecimento e posteriormente o resultado da pesquisa na área da Educação e, de forma mais aprofundada trabalharemos com as pesquisas que considerarmos ter relação

direta com nosso estudo e que contribuíram para compreensão e análise do objeto e problema de pesquisa.

Ainda são muito recentes as pesquisas que discutem a temática Educação Não Formal e Pedagogo, foram poucas as produções científicas encontradas na área. Abaixo apresentaremos os resultados do mapeamento.

Quadro 01 – Distribuição das 98 pesquisas em todas as áreas do conhecimento, por ano (1997 – 2013) – nível Mestrado

Ano das Produções																
1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
01	0	0	02	0	02	03	02	05	04	07	11	18	12	14	10	07

Fonte: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, BDTD – 2013

Quadro 02 – Distribuição das 15 pesquisas na área, por ano (2003 – 2010) – nível Mestrado

Ano das Produções										
2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	0	0	3	0	2	3	3	2	0	1

Fonte: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, BDTD – 2013

Nos quadros podemos verificar que o total das dissertações produzidas foram: 15 na área da Educação, 98 em diversas áreas do conhecimento. Percebemos que o número de produções desenvolvidas sobre a temática foi pouco expressivo. Anterior ao ano de 2003 não encontramos nenhuma produção científica neste nível que discutisse o assunto. Também se pode notar que a partir de 2008 o interesse por pesquisas na área de Educação Não Formal começou a crescer.

Quadro 03 – Distribuição das 15 Pesquisas na área, por Instituição de Ensino Superior (IES) – nível Mestrado

Instituição	Quantidade de Pesquisa
UNICAMP	02
METODISTA	01
UFV	01
UNISANTOS	02
UERJ	01
UFAL	01
PUC/CAMPINAS	01
PUC/RS	01
UFMA	01
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	01
UFSCAR	01
UFU	01
UFBA	01

Fonte: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, BDTD – 2013

Como nos mostra o quadro acima, há uma concentração de pesquisas nas universidades públicas estaduais (02) e federais (06), concentrando 61,5 % das pesquisas.

Também destacamos um fato que consideramos relevante, a região onde a maioria das pesquisas vem sendo realizadas, as IES estão localizadas no Estado de São Paulo.

Quadro 04 – Distribuição das 15 pesquisas por área, por região do país – nível Mestrado

Unidade da Federação (UF)	Quantidade de Pesquisas
SUDESTE	10
SUL	01
CENTRO-OESTE	01
NORDESTE	03
NORTE	0

Fonte: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, BDTD – 2013

Desta forma, se pode verificar que as maiorias das pesquisas estão concentradas na região Sudeste do país. No quadro abaixo podemos verificar de quais Estados são essas pesquisas.

Quadro 05 – Distribuição das 15 pesquisas na área, por estado da federação – nível Mestrado

Instituição	Quantidade de Pesquisas
SÃO PAULO	07
RIO DE JANEIRO	01
MINAS GERAIS	02
RIO GRANDE DO SUL	01
ALAGOAS	01
GOIÁS	01
BAHÍA	01
MARANHÃO	01

Fonte: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, BDTD – 2013

A partir dos dados apresentados no quadro 05, podemos constatar que o estado de São Paulo concentra 46% das pesquisas e em segundo lugar o estado de Minas Gerais com 13%. Ambos da região Sudeste. Não encontramos pesquisas dos estados do norte.

Em relação às dissertações de mestrado encontradas na área, podemos constatar que ainda existe pouca produção científica na área.

Revisão de Literatura na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT - Teses

Em relação às produções de teses de doutorado, sentimos grandes dificuldades em encontrar pesquisas na área da Educação Não Formal. Foram encontradas poucas produções que discutissem sobre essa área e, em relação a área da pesquisa, o pedagogo em espaços não escolares, encontramos apenas 1 tese que trata do assunto.

Quadro 01 – Distribuição das 21 pesquisas em todas as áreas do conhecimento, por ano (2002 – 2013) – nível Doutorado

Ano das Produções											
2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
03	0	01	02	02	0	02	04	03	02	01	01

Fonte: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, BDTD – 2013

No quadro 01 podemos verificar que o total das dissertações produzidas foi: 21 em diversas áreas. Encontramos apenas 1 tese na área da Educação. Sendo assim, pode-se constatar que existe muito que se pesquisar na área e que tem despertado pouco interesse nesse nível acadêmico.

Das teses e dissertações a que tivemos acesso a partir desta revisão de literatura, consideramos importante destacar algumas, visto que discutem sobre o tema Educação Não Formal e o Pedagogo. Dentre elas destacamos:

- **Tatiane de Fátima Wanzeler Meireles – “O desafio do pedagogo nos espaços de educação não formal” (2011, Universidade Metodista de São Paulo)** – é uma dissertação de mestrado que analisou a trajetória formativa e o processo de atuação do pedagogo em espaços de educação não formal. A pesquisadora apresentou um panorama sobre a Educação Não Formal no Brasil, abordando as diferentes concepções que esta assume e como os autores tratam do assunto para, em seguida, abordar a trajetória dos profissionais. Por meio de entrevistas, a pesquisadora foi investigando como os pedagogos vão se constituindo e construindo sua atuação neste campo e quais são as dificuldades enfrentadas.
- **Terezinha de Jesus Amaral da Silva – “A contribuição do pedagogo em espaços fora da escola” (2009, Universidade Federal do Maranhão)** – é uma dissertação de mestrado que analisa as contribuições do pedagogo num programa socioeducativo desenvolvido pela prefeitura de São Luís (MA). Nesta pesquisa a autora além de investigar a atuação do pedagogo também verifica suas contribuições para a constituição do campo.
- **Lisandra Marisa Príncipe – “Necessidades formativas de educadores que atuam em projetos de educação não formal” (2010, PUC-SP)** – é uma dissertação de mestrado que investiga as necessidades formativas de educadores sociais que atuam em projetos sociais desenvolvidos por Organizações Não Governamentais. A pesquisa

busca identificar quais são os principais desafios enfrentados por estes profissionais e como respondem à eles. A autora discute o campo de atuação e aborda a falta de formação que possibilite uma melhor atuação.

- **Valéria Aroeira Garcia – “A educação não formal como acontecimento” (2009, UNICAMP)** – é uma tese de doutorado que discute o conceito de Educação Não Formal e sua trajetória no Brasil. A autora também discute quais as concepções que os educadores tem sobre esse campo.

- **Deivis Perez – “A formação de professores para Organizações Não Governamentais – ONGs” (2009, PUC-SP)** – é uma tese de doutorado que analisar a formação de professores para trabalhar em ONGs, investigando quais são as matrizes sociopolíticas que orientam essas atividades, quais são as teorias e os modelos de formação que norteiam esse processo formativo realizado por elas.

O levantamento de Teses e Dissertações nos permitiu verificar que existe muito que se pesquisar na área da educação não formal a fim de compreender este campo de atuação que vem se consolidando cada vez mais no cenário nacional.

Utilizamos-nos da pesquisa de campo para conhecer os espaços onde o pedagogo está inserido, a fim de conhecer a rotina, visto que esta técnica nos permite observar os fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, realizando a coleta de dados, a análise e interpretação destes, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. A partir do método dialético podemos investigar o fenômeno a partir das contradições que este apresenta, dialogando com a realidade concreta.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. **No Capítulo I**, o presente trabalho faz uma abordagem sobre a trajetória história das Organizações Não Governamentais (ONGs), em especial no Brasil. Discutimos os fatores que contribuíram para o surgimento deste segmento e sua constituição.

No **Capítulo II** tratamos especificamente da Educação Não Formal. Iniciamos discutindo sua constituição como campo, as diversas concepções existentes para, em seguida, relacionar com o *locus* da pesquisa, os Pedagogos inseridos nos espaços de Educação Não Formal, como as ONGs, no município de Paranaíba – MS.

No **Capítulo III** apresentamos os caminhos percorridos, procedimentos metodológicos utilizados para desenvolver a pesquisa, os dados da pesquisa e os resultados alcançados.

1 ONGS NO BRASIL: A DÉCADA DE 1990 EM CONTEXTO

Na América Latina e no Brasil, este termo “ONG” foi utilizado como uma categoria social, visto que representava um conjunto de organizações que possuíam certas características, posições e papéis equivalentes. Seu nascimento teve um peso importante enquanto fenômeno social. Sua representatividade e atuação é motivo de muita controvérsia dentre autores internacionais e nacionais. Gohn (2011) pontua que para alguns autores as ONGs vêm apenas como uma manobra para desobrigar o Estado com a função social. Contudo, outros autores já defendem (segundo a autora) que, como o Estado não consegue penetrar as microesferas da sociedade, é necessário a intervenção de mediadores para tornar efetiva as políticas públicas.

A definição bem como o seu campo de atuação é algo muito difícil devido à polissemia do termo e a pluralidade e heterogeneidade existente. Podem ser constituídas por grupos de pessoas, clubes de mães, associações de moradores, instituições, desde grupos menos articulados e institucionalizados de alcance local até organizações globais. (PINTO, 2006)

Analisar e debater questões sobre esses atores sociais é sempre muito complexo. Fernandes (1994) elocubra que a dificuldade de definir o termo ONG já começa pela sua negação, ou seja, “[...] não governamental, não são lucrativas, não fazem parte de estruturas maiores, não são representativas, não financiam”. (FERNANDES, 1994, p. 25)

Uma das dificuldades de compreender a natureza e o papel das ONGs está no fato de que, sob uma mesma nomenclatura, podemos encontrar uma infinidade de entidades com histórias, tamanhos, missões, modelos organizacionais e mecanismos de sustentabilidade completamente diferentes uns dos outros. (GOHN, 2008, P. 94)

Esta dificuldade de definição também se dá pelo fato de que sua natureza também é instável, “[...] fruto tanto dos temas ao redor dos quais se organizam quanto de sua instabilidade financeira” (PINTO, 2006, p. 655), visto que atuam por meio de projetos que são financiados por organismos internacionais ou pelo próprio Estado.

A denominação Organização Não Governamental (ONG) foi criada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) após a Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, com o intuito de nomear e definir o papel de organismos que representavam setores da sociedade que não estavam ligados ao governo e às empresas privadas. (GOHN, 1997)

As organizações daquele período histórico, que a ONU passou a denominar como ONGs, direcionavam sua atuação para as áreas de saúde; luta pela democracia e garantia de direitos; apoio as reivindicações de paz e campanhas contra guerras, que os países centrais do capitalismo declaravam contra os países ditos periféricos.

Para Fernandes (1994), os financiamentos estrangeiros, por meio da cooperação internacional, foram cruciais para o desenvolvimento e a repercussão dos movimentos sociais, pois, do contrário, não teriam alcançado a proporção em que se deram.

Para o sistema capitalista é imprescindível que os países mais desenvolvidos contribuíssem com o avanço dos denominados países subdesenvolvidos. Em relação as demandas sociais, uma das estratégias adotadas era financiar ações comunitárias e incentivar movimentos de promoção social nos países do chamado “Terceiro Mundo”. Para tanto, as agências de cooperação internacional, originárias de países dos Estados Unidos e de parte da Europa,

[...] necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, acompanhar a sua execução e prestar contas. Necessitavam de contrapartes com personalidade jurídica, um mínimo de estrutura administrativa e uma afinidade de propósitos. Não tinham como chegar direta e regularmente aos movimentos sociais, pois estes, justamente, careciam de estabilidade institucional. E assim surgiram as ONGs latino-americanas, num jogo de reforços mútuos, como parceiras de cooperação internacional no apoio às ações comunitárias e aos movimentos de promoção social (FERNANDES, 1994, p. 80).

No Brasil, as primeiras ONGs surgiram com origem na Igreja Católica e também na atuação de grupos, principalmente de pesquisadores, comprometidos com o desenvolvimento de projetos de assistência aos movimentos populares. (GOHN, 2008)

Em 1970, surgem novas organizações, agora com um papel de resistência ao regime ditatorial vigente no Brasil neste período. O termo não governamental aqui tem uma representatividade política, de negar e se opor ao que seria governamental e, portanto, representado pelo regime ditatorial no qual o país se encontrava. As ONGs, como escreve Gohn, possuíam um caráter militante, eram associações de cidadãos em parceria com os movimentos sociais.

Nos anos 70-80, as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, estavam por detrás deles na luta contra o regime militar e pela

democratização do país. Ajudaram a construir um campo democrático popular. Nesta fase, as ONGs se preocupavam em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudavam a própria organização a se estruturar, e muitas delas trabalhavam numa linha de conscientização dos grupos organizados. As ONGs eram suportes para a ação dos movimentos. Eram ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes. (GOHN, 2008, p.89)

Fernandes (1994, p. 79) elucida que os movimentos sociais desta época se desenvolveram sem contar com o apoio dos recursos locais, não tinham relação com o Estado e nem parcerias com empresas privadas. “Foram caracteristicamente pobres, portanto, tanto no público-alvo quanto nos meios de que dispunham.” Os únicos recursos que conseguiam mobilizar eram os advindos da cooperação internacional. “Sem os financiamentos estrangeiros, os movimentos não teriam acontecido o volume e na forma em que se deram.”

O caráter “não governamental” das agências financiadoras foi decisivo para as circunstâncias. Financiamentos feitos por governos estrangeiros devem passar pelos governos nacionais, mas agências não governamentais podem relacionar-se diretamente com grupos civis, desde que não sejam proibidos por lei; e, na maior parte da América Latina, este era um caso desconhecido das leis. Ocorre, inclusive, que em situações extraordinárias agências não governamentais de atuação internacional estabeleçam relacionamentos sigilosos, como, por exemplo, para a defesa dos direitos dos presos políticos em regimes autoritários. (FERNANDES, 1994, p. 79)

Nesse momento histórico, as ONGs funcionavam como um suporte da "cooperação internacional", como foi mencionado acima e, isso favoreceu a expansão desses organismos, num contexto em que tenderam a fortalecer a oposição política à ditadura militar. Nesse momento, a função social das ONGs era de parceria com os movimentos sociais - auxiliando na formulação de políticas públicas, sendo coadjuvante fundamental na relação movimento social/população e Estado, já que contribuía na organização interna e na articulação de tais movimentos. (MONTAÑO, 2003)

Com o intuito de melhor compreender a definição de movimentos sociais recorreremos a interpretação da autora Gohn (1997, p. 251-252) que diz que:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a deferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria

uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privado, participam direta ou indiretamente da luta política de um país e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média e longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionária, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem em suas ações. Eles tem como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agenda de atuação construída ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.

Então os movimentos sociais são compostos por atores sociais de diferentes classes que se articulam em torno das problemáticas que afligem a sociedade. Diferentemente das organizações que se articulam em cima de temáticas específicas. Os movimentos sociais são articulados, mas menos burocráticos, sistematizados, por isso atuam em parcerias com ONGs. A função dos movimentos sociais é pressionar o Estado para que os direitos do cidadão sejam efetivados (seja lutando para garanti-los, ou fiscalizando). Outro fator importante é que as ONGs possuem uma relação com a sociedade de solidariedade, já os movimentos sociais atuam na defesa de interesses comuns, são grupos que se unem por uma causa própria.

Gohn (1997) pontua que, em síntese, a diferenciação está em que os movimentos sociais são de militância politização da sociedade civil, enquanto as ONGs do terceiro setor, são ações de parceira com o Estado.

As ONGs não nasceram para substituir os Movimentos Sociais. Existe uma relação direta entre os movimentos sociais e as ONGs e essa articulação entre eles de um lado deu aos movimentos sociais infraestrutura para sobreviver e maior qualificação de suas ações, e por outro lado, deu maior visibilidade as ONGs ligadas a eles. Cabia as ONGs contribuírem para a organização e articulação dos movimentos sociais, além de transferirem para eles os recursos capitados dos organismos internacionais.

As ONGs cidadãs e militantes estiveram por detrás da maioria dos movimentos sociais populares urbanos que delinearum um cenário de participação

na sociedade civil, trazendo para a cena pública novos personagens, contribuindo decisivamente para a queda do regime militar e para a transição democrática no país. (GOHN, 2011, p. 83-84)

Gohn (2011) aponta para a forte influência que as ONGs sofreram a partir dos financiamentos que recebiam, pois estes reorientavam sua forma de atuação.

A escassez de recursos das agências de cooperação internacional e a mudança interna em seus critérios e diretrizes – de assessoria técnica para geradora de fundos financeiros – criou um cenário que levou à necessidade de elas gerarem recursos próprios e lutarem pelo acesso aos fundos públicos. Tiveram então que proceder reengenharias internas e externas para sobreviver. E alteraram seus procedimentos. Passaram a buscar a autossuficiência financeira. Tiveram que encontrar/construir ou incrementar caminhos no setor de produção. (GOHN, 2011, p. 84)

As atividades de militância política ficaram em segundo plano, visto que as atividades produtivas tinham que ganhar centralidade dada as circunstâncias de crise financeira à que as ONGs se encontravam. Gohn (2011, p. 85) esclarece que se antes um determinado movimento, como o dos seringueiros, por exemplo, tinham que lutar por seus “[...] direitos ou contra a opressão dos grandes latifundiários, dos donos das madeireiras etc. Ele lutará basicamente para vender seus produtos em mercados mais competitivos.”

A qualificação profissional também se tornou uma necessidade para o funcionamento das ONGs. De acordo com Gohn (2011, p. 85) as palavras “eficiência” e “produtividade” passaram a fazer parte da rotina das instituições a fim de garantir sua sobrevivência. “Ter pessoal qualificado com competência para elaborar projetos com gabarito passou a ser a diretriz central, e não mais a militância ou o engajamento anterior à causa em ação.”

Nos anos 90, surge no cenário nacional, ONGs que segundo Gohn, são “[...] próximas do modelo norte-americano *non-profits*”. Estas são articuladas às políticas neoliberais, agindo dentro da filantropia empresarial, desenvolvendo projetos voltados para atender problemas específicos como situações de risco, violência, etc. Desta forma, as ONGs que seguiram por este caminho, passaram a ser responsáveis por dar respostas à “questão social”.

Gohn ainda afirma que estas ONGs não se colocam contra o Estado, pelo contrário, se autodeterminam parceiras deste. São instituições privadas que desenvolvem seu trabalho em espaços públicos não estatais, se caracterizando assim, no que Fernandes denomina de “público, porém privado”, ou seja, “o conceito denota um conjunto de organizações e iniciativas que visam à produção de bens e serviços públicos”. (FERNANDES, 1994, p. 21) São instituição que prestam serviços sem gerar lucros para si, atuando para responder as necessidades/demandas coletivas.

Ao lado das ONGs cidadãs, que eram responsáveis por dar suporte aos movimentos sociais, surgem as entidades que se autodeterminavam de Terceiro Setor, tornando-se instituições autônomas, desvinculadas dos movimentos sociais. Gohn (2008) cita que as ONGs cidadãs que sobreviveram sofreram várias modificações, sendo elas:

a) A maioria delas adotaram a perspectiva de intervenção direta no meio popular e não mais se posicionam apenas como executoras de atividades de assessoria. A intervenção direta confere às ONGs um novo protagonismo: trata-se de exercer um papel ativo, que tem como perspectiva produzir conhecimento e democratizar informações. b) As ONGs se especializam em temas e assuntos tais como: atuação com mulheres com problemas de saúde, crianças e adolescentes (principalmente depois do estabelecimento do ECA); políticas públicas (saneamento, problemas urbanos, e especificidades no seu interior como o orçamento público), formação sindical, produção alternativa no campo etc.

Após ganhar mais visibilidade no cenário nacional, as ONGs passaram a não prestar mais serviços de assessoria aos movimentos sociais, tornaram especialistas em temáticas mais específicas e a atuar de forma mais focalizada. Gohn (2008) ainda elucida que essa especialidade das ONGs não foi o motivo de sua fragmentação. O real motivo foi

[...] o crescimento e o fortalecimento do pólo associativo do Terceiro Setor, pouco ou nada politizado, com compromissos genéricos sobre o combate à exclusão social, com discurso diluidor dos conflitos sociais, preocupado apenas com a inclusão social em termos de integração social ao *status quo* vigente, sem questionar as bases do modelo de desenvolvimento vigente; a opção das ONGs pelo trabalho institucionalizado, que é uma necessidade, mas priorizando a vida das parcerias com as políticas públicas estatais; decorrente do item anterior, o trabalho com as políticas públicas levou a trabalhos concentrados em projetos e programas focalizados, para clientelas específicas, desconsiderando-se os processos, os conflitos envolvidos e a universalização das demandas. (GOHN, 2008, p. 90-91)

A partir do momento em que as ONGs optaram pelo trabalho institucionalizado, seguindo o padrão empresarial, começaram a se integrar cada vez mais as políticas neoliberais, sua atuação torna-se contaminada da ideologia dominante, perdendo de vista as demandas universais, ou seja, os conflitos de classes. Ao se tornar parceira do Estado e adotar um “discurso diluidor de conflitos sociais”, as ONGs favorecem a alienação de seus

integrantes, a partir do momento em que começa a atuar em problemáticas específicas, minimizando ou afastando o Estado em suas responsabilidades com a sociedade.

Desta forma, novamente as ONGs cidadãs tiveram que se transformar buscando qualificação dos atores sociais, clientelas das políticas em parceria. E isso se deve a sua nova conjuntura econômica resultante dos critérios impostos pelos organismos de cooperação internacional para apoiarem os projetos. A principal preocupação fundamentava-se na “transmissão de saberes e de valores aos agentes envolvidos, tratados como sujeitos de uma história em construção, dotados de um saber próprio, que necessitava ser despertado.” (GOHN, 2008, p. 93)

O que é uma ONG? É preciso primeiro compreender no que se configura, para depois analisar sua atuação. Neste sentido, Camba (2004, p. 16-17) apresenta uma definição de ONGs e sua função:

[...] As ONGs são associações civis e autônomas, não estatais, sem fins lucrativos e em sua maioria são suprapartidárias. Afirmam seus objetivos sociais e seu campo de atuação na sociedade civil. [...] As ONGs são organizações que objetivam não apenas a satisfação das necessidades e interesses de determinados grupos da sociedade, mas também e, especialmente, mudanças globais através da influência política (atuam no intuito de influenciar políticas públicas). As ONGs possuem tanto uma função social como uma função política.

No final da década de 1980, início da década de 1990, houve um crescimento expressivo na quantidade e na importância das organizações não governamentais, devido principalmente ao avanço das políticas neoliberais. Através de eventos importantes, com a cobertura da imprensa, como foi a ECO-92, que reuniu organizações governamentais e não governamentais do mundo inteiro, começaram a ganhar espaço.

Aliás, as ONGs passaram a ter muito mais importância nos anos 90 do que os próprios movimentos sociais. Tratam-se de ONGs diferentes das que atuaram nos anos 80 junto com os movimentos populares. Agora são ONGs inscritas no universo do Terceiro Setor, voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, atuando em áreas onde a prestação de serviços sociais é carente ou até mesmo ausente, como na educação e saúde, para clientelas como meninos e meninas que vivem nas ruas, mulheres com baixa renda, escolas de ensino fundamental, etc. (GOHN, 2003, p.22)

As ONGs que entraram em cena passam a atuar como parceiras do Estado, como prestadoras de serviços sociais, atuando em problemáticas focalizadas, por áreas. Com efeito, isso gera um enfraquecimento dos movimentos, uma vez que há um distanciamento das lutas de classes. Logo os movimentos começam a se enfraquecer, pois se vinculam a uma condição de interesses específicos e não mais de coletividade, o que vem a deturpar a questão política e a militância, que até então, eram questões centrais dos movimentos sociais combativos. Contudo, isso faz com que os movimentos se percam, e assim vão desaparecendo (GOHN, 1997).

Em suma, o enfraquecimento dos movimentos sociais foi fruto da falta de compreensão da dimensão política do trabalho que é realizado em seu bojo. No lugar do movimento social de características combativa, de lutas, que se opunha ao Estado, surgem os novos movimentos, fragmentando as lutas, desconsiderando a coletividade, atuando em demandas específicas.

Com a multiplicação das ONGs no país os serviços oferecidos foram se diversificando cada vez mais e se expandindo, a pluralidade de especialidades e de demandas foi vasta.

Trata-se agora de uma rede de centros comunitários, creches, centros culturais, oficinas para jovens, escolas para qualificação de trabalhadores no setor de serviços (principalmente informática), pequenas cooperativas de produção e comercialização de produtos de uso doméstico (como produtos de limpeza), galpões de reciclagem de produtos, produção de alimentos alternativos ou sem agrotóxicos, fabriquetas de tijolos e mourões, apiários, granjas “caipiras”, produção caseira de queijos e doces, e uma infinidade de outras atividades que aglutinam os moradores das periferias nas grandes cidades, organizados em pequenos centros comunitários populares. (GOHN, 2008, p. 94)

Destarte, considerando a variedade de organizações que se reivindicavam o título de ONG, surgiu então a necessidade de criar uma delimitação para o termo ONG. Para tal, nasce em 1991 a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, que surge com o papel de dar uma homogeneidade conceitual a estas organizações.

Segundo seu estatuto, seus objetivos são:

- promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e a consolidação de uma democracia participativa;

- consolidar a identidade das ONGs brasileiras, afirmando sua autonomia face ao Estado, aos partidos políticos, às Igrejas e aos movimentos populares;
- defender os interesses comuns de suas associadas;
- estimular diferentes formas de intercâmbio, interajuda e solidariedade, inclusive financeira, entre as associadas, contribuindo para a circulação de informações, a consolidação e o diálogo com instituições similares de outros países e a informação sobre a atuação de agências governamentais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento;
- combater todas as formas de discriminação, racial, étnica e de gênero, enquanto obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais;
- ser um instrumento de expressão, em âmbito nacional e internacional, das contribuições e propostas, opiniões e alternativas das ONGs frente ao desafio do desenvolvimento;
- promover cursos, seminários, encontros, foros de debates e grupos de trabalho, para o aprofundamento de temas relevantes da realidade nacional e internacional; Parágrafo Único - É vedado à ABONG avaliar projetos e intermediar a negociação de recursos das ONGs associadas. (Estatuto da ABONG, 1998)

Neste cenário, surgem entidades "autodeterminadas Terceiro Setor (mais articuladas à empresas e fundações)" (GOHN, 2008, p.89), termo este que foi importado dos Estados Unidos. O primeiro setor é constituído pelo Estado e pelas instâncias públicas, o segundo setor engloba a esfera privada (mercado) e o terceiro setor é formado por organismos e iniciativas privadas. Montañó (2003, p. 56) aponta que:

[...] integram o “terceiro setor” as organizações não governamentais (ONGs), as organizações sem fins lucrativos (OSFL), as organizações da sociedade civil (OSC), as instituições filantrópicas, as associações de moradores ou comunitárias, as associações profissionais ou categoriais, os clubes, as instituições culturais, as instituições religiosas, dentre tantos outros “exemplos”.

Ao se denominar Terceiro Setor e voltar sua atuação para preencher as lacunas deixadas pelo Estado, no que se refere às demandas sociais, as ONGs sofrem uma fragmentação em suas ações, favorecendo seu enfraquecimento político.

O crescimento e o fortalecimento do pólo associativo do Terceiro Setor, pouco ou nada politizado, com compromissos genéricos sobre o combate à exclusão social, com discurso diluidor dos conflitos sociais, preocupados apenas com a inclusão social em termos de integração social ao *status quo* vigente, sem questionar as bases

do modelo de desenvolvimento vigente; a opção das ONGs pelo trabalho institucionalizado, que é uma necessidade, mas priorizando as vias das parcerias com as políticas públicas estatais; decorrente do item anterior, o trabalho com políticas públicas levou a trabalhos concentrados em projetos e programas focalizados, para clientela específicas, desconsiderando-se os processos, os conflitos envolvidos e a universalização das demandas. (GOHN, 2008, p.90-91)

Este termo "Terceiro Setor", Fernandes (1994, p.21) define como um conceito que "denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos."

Na Cartilha do Terceiro Setor da ABONG, encontramos a seguinte definição:

No Brasil, a denominação Terceiro Setor é utilizada para identificar as atividades da sociedade civil que não se enquadram na categoria das atividades estatais (Primeiro Setor, representado por entes da Administração Pública) ou das atividades de mercado (Segundo Setor, representado pelas empresas com finalidade lucrativa). Em linhas gerais, o Terceiro Setor é o espaço ocupado especialmente pelo conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos que realizam atividades complementares às públicas, visando contribuir com a sociedade na solução de problemas sociais e em prol do bem comum. (2007, p.08)

Com a democratização do Brasil vem o "Neoliberalismo" como uma estratégia de expansão do capitalismo.

Durante as décadas de 1980 e 1990, o chamado "discurso único" propôs o fim da utopia socialista e, assim, dos embates ideológicos (o "fim da história"), com a hegemonia absoluta do mercado, entendido como entidade quase metafísica. Trata-se de uma retomada da concepção inaugurada por Adam Smith, na Inglaterra, no séc. XIII. Nessa visão, o "mercado" das trocas financeiras e comerciais é visto como harmonizador ou catalisador "automático" de todos os interesses dos indivíduos, o locus principal da conciliação do conjunto de interesses individuais. Porque Adam Smith preconizava a não regulamentação do mercado, foi chamado de "liberal". Daí a retomada de seus princípios ser conhecida como "neoliberalismo" (NAVES, 2005, p. 565).

Conforme Gohn (2001), ao longo dos anos de 1980, com a transição democrática, os movimentos sociais foram modificando suas posturas combativas e passaram a ser interlocutores privilegiados com o Estado. Contudo, é preciso elucidar, mesmo que brevemente, este terreno sob o qual as ONGs vem se movimentando.

1.1 A questão social e a Globalização

Até a década de 1980, o capitalismo possuía um perfil liberal, ou seja, havia concorrência entre as empresas, os Estados procuravam fortalecer as burguesias de seus países, a questão social era uma das prioridades públicas. Com o avanço da tecnologia, ocorre um fenômeno conhecido como globalização.

Na globalização a soberania do Estado é deixada de lado, completamente ignorada, as fronteiras nacionais são desrespeitadas, as empresas e as mídias passam a operar em nível mundial (conforme seu poder econômico), o capital passa a circular livremente, sem barreiras. A busca desenfreada por lucros e expansão afasta o princípio ético, passando a prevalecer a lei do mais forte.

O modo capitalista de produção na era da globalização transforma sua atuação e amplia seu alcance. Ianni (2010) cita o exemplo da metáfora sobre a “fábrica global”.

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissoras de televisão, videoclipe, fax, rede de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumo. Provoca a desterritorialização e a reterritorialização das coisas, gentes e idéias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos. (IANNI, 2010, p. 19)

A dinâmica da sociedade no final do século XX engendra um conjunto de transformações sócio-históricas que influenciam diretamente a relação entre Estado e sociedade. Dentre essas transformações está a transferência de responsabilidade (para o mercado e o Terceiro Setor) com as sequelas sociais geradas por profundas desigualdades históricas entre classes.

As políticas sociais são transferidas para o mercado ou sociedade civil, privatizadas e focalizadas, ou seja, dirigidas para setores com carências pontuais. O autor ainda afirma que são descentralizadas administrativamente, “uma desconcentração financeira e executiva, mantendo uma centralização normativa e política”. (MONTÃO, 2008, p. 03)

Significa a existência de três tipos de respostas: A **precarização** das políticas sociais fornecidas pelo Estado, focalização e descentralização. **Privatização** da seguridade e das políticas sociais, gerando a **re-mercantilização** dos serviços sociais, ou seja, a transformação

destes serviços em mercadorias e vendidos ao consumidor; e a **re-filantropização** das respostas a “questão social”, a transferência dos serviços para a sociedade civil.

Portanto, com este triplo processo, no âmbito do “terceiro setor”, de precária intervenção estatal, de re-filantropização da “questão social”, acompanhada de uma re-mercantilização desta, desenvolvida pela empresa privada, consolidam-se três modalidades de serviços de qualidades diferentes – o privado/mercantil, de boa qualidade; o estatal/”gratuito”, precário e o filantrópico/voluntário, geralmente também de qualidade duvidosa – para duas categorias de cidadãos: os integrados/consumidores e os excluídos/assistidos. (MONTAÑO, 2008, p. 04)

Montaño escreve que ao mesmo tempo em que o Estado de Bem-Estar¹ é instrumento para a ampliação da acumulação capitalista, também incorpora demandas sociais, se tornando instrumento para satisfação das necessidades e reivindicações das classes trabalhadoras. “O capital luta por instrumentalizar a sociedade civil – torná-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável.” (MONTAÑO, 2008, p. 06)

Nessa perspectiva, a estratégia dos governos neoliberais, como no Brasil, é a precarização das políticas sociais públicas, reduzindo significativamente a prestação de serviços sociais em quantidade, qualidade e variabilidade. Na verdade, busca-se a descaracterização e anulação da condição de direito das políticas sociais e assistenciais, ou seja, a desconstrução do caráter de universalidade e igualdade de acesso, garantidos no Brasil pela Constituição Federal de 1988. (DUARTE, 2007, p. 03)

Montaño (2008) elucida que a função do Terceiro Setor no projeto neoliberal, consiste em torna-lo instrumento para: justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social; desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais; despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os, e transformar as “lutas contra a Reforma do Estado” em “parceria com o Estado”; criar a cultura/ideologia do “possibilismo”; reduzir os impactos (negativos ao sistema) do aumento

¹ Estado de Bem-Estar, conhecido em inglês também como Welfare State se refere basicamente ao Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

do desemprego; a localização e trivialização da “questão social” e a auto-responsabilização pelas respostas às suas sequelas. (MONTAÑO, 2008)

Quando o autor relata sobre a *desestruturação da Seguridade Social e a desresponsabilização do Estado com a “questão social”*, está afirmando que as entidades ao desenvolverem esse papel, estão remediando, substituindo a intervenção estatal. “As perdas de direitos universais pelos serviços públicos de qualidade tendem a ser vistas como ganhos nas atividades desenvolvidas pelo conjunto das forças voluntárias, não governamentais, filantrópicas.” (MONTAÑO, 2008, p. 07)

Desta forma, o capital se desonera da obrigação de contribuir com o Estado de Bem-estar. Contudo, “a sociedade é que é responsável pelas respostas às sequelas da “questão social”, o Estado é, na verdade, o instrumento privilegiado de sua realização.” (MONTAÑO, 2008, p. 09)

“A ação social deixa de ser financiada pelo conjunto da sociedade, pelo capital, pelo trabalho, etc. e passa agora a ser cada vez mais financiada pelos setores carenciados, mais ligados aos trabalhadores de média e baixa renda. O capital deixa de ser obrigado a co-financiar as políticas sociais estatais; passa-se de uma “solidariedade sistêmica” (mediante a contribuição compulsória e diferencial) para uma “solidariedade individual e voluntária” (segundo os princípios da “auto-ajuda” e da “ajuda-mútua”).” (MONTAÑO, 2008, p. 08)

Quando o autor menciona a *despolitização dos conflitos sociais* está tecendo uma crítica quanto à ação das entidades que prestam serviços, que trabalham com demandas emergenciais, pois suas atividades são curativas, paliativas. Não se constitui como um direito de fato e muito menos garante a permanência deste, pelo contrário, gera a dependência do necessitado. Essas ações acabam por calar e desarticular os conflitos de classe, tornando-os “confrontos “dentro” do sistema, e não mais “contra” o sistema.” (MONTAÑO, 2008, p. 09)

A partir disso se institui a ideologia do *“possibilismo”* que pratica o descrédito ao ideário socialista, levando a uma desconfiança quanto à intervenção estatal nas sequelas da “questão social”. A esperança da população é transferida para a “ajuda-mútua” ou “divina”, para longe das atividades do Estado.

Em relação ao desemprego, o autor ressalta que o Terceiro Setor atua como “apaziguador”, diminuindo as insatisfações dos trabalhadores desempregados de empresas e indústrias que são absorvidos para este campo.

A transformação da solidariedade universal em solidariedade individual gera também a transferência de responsabilidades, ou seja, o sujeito portador de carências passa a ser responsável pela “questão social”.

Neste processo de constituição de um “terceiro setor” assumindo atividades sociais que eram prioritárias do *Welfare State*, a função social da resposta às refrações da “questão social” deixa de ser, no projeto neoliberal, responsabilidade privilegiada do Estado, e através deste do conjunto da sociedade, e passa a ser agora auto-responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de carecimentos, e da ação filantrópica, “solidária-voluntária”, de organizações e indivíduos. (MONTAÑO, 2008, p. 11)

Neste sentido, a resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos e um direito de todo cidadão, para se constituir como uma opção voluntária para que deseja ajudar o próximo.

Montaño (2008) acredita que a razão para esta transferência de responsabilidade, retirando do Estado às ações com a “questão social” não é por acreditar na qualidade dos serviços prestados pelo Terceiro Setor, muito menos para reduzir gastos estatais, o motivo é político-ideológico:

Retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação à políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda-mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, criando, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial. (MONTAÑO, 2008, p. 12-13)

Desta forma o Terceiro setor, como instrumento da estratégia neoliberal, tanto justifica a desestruturação da Seguridade Social, quanto despolutiza o sentido de luta contra a reforma do Estado, ao atuar como “parceiro” deste, amenizando também os impactos negativos quanto ao desemprego, tornando as respostas à “questão social” atividades cotidianas.

1.2 Reforma do Estado Brasileiro e o Governo FHC (1995-2002)

Em 1989, em Washington, EUA, foi realizada uma reunião entre o governo norte-americano e representantes de organismos financeiros (FMI, BIRD, BID). Este encontro foi convocado pelo *Institute for International Economics*, cujo título era “*Latin American Adjustment: How much has happened?*” a fim de avaliar as reformas já implementadas na América Latina. Esta reunião ganhou o nome de “Consenso de Washington”, transformada em cartilha norteadora das políticas neoliberais em muitos países, inclusive o Brasil. (SILVEIRA, 2009)

Silveira (2009) elucida que o Consenso de Washington indicava as seguintes medidas:

- 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária para reduzir taxas e aumentar base de contribuintes; 4) juros de mercado; 5) câmbio de mercado; 6) abertura comercial; 7) investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; 8) privatização; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); 10) direito à propriedade intelectual. (SILVEIRA, 2009, p. 66)

Estabilizar, privatizar e liberalizar. Resumindo, esta recomendação do Consenso de Washington consistia na retirada de cena do Estado, permitindo assim que a economia ficasse a cabo do mercado a partir de então. Miséria crescente, altas taxas de desemprego, tensão social. As consequências disto só poderiam ser devastadoras.

A América Latina seguiu, em sua maioria, os enunciados do Consenso ao longo dos anos de 1990, levando as economias a um amplo grau de abertura e vulnerabilidade, e as sociedades a níveis dramáticos de desigualdade e miséria. Fez isso sem entender que é evidente a inaplicabilidade de um mesmo receituário a um imenso Brasil, de economia complexa, e a um pequeno Uruguai, país que há pouco ainda estava na era pré-industrial. Também o fez em razão das condições impostas pelos organismos financeiros internacionais e pelos bancos privados, que só aceitavam renegociar as dívidas externas e/ou conceder novos empréstimos se as “reformas” liberalizantes fossem levadas a cabo no interior dos países latino-americanos. (SILVEIRA, 2009, p. 67)

As políticas neoliberais chegaram ao Brasil a partir do governo Collor, mas somente com a eleição de Fernando Henrique Cardoso e com a consolidação do Plano Real, é que suas diretrizes foram impostas ao Estado brasileiro.

Costa (2000, p. 03) defende que a Reforma do Estado no Brasil não foi um fato isolado, e sim consequência de mudanças ocorridas nas relações internacionais, principalmente “nas relações do comércio mundial e na organização das forças políticas entre os diferentes países”.

A reforma do Estado no Brasil passou por quatro grandes problemas durante o processo de reformulação do Estado:

Um problema econômico-político – a delimitação do tamanho do Estado; um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado; um econômico-administrativo - a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e um político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 49-50).

Existe um consenso na literatura de que o neoliberalismo no Brasil foi operacionalizado, ganhando impulso maior, no governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990. Para Soares (2002) este governo foi responsável por combater a inflação, desregulamentar a economia, tirar o Estado de sua função centralizadora, estabelecendo um Estado mínimo em relação ao suprimento das questões básicas (educação primária, saúde pública, criação e manutenção da infraestrutura básica ao desenvolvimento econômico), privatizações e reduções dos gastos públicos, bem como a liberalização do comércio exterior.

A Reforma do Estado, foi identificada por vários intelectuais, como uma luta deflagrada pela elite econômica dos países centrais, na busca de ampliar suas ações no mercado mundial, desregulamentando a legislação trabalhista, destruindo a estrutura sindical e pressionando os países periféricos à abrirem seus mercados. (COSTA, 2000, p. 05)

Em oposição ao modelo estatal vigente no Brasil na década de 1980, FHC formula um processo de Reforma do Estado Brasileiro, por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado. Tanto o Banco Mundial, quanto o Fundo Monetário Internacional – FMI incentivaram as ações, pois, segundo eles, para que haja crescimento econômico e inserção na ordem mundial, os Estados devem estar com os orçamentos equilibrados e com a moeda estabilizada. (COSTA, 2000)

Bresser Pereira era responsável pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e dirigiu a equipe de elaboração do Plano. Segundo o autor, o Estado ampliou muito suas funções, principalmente com as políticas sociais, que foi o motivo pelo qual redefiniu suas funções, levando-se em consideração que “reformular o Estado significa, antes de mais nada, definir seu papel, deixando para o setor privado e para o setor público não estatal as atividades que não lhe são específicas.” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 22)

Bresser Pereira ainda escreve que algumas funções assumidas pelo Estado não são exclusivas, como a área social e científica. Desta forma, estas atividades não são de exclusiva responsabilidade do Estado, tampouco da iniciativa privada.

[...] a reforma do Estado nessa área não implica em privatização mas em “publicização” – ou seja, em transferência para o setor público não estatal [...] se definirmos como público aquilo que é voltado para o interesse dos indivíduos e suas famílias, está claro que o público não pode ser limitado ao estatal, e que fundações e associações sem fins lucrativos e não voltadas para a defesa de interesses corporativos mas para o interesse geral não podem ser consideradas privadas [...] Na verdade são entidades públicas não estatais (ou seja, usando-se os outros nomes com que são designadas, são entidades do terceiro setor, são entidades sem fins lucrativos, são organizações não governamentais, organizações voluntárias). (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 25)

Silva (2001) complementa afirmando que não é apenas a área social e científica que não é mais função exclusiva do Estado, as áreas da produção de bens e serviços foram transferidas para o mercado também.

Dentre as atividades exclusivas do Estado estão destacadas as funções de legislar, regular, julgar, policiar, fiscalizar, definir políticas e fomentar. Os serviços sociais e científicos serão financiados pelo Estado e prestados por organizações não estatais. O Ministério da Administração e Reforma do Estado, nas palavras de Bresser Pereira, entende que essas atividades têm um caráter competitivo e não se enquadram nas funções que envolvem o poder do Estado, dessa forma podem ser financiadas pelo Estado mas gerenciadas pela iniciativa privada, disputando clientela, numa condição de “quase-mercado”. (SILVA, 2001, p. 06)

O projeto de reforma do Estado brasileiro está ancorado sob três eixos básicos: a privatização, a publicização e a terceirização. A privatização veio sob a justificativa de promover a arrecadação de recursos para que o governo pudesse equilibrar a economia, com

isso, surgiu novos monopólios privados, principalmente nos setores da água, saneamento, energia elétrica e telecomunicações.

A publicização consiste em criar organizações sociais, ou seja, em “transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não estatal” (Bresser Pereira, 1997) para gerenciar e executar serviços como a administração de hospitais, universidades, museus, creches. Elas são financiadas pelo Estado, mas administradas por grupos privados sem fins lucrativos.

A terceirização é a transferência de serviços auxiliares e de apoio (transporte, limpeza), para o setor privado. Essas negociações são feitas por meio de contratos, com tempo pré-definido ou indeterminado.

Montaño (2008) argumenta que a “publicização” nada mais é do que a transferência para o Terceiro Setor das respostas as sequelas da questão social. Para este autor, o Terceiro Setor cumpre um papel ideológico junto aos interesses do capital na prática neoliberal. Segue afirmando que o

motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão do direito universal do cidadão quanto às políticas sociais (estatais); [...] criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para o seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do ‘terceiro setor’, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial (Montaño, 2008, p. 23).

Neste sentido, a Reforma do Estado não veio para o povo, a fim de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, de promover a verdadeira equidade social. Muito pelo contrário, por detrás do discurso de progresso econômico e social estava os interesses da classe dominante, pois com a abertura econômica e as privatizações, as empresas privadas não só cresceriam mais como também promoveriam um abismo social ainda mais, um padrão perverso de desigualdades sociais. “O Governo, ao retirar-se da regulação econômica, agrava o quadro social e enfraquece os mecanismos de distribuição de renda, quando edita medidas que criam desemprego e favorecem a desregulamentação do mercado de trabalho.” (COSTA, 2000, p. 18)

A Reforma do Estado no governo FHC articulou medidas legislativas, mudanças regulatórias e ações governamentais a fim de reordenar o papel do Estado que passa do

impulsionador do desenvolvimento do país para o impulsionador da competitividade da economia, do mercado. Sendo assim, transferiu-se o patrimônio público para o mercado, mudando a relação entre Estado, mercado e sociedade, tornando o Estado um complemento do mercado.

O governo de FHC afirma, por meio do Plano Diretor, que a crise que gerou a desaceleração da economia e o processo inflacionário foram causadas pelo Estado por não atender as demandas sociais, sendo esta principal causa da crise devido aos seus altos custos.

Após várias tentativas de explicação, tornou-se claro, afinal, que a causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e no Leste Europeu era a crise do Estado, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas a ele dirigidas. (Plano Diretor, 1995, p.14).

O documento aprovado por Fernando Henrique Cardoso apresentou como definição da crise do Estado as seguintes argumentações:

(1) uma crise fiscal, caracterizada pela crescente perda do crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa;(2)o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas: o Estado do bem estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importações no Terceiro Mundo, e o estatismo nos países comunistas; e(3) a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração pública burocrática. (Plano Diretor, 1995, p.15).

Contra a crise, o governo defendeu sua opção pela reforma do aparelho do Estado, argumentando que a reconstrução do Estado é uma necessidade prática para garantir autonomia financeira e retomar a capacidade de implementar políticas públicas.

Nesse sentido, são inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4)a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua "governança", ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (Plano Diretor, 1995, p.16).

O Governo FHC propõe uma reforma do papel do Estado no Brasil, com medidas voltadas para o mercado.

Reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí, a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientaremos um outro processo tão importante quanto, e que, entretanto, não está tão claro: a descentralização para o setor público não estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos esse processo de “publicização”. (Plano Diretor, 1995, p.18).

Desta forma o Estado assume que o mercado é o meio mais promissor para prover aos indivíduos os meios de sobrevivência mais eficazes. Com isso o governo de FHC mostra o seu lado conservador.

A nova estrutura de organização do Estado brasileiro, aprovada no Plano Diretor, será composta por diferentes setores.

- NÚCLEO ESTRATÉGICO: Corresponde ao governo, em sentido lato. É o setor que define as leis e as políticas públicas, e cobra o seu cumprimento. É, portanto, o setor onde as decisões estratégicas são tomadas. Corresponde aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e, no Poder Executivo, ao Presidente da República, aos ministros e aos seus auxiliares e assessores diretos, responsáveis pelo planejamento e formulação das políticas públicas.
- ATIVIDADES EXCLUSIVAS. É o setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar. São serviços em que se exerce o poder extroverso do Estado - o poder de regulamentar, fiscalizar, fomentar. Como exemplos temos: a cobrança e fiscalização dos impostos, a polícia, a previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, o serviço de trânsito, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente, o subsídio à educação básica, o serviço de emissão de passaportes, etc.
- SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS. Corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem "economias externas" relevantes, na medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços

através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto da sociedade, não podendo ser transformadas em lucros. São exemplos desse setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus.

- PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O MERCADO. Corresponde à área de atuação das empresas. É caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro que ainda permanecem no aparelho do Estado como, por exemplo, as do setor de infra-estrutura. Estão no Estado seja porque faltou capital ao setor privado para realizar o investimento, seja porque são atividades naturalmente monopolistas, nas quais o controle via mercado não é possível, tornando-se necessária, no caso de privatização, a regulamentação rígida. (Plano Diretor, 1995, p. 52-53).

Neste formato, somente o setor estratégico e o setor das atividades exclusivas continuam como propriedade estatal. Já o setor dos serviços não exclusivos, por meio da publicização, é transferido para a propriedade pública-não estatal e o setor de produção, pela privatização, será transformado em propriedade privada, saindo da estrutura do Estado.

A estrutura do Estado arquitetado pelo governo FHC tem um perfil liberal e conservador. Não enfrenta o problema da concentração da riqueza e da renda nacional como elementos necessários à construção de um Estado com capacidade efetiva de atuação na área social e capaz de orientar um processo de crescimento econômico para o país. A reforma implementada pelo Governo FHC desmonta o Estado, a partir do aprofundamento da estratégia privatizante, inaugurada por Collor de Mello. O governo FHC empreendeu um desmonte da máquina pública, com demissões de funcionários, a fragilização da economia nacional devido a abertura irrestrita das importações, o desmonte da seguridade social, através da supressão de direitos previdenciários e a quebra dos princípios do SUS - Sistema Único de Saúde devido à criação das Organizações Sociais. (COSTA, 2000, p. 25)

Também refletindo sobre as alterações no contexto brasileiro nos anos 1990, Gohn (2004) elucida que, entre outros aspectos, o que ocorreu foi uma reconfiguração das ONGs como sujeitos socio-políticos independentes dos movimentos sociais e diz:

o não lugar que elas ocupavam na cena política ao atuarem por detrás dos movimentos sociais, resulta num lugar simbólico com grande força comunicativa junto à opinião pública, um espaço público demarcado: o público não estatal. Isso porque as políticas neoliberais do período buscavam se legitimar com o argumento da falácia e ineficiência do setor público estatal. Nada melhor, na ótica desses

argumentos, do que introduzir a racionalidade e a eficácia do setor privado para resolver questões sociais, coletivas, públicas (GOHN, 2004, p. 65).

A mesma autora afirma que na década de 90, emergiram no cenário nacional outros tipos de entidades, que ao contrário daquelas da fase anterior, originárias dos movimentos e mobilizações populares, não se colocaram contra o Estado, ao contrário buscaram parcerias com o Estado.

Essas entidades, segundo a autora, procuraram se firmar pela positividade, diferentemente das ONGs que se definiram por uma negatividade: ser não governo. Para ela, este fato ampliou o universo de participação para campos que considera pouco, ou nada politizados, sendo que

o universo de ONGs alterou seu discurso, passando a enfatizar as políticas de parceria e cooperação com o Estado, destacando que estão em uma nova era, onde não se trata mais de dar costas ao Estado ou apenas criticá-lo, mas de alargar o espaço público no interior da sociedade civil, democratizar o acesso dos cidadãos em políticas públicas e contribuir para a construção de uma nova realidade social, criando canais de inclusão dos excluídos do processo de trabalho (GOHN, 2011, p. 81).

As ONGs, indistintamente, passarão a ser identificadas com um campo ao qual se propõe outra função. Dentro do contexto de reforma do Estado cuja lógica privilegia o mercado, estas passam a compor uma estratégia e uma tendência de complementaridade e de mixagem das ações do Estado, da sociedade civil e do mercado, fomentando ações privadas, por exemplo, na área da seguridade social.

As relações entre os diferentes países, a ação das empresas multinacionais, num ambiente de concorrência exacerbada, pressionou os diferentes Estados a mudarem sua forma de atuação na regulação social, com especial atenção às mudanças na legislação trabalhista e previdenciária, bem como, na ampliação da ação dos mercados. (COSTA, 2000, p. 04)

A atuação das ONGs passaram por um processo de transformação, se antes atuavam criticando e cobrando o Estado para que este efetivasse as políticas públicas destinadas para as demandas que

emergiam da sociedade, agora, nesta nova configuração, passam a se utilizar dos termos “parceria” e “cooperação” em seus discursos, se tornando um instrumento do poder público.

As ONGs passaram a atuar não apenas na geração de empregos e oportunidades de trabalho temporário, sem vínculo empregatício, sob a forma de cooperativas, onde a renda é gerada pela quantidade produzida. Passaram a atuar também no âmbito da requalificação dos trabalhadores, patrocinando cursos de curta duração para desenvolver novas habilidades ou alternativas para aqueles que estão sendo excluídos do mercado de trabalho por obsolescência de suas funções ou introdução de novas tecnologias, ou simplesmente, sendo demitidos devido a programas de redução de custos. (GOHN, 2011, p. 89)

A autora pontua que para alguns autores as ONGs vêm apenas como uma manobra para desobrigar o Estado com a função social. Contudo, ela defende que, como o Estado não consegue penetrar as microsferas da sociedade, é necessário a intervenção de mediadores para tornar efetiva as políticas públicas.

2 AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

O objetivo deste capítulo é realizar uma breve apresentação sobre a trajetória histórica da Educação Não Formal, apresentando as concepções de alguns autores, para em seguida, apresentar os *locus* de pesquisas, neste caso, as ONGs Legião da Boa Vontade – LBV e Obras Sociais Jesus Consolador localizadas no município de Paranaíba/MS.

As mudanças ocorridas em nossa sociedade nas últimas décadas, no âmbito econômico, político, cultural e social vem influenciando diretamente na profissionalização docente. Sabemos que atualmente a escola não é o único espaço em que o pedagogo desenvolve o seu trabalho, encontramos este profissional inserido em presídios, hospitais, empresas, fundações, museus, Organizações Não Governamentais, Organizações da Sociedade Civil, entre outros. Todos esses ambientes se configuram em espaços de Educação Não Formal. O foco da pesquisa está em conhecer e investigar a atuação do pedagogo em ONGs. Contudo, antes de mais nada, é preciso compreender o que é Educação Não Formal.

A princípio, quando as ONGs surgiram, seu papel consistia em fornecer suporte aos movimentos sociais, auxiliando na reconstrução das relações sociais que haviam se rompido com a ditadura, atuando na defesa dos direitos humanos e na educação popular. A intenção era ampliar o nível de compreensão que a população pobre tinha sobre sua realidade, discutindo suas causas e articulando uma atuação crítica na sociedade.

Contudo, em consequência das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas em nossa sociedade neste final século, as ONGs também sofreram modificações, algumas passaram a desenvolver ações no campo da Educação, oferecendo projetos sociais por meio da Educação Não Formal.

Os movimentos sociais foram os responsáveis pela difusão da modalidade de Educação Não Formal por meio de suas práticas de mobilização e articulação com as comunidades. Na década de 1960 essas práticas ganharam o nome de Educação Popular, tomando como base os trabalhos de Paulo Freire.

Gohn (1991) esclarece que os movimentos sociais provocavam reflexões sobre as desigualdades de oportunidades que uma parcela da população estava sujeita, à margem de conquistas sociais, econômicas e culturais. Os movimentos sociais se articulavam e mobilizavam ações educativas, como forma de garantir o pleno desenvolvimento da cidadania.

O paradigma da educação popular, inspirado originalmente no trabalho de Paulo Freire nos anos 60, encontrava na conscientização sua categoria fundamental. A prática e a reflexão sobre a prática levaram a incorporar outra categoria não menos

importante: a da organização. Nos últimos anos, os educadores que permaneceram fiéis aos princípios da educação popular atuaram principalmente em duas direções: na educação pública popular e no espaço conquistado no interior do Estado; e na educação popular comunitária e na educação ambiental ou sustentável, predominantemente não governamentais. Durante os regimes autoritários da América Latina, a educação popular manteve sua unidade, combatendo as ditaduras e apresentando projetos “alternativos”. Com as conquistas democráticas, ocorreu com a educação popular uma grande fragmentação em dois sentidos: de um lado ela ganhou uma nova vitalidade no interior do Estado, diluindo-se em suas políticas públicas; e, de outro, continuou como educação não formal, dispersando-se em milhares de pequenas experiências. Perdeu em unidade, ganhou em diversidade e conseguiu atravessar numerosas fronteiras. (GADOTTI, 2000, p. 06)

Essas novas experiências que Gadotti (2000) cita, é a popularização das práticas educativas desenvolvidas por segmentos como: ONGs, fundações, empresas, institutos, igrejas, associações, etc.

2.1 A Educação Não Formal no Brasil

Recorremos a Gohn (1997), para compreender a trajetória histórica da Educação Não Formal, no Brasil. Para a autora, até a década de 1980, este tipo de educação tinha pouca importância, era vista apenas como uma extensão da escola com pouca influência na formulação de políticas públicas. Contudo, a partir dos anos 1990, a Educação Não Formal começa a ganhar destaque – em virtude das mudanças econômicas ocorridas na sociedade sob a influência do projeto Neoliberal – a partir das novas necessidades educacionais fruto das exigências mercadológicas.

Para Brandão (2004, p.17), a educação “[...] abrange todos os processos de formação do indivíduo”. Processos estes que podem ocorrer nos mais variados ambientes sociais, caracterizando como educação, desse modo, não apenas os processos de ensino-aprendizagem que ocorrem dentro do ambiente escolar, mas, também, aqueles que ocorrem fora dele.

A educação, assim, se caracteriza como um processo contínuo que se desenvolve a todo o momento onde haja pessoas construindo conhecimentos em interação e inter-relação. Segundo o autor supracitado “[...] ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender - e - ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver” (BRANDÃO, 2004, p.7).

O movimento da Educação Não Formal se deu por meio da existência de diferentes práticas que eram mediadas por relações educacionais, mas que não eram consideradas como educação por não obedecerem a uma série de requisitos formais, mas que, na prática estavam construindo diferentes modos de vivenciar e compreender o processo ensino-aprendizagem.

O espaço de educação formal é o espaço escolar, que está relacionado às Instituições Escolares da Educação Básica e do Ensino Superior, definidas na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Definido que espaço formal de Educação é um espaço escolar, é possível inferir que Espaço Não Formal é qualquer ambiente diferente da escola onde pode ocorrer uma ação educativa. Embora pareça simples, essa definição é complexa, pois existem diversos lugares não escolares. Todos os ambientes são espaços Não Formais de Educação? Há espaços não formais e informais de Educação? O que define cada um? Ambos são distintos? Da mesma forma que a discussão sobre as conceituações de Educação formal, Educação não formal e Educação informal está em aberto, a definição para espaço não formal também está. Conforme os pesquisadores forem chegando a um consenso sobre essas questões, os conceitos poderão ser definidos, divulgados e utilizados de forma correta.

De acordo com Gohn (2008, p.134) entende-se por Educação Não Formal:

[...] aquela voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres. Em hipótese nenhuma ela substitui ou compete com a educação formal ou escolar. Poderá ajudar na complementação desta, via programações específicas, articulando escola e comunidade educativa localizadas no território do entorno escolar. A educação não formal tem alguns de seus objetivos próximos da educação formal, como a formação de um cidadão pleno, mas ela tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, via a forma e espaço onde se desenvolvem suas práticas, a exemplo de um conselho, ou a participação em uma luta social contra as discriminações, por exemplo, a favor das diferenças culturais, entre outras. Resumidamente, podem ser inúmeros os objetivos da educação não formal como sendo: a) educação para a cidadania; b) educação para justiça social; c) educação para direitos (humanos, sociais, políticos e culturais etc.); d) educação para liberdade; e) educação para igualdade; f) educação para democracia; g) educação contra discriminação; h) educação pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais.

Sendo assim, as práticas educativas não formais são complementares as práticas escolares, ou seja, não visa concorrer com esta, mas sim, desenvolver práticas que favoreçam o desenvolvimento crítico e participativo do cidadão na sociedade. A Educação Não Formal se caracteriza pela intencionalidade de ensinar, prática desenvolvida por profissionais formados ou não (professores, monitores, educadores, tutores, etc). É uma ação estruturada, desenvolvida por indivíduos, grupos ou organizações que compreendem a necessidade de trabalhar os saberes que estão além dos bancos escolares, que visam atender as demandas de seus bairros ou comunidades. Gohn apresenta as características que distinguem a educação formal, informal e não formal.

A educação formal como aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a educação não formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos; e a educação informal como aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube etc.). (GOHN, 2010, p.16)

Educação Formal refere-se aos processos educativos realizados dentro da escola, já a Educação Não Formal é aquela que ocorre fora da escola, construída coletivamente, ou seja, tanto quem educa, quando o educando, participam ativamente deste processo, contribuindo para a construção da aprendizagem, levando em consideração as necessidades do indivíduo, da comunidade onde está inserida. E o conhecimento transmitido de geração para geração, seja no ambiente familiar ou na roda de amigos ou grupos religiosos, se configura como educação informal. A autora ainda apresenta uma diferenciação entre a informal e não formal.

A informal incorpora valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Os indivíduos pertencem aqueles espaços segundo determinações de origem, raça/etnia, religião etc. São valores que formam as culturas de pertencimentos nativas dos indivíduos. Contrariamente, a educação não formal não é nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza, não é algo naturalizado. (GOHN, 2010, p.16)

Enquanto na educação informal prevalece os aprendizados e valores adquiridos de geração para geração, na educação não formal os aprendizados são construídos (o sujeito cria ou busca) a partir das necessidades coletivas, visando o desenvolvimento da cidadania, para que o indivíduo consiga não apenas interagir em sociedade, mas também intervir de forma crítica e política. (GOHN, 2010).

Sendo assim, na concepção da autora acima, favorece ao indivíduo o desenvolvimento crítico, politizado, no intuito que este saiba conviver em sociedade, ou seja, saiba ser ético, coerente e compreendendo seus direitos e deveres, mas também lutando por suas causas.

Já Afonso (1989, p. 78) apresenta a seguinte definição para educação formal, informal e não formal:

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa sua finalidade) diverge ainda da educação formal; no que respeita à não fixação

de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.

Podemos perceber que, as concepções de Gohn (2010) e Afonso (1989), possuem semelhanças, pois o autor também pontua que as práticas desenvolvidas na educação formal são estruturas e sistematizadas, com objetivos bem definidos, visando sempre a graduação. Já a educação não formal, possui estruturação e alguma sistematização, mas isso varia de organização para organização, bem como os objetivos, algumas determinam *a priori* e outras vão construindo no decorrer do processo, conforme as demandas ou necessidades dos grupos. E por educação informal são todos os aprendizados acumulados ao longo da vida.

Libâneo (2002, p. 88-89) afirma que:

Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente forma. Mais isso não significa dizer que não ocorra educação formal em outros tipos de educação intencional (vamos chama-las de não convencionais). Entende-se, assim, que onde haja ensino (escolar ou não) há educação formal. Nesse caso, são atividades educativas formais também a educação de adultos, a educação sindical, a educação profissional, desde que nelas estejam presentes a intencionalidade, a sistematicidade e condições previamente preparadas, atributos que caracterizam um trabalho pedagógico didático, ainda que realizadas fora do marco do escolar, propriamente dito.

A educação não formal, por sua vez, são aquelas atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas.

Já para Libâneo (2002) acredita que a educação formal também pode ocorrer fora da escola, a partir de práticas intencionais, que visam alcançar um objetivo pré-determinado, sistematizado. Já a educação não formal possui características menos burocratizantes, ou seja, possuem objetivos e intencionalidade, mas com maior flexibilidade para construir sua prática pedagógica a partir das necessidades identificadas.

No Brasil, as experiências educativas em espaços não formais emergiram na década de 1970, mesclados com a educação popular e os movimentos populares que, à época, não possuíam prestígio acadêmico. Desde então, para a autora Gohn (2010) este campo da educação passou por várias denominações.

A educação não formal já foi incluída na categoria de *não escolar* por alguns autores, referindo-se a uma negativa do que é escolar. O que na verdade não traduz o seu verdadeiro significado, uma vez que formal e não formal devem se complementar.

Também já passou pela denominação de *extraescolar*, uma vez que ela acontece fora da escola. Contudo, não é uma boa denominação já que impõe uma barreira separando os dois processos educativos.

Alguns autores também a definiram como *educação alternativa* "para os rebeldes e insubordinados da escola" (GOHN, 2010, p.23). Seria uma opção para aqueles que apresentavam dificuldades em se adaptar a rotina escolar e/ou repetentes. É visível que essa definição não contempla seu real significado, visto que exclui ao invés de articular.

A ideia de *educação de adultos*, o EJA, também já esteve associada a educação não formal. Sua prática se caracterizava pela alfabetização de jovens e adultos com conteúdos escolares. Sua diferenciação da educação formal se dava apenas nos métodos utilizados e por quem era realizado (igrejas, sindicatos, associações, entidades, etc.).

A *educação popular* também foi sinônimo de educação não formal, visto que tinha uma intencionalidade e projetos voltados para a formação do cidadão. Mas Gohn (2010, p. 25) apresenta uma diferenciação entre elas quando aborda a questão do recorte socioeconômico.

Ao nominar uma modalidade como popular, estou fazendo alusão à categoria povo - em sentido genérico ou específico - camadas desfavorecidas socioeconomicamente; ou estou contrapondo um dualismo - haveria uma educação popular e uma das elites ou classes e camadas mais abastadas. Nos dois sentidos, estarei fazendo um recorte socioeconômico.

Outra categoria utilizada é a *educação social*, que alguns autores como Pérez (1999, *Apud* GOHN, 2010, p.26) apresentavam a seguinte denominação:

A educação social é um conjunto fundamentado e sistematizado de práticas educativas não convencionais realizadas preferencialmente - ainda que não exclusivamente - no âmbito da educação não formal, orientada para o desenvolvimento adequado e competente dos indivíduos, assim como para dar respostas a seus problemas e necessidades sociais.

Porém, Gohn a diferencia da educação não formal visto que suas ações voltam-se, na maior parte das vezes, apenas para os excluídos. Existe ainda outra linha de educação social, que se caracteriza por "práticas educativas desenvolvidas junto a comunidades compostas por populações em situações de vulnerabilidades sociais ou algum tipo de exclusão social" (GOHN, 2010, p.26), que era um termo antigo de *educação comunitária*.

Aqui há uma redução/limitação do conceito no plano de sua atuação, pois refere-se apenas às classes populares. Há também nesta abordagem certo caráter instrumental, porque se recorre a esta forma educativa para auxiliar/suprir condições estruturais

que aqueles indivíduos não possuem. Aproxima-se, assim, de uma técnica a ser aplicada para gerar reações positivas em situações de negatividade.

Outra proposta foi à *educação sociocomunitária*, que nada mais é do que a junção das duas anteriores. Gohn cita que o autor Groppo (2006) a define como uma forma de analisar os fenômenos educacionais.

A partir das análises de Groppo, podemos observar que há uma tensão entre a lógica sistêmica (dada pelos interesses do capital e do mercado), lógica comunitária (dada por políticas de integração social de forma conservadora) e a lógica sociocomunitária (definida como uma utopia e uma possibilidade). A educação sociocomunitária é atenta aos princípios societário e comunitário, articulando as sociabilidades comunitárias aos enfrentamentos necessários com a lógica sistêmica. (GOHN, 2010, p.28)

A possibilidade educativa da educação não formal, bem como sua definição, vai ganhando contornos a partir do seu uso político-cultural, ela tanto pode contribuir com os objetivos neoliberais, de mercado, quanto funcionar como um movimento de resistência, que visa atender as demandas da comunidade, em um movimento de luta constante.

A *educação permanente* ou *educação para vida* também foram propostas acolhidas entre os educadores. Gohn cita Pierre Furter (1976) que apresentou uma denominação numa perspectiva cultural, com pontos muito próximos, mas não iguais, aos da educação não formal. "Para nós a ideia da emancipação e autonomia dos indivíduos, vistos como sujeitos do processo de construção de saberes e do próprio processo de conhecimento, é algo fundamental." (GOHN, 2010, p.28) Neste sentido, a autora pontua que, as práticas desenvolvidas nos espaços não formais, como uma educação para a vida, é justamente proporcionar ao sujeito o exercício da cidadania.

Segundo Gohn (2010, p. 28), a *educação continuada* também foi uma proposta utilizada no passado e que hoje volta com muita força, devido ao desenvolvimento de novas tecnologias. "É sempre posta para a atualização pós-profissional. É uma educação voltada para o ensino superior".

Gohn (2010) ainda menciona que existem várias propostas para uma *educação integral*. Contudo, a autora afirma que as propostas mais usuais não levam em consideração o processo histórico-cultural vivenciado pelos indivíduos, preocupando-se apenas em centralizar na escola essa responsabilidade de formação. Neste sentido, a autora tece uma crítica, pois, para ela, a proposta de educação integral, segundo esses moldes, não trata é "[...] como compor uma grade curricular que forme para a vida, a partir da cultura, das experiências e vivências, tendo em vista a burocratização dos sistemas de ensino escolar/formal." (2010,

p.29) Ou seja, para a autora, mantem-se muito o foco apenas na aprendizagem de conteúdos, não percebendo a riqueza existente na integração entre as práticas formais e não formais.

Na concepção de Gohn, a educação não formal articula-se no campo da *educação cidadã*, que é marcada pela democratização do conhecimento e do acesso à escola, voltando-se para a formação de cidadãos livres e emancipados, conscientes de seus direitos e deveres uns para com os outros.

É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (GOHN, 2010, p.33)

O ser humano é um ser social que se constitui a partir das relações que estabelece, nesse sentido, a educação não formal assume um papel importante nesse processo, visto que seu foco é a formação para a cidadania e emancipação dos indivíduos por meio da socialização, da troca de experiências de sujeitos de diversos contextos sociais.

Para Gohn (2006a, p. 29-30):

Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc...

O processo educativo vai se constituindo a partir das necessidades do grupo, a construção da identidade coletiva.

Sem atributos, sem organização por séries/idade/conteúdos; sem atuação sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento da autoestima e do empowerment do grupo, criando o que alguns analistas denominam o capital social de um grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo (GONH, 2006a, p. 28)

Já a educação formal, mesmo buscando contemplar o desenvolvimento crítico e emancipatório do indivíduo, possui um caráter mais metódico. Gohn (2006a, p. 29), “A educação formal é sistematizada, requer tempo, local específico, pessoal especializado,

organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização sequencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc.”

Já a educação informal “Não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores, usualmente é o passado orientando o presente, atua no campo das emoções e sentimentos. É um processo permanente e não organizado” (GOHN, 2006, p. 30).

Nesse sentido, na educação não formal, o pedagogo, com base nos seus conhecimentos e da prática educativa, viabiliza um aprendizado fundamental em um âmbito não escolar. Trabalha na construção e acompanhamento de projetos voltados para a cidadania. Alguns se desenvolvem na área social, atingindo toda a comunidade, outros são internos, atendendo apenas a população de determinada empresa ou entidade. Para Gohn (2001, p. 102): “Na educação não formal a cidadania é o objetivo principal, e ela é pensada em termos coletivos.”

Em 2004, o governo federal brasileiro elaborou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, nele consta um capítulo sobre a educação não formal, definindo seus objetivos da seguinte forma:

- A educação não formal deve contribuir para a igualdade social, o desenvolvimento pessoal e favorecer melhor qualidade de vida e elevação da auto-estima dos grupos socialmente excluídos;
- A educação não formal deve se tornar um instrumento eficaz no processo de construção da democracia, da cidadania, da paz, do desenvolvimento e da justiça social, de modo a garantir a inclusão social e a dignidade humana;
- Os programas de educação não formal devem possibilitar o respeito à igualdade e à diferença, fomentar valores éticos e cívicos, além de contribuir para o combate ao racismo, à discriminação, à intolerância e à xenofobia;
- As estratégias e metodologias devem ser trabalhadas em um perspectiva interdisciplinar e no confronto com a realidade, permitindo mudanças nas atitudes, valores e práticas dos participantes de programas de educação não formal, de modo que estes possam adotar valores vinculados à solidariedade e ao respeito aos direitos humanos;
- A educação não formal em direitos humanos deve articular o conhecimento popular ao conhecimento acumulado historicamente pela humanidade. (GOHN, 2004, p. 28)

Trabalhar para que os indivíduos desenvolvam sua cidadania é um ponto chave nas práticas educativas não formais, bem como partir das necessidades e interesses da comunidade em que está inserida. Gohn no seu artigo *Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas* escreve: Na não formal, o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. (GOHN, p. 29) Então, em que contexto se educa?

A educação não formal ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação de indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação não formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. (GOHN, 2006, p. 29)

O processo educativo pode ser construído a partir de práticas estruturadas, ou seja, projetos voltados para atender camadas da sociedade que se encontram vulneráveis, marginalizados, como crianças, adolescentes, mulheres, negros, índios, etc. Mas também existe a flexibilidade da prática educativa surgir de uma demanda específica, como por exemplo, uma associação de moradores que se organiza para fornecer cursos para sua comunidade.

Deivis Perez, em sua tese de doutorado, cuja a pesquisa centra-se em investigar a formação de professores para atuar em ONGs, apresenta as principais subáreas da educação não formal na atualidade. Sendo elas:

a) Empresas – em treinamentos, capacitações e formações de trabalhadores para o aperfeiçoamento da prática profissional; b) Organizações da Sociedade Civil e Organizações Não Governamentais/ONGs – em processos de formação de cidadãos para práticas de participação e gestão social, capacitação de jovens e adultos para o mundo do trabalho, educação de crianças, jovens e adultos para a preservação do meio ambiente, para as artes, entre muitas outras possibilidades; c) Movimentos Sociais; d) Áreas, departamentos ou setores governamentais, desde que as atividades educacionais não estejam inseridas no currículo e nas atividades próprias da educação escolar formal; e) Igrejas – nas situações de ensino e aprendizagem estruturados e explícitos; f) Meios de Comunicação, desde que esteja explícita a intenção de ensinar e aprender pelas partes envolvidas e participantes do processo; g) Instituições que realizam cursos livres de formação para as mais diversas áreas da prática, das artes e dos saberes. Incluímos aqui, por exemplo, cursos de formação de condutores de veículos, oferecidos por auto-escolas, cursos de equitação, realizados por instrutores ou treinadores em espaços dedicados à equitação, cursos de música, idiomas, informática, etc., oferecidos por professores independentes ou realizados por instituições dedicadas a cada uma das áreas mencionadas. Cumpre notar que, a realização de algumas atividades citadas podem ou em algumas situações, ser oferecidas por escolas formais, como parte do currículo. Neste caso, as práticas serão consideradas como parte da educação formal. (PEREZ, 2009, p. 74-75)

Fica claro a amplitude de possibilidades que existem no campo da Educação Não Formal. Entretanto, Almerindo Janela, destaca que a existência de racionalidades políticas e pedagógicas diferentes e até opostas no campo da educação em questão impõe aos

[...] educadores e investigadores socialmente comprometidos, uma vigilância epistemológica redobrada, para que aqueles que a esse campo referenciam suas práticas e reflexões possam ajudar a constituí-lo e a consolidá-lo como lugar de referência de uma educação crítica e emancipatória, tão urgente e necessária como a melhor educação escolar. (1989, p. 93)

Essa reflexão se volta especialmente para as ONGs e as Organizações Cívicas visto que possuem posicionamento político diversificado que influenciam em suas práticas. Daí a importância de adotar posturas e práticas que sejam críticas ao projeto neoliberal de sociedade e ao engessamento tradicional de educação.

Perez (2009) escreve quais são os principais campos de atuação de educação não formal praticadas por ONGs:

1. *Educação para a cidadania e participação* – aprendizagem dos direitos e deveres do cidadão, bem como, das possibilidades de intervenção dos indivíduos e dos grupos para garantir a efetiva implementação dos direitos alcançados do ponto de vista legal, mas pouco ou ainda não respeitados objetivamente.
2. *Educação para o mundo do trabalho* – trata-se da educação para a geração de renda, seja no mercado formal ou por meio dos processos colaborativos e cooperativos de trabalho estruturados, no sentido de garantir o sustento e a melhoria da qualidade de vida de pessoas e comunidades.
3. *Educação para a formação e desenvolvimento de atores sociais* – capacitação de indivíduos e grupos com o objetivo de apoiar a mobilização, organização e desenvolvimento das localidades e, em particular, para a gestão democrática dos recursos comunitários, por meio da busca ativa ou exigência de criação de espaços de gestão coletiva dos recursos públicos.
4. *Educação para o uso e construção de saberes apoiados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)* – dada a revolução em desenvolvimento baseada nas TICs, a educação nas ONGs volte-se para o uso de recursos tornados disponíveis pelas tecnologias, para a formação de redes de comunidades e organizações para a produção, troca e difusão de conhecimentos e informações de interesse dos indivíduos e dos grupos. (p. 94-95)

Uma das características das ONGs é poder oferecer atividades conforme demandas da comunidade onde está inserida. As escolas de educação formal oferecem cursos que são independentes dos interesses e das demandas da comunidade, pois dependem do projeto político pedagógico e do currículo.

A partir da definição apresentada por Perez (2009), podemos verificar que as ONGs participantes da pesquisa se enquadram no campo “educação para a cidadania e participação”, visto que, como veremos a seguir, buscam desenvolver nos indivíduos o protagonismo, a cidadania, reflexão e reivindicação de direitos e deveres, entre outras coisas.

Neste sentido, dada a maior flexibilidade de atuação das ONGs, elas tem condições de agir de forma oposta, elaborando programas e projetos que vão de encontro com as necessidades da comunidade, buscando por mudanças no contexto socioeconômico, político e cultural.

2.2 Os espaços de Educação Não Formal: as ONGs de Paranaíba – MS

Um dos *locus* da pesquisa é a ONG Legião da Boa Vontade. Em nível nacional, foi fundada em 1º de Janeiro de 1950 por Alziro Zarur (1914-1979), tem como diretor-presidente José de Paiva Netto que está a sua frente até os dias atuais. No site da ONG podemos encontrar a seguinte definição:

É uma associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica, educacional, cultural, filosófica, ecumênica, altruística e sem fins econômicos, reconhecida no Brasil e no exterior por seu trabalho nas áreas da educação e da assistência social. (LBV, 2013)

A LBV desenvolve suas atividades por meio de programas. A instituição possui os seguintes programas: Criança Futuro no Presente; Jovem Futuro no Presente; Vivência Solidária; Vida Plena.

O Programa Jovem Futuro no Presente é destinado para adolescentes e jovens com idade entre 15 à 18 anos e tem por objetivo desenvolver o protagonismo e a autonomia destes, partindo de seus interesses e demandas.

Contribui para a permanência dos mesmos na escola e também para a formação geral para o mundo do trabalho. As atividades visam desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa, o fortalecimento dos vínculos interpessoais e intergeracionais, e abordam as questões relevantes desta faixa etária, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do usuário, por meio de atividades socioeducativas, da arte-cultura, do esporte-lazer e da valorização das experiências vividas que constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. (LBV, 2014, p. 01)

O Programa Vivência Solidária trabalha com jovens e adultos com idade entre 18 à 59 anos, visando o desenvolvimento de potencialidades detectadas a partir de necessidades, motivações, habilidades e talentos.

As atividades visam possibilitar o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas, contribuindo para a inserção, reinserção e permanência dos jovens e adultos no sistema educacional e no mundo do trabalho. Busca ainda, propiciar vivências que valorizem as experiências, que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo social dos usuários, estimulando a participação na vida pública no território, ampliando seu espaço de atuação para além do território, além de desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo. (LBV, 2014, p. 01-02)

O Programa Vivência Plena atua com indivíduos acima de 60 anos no intuito de estimular o envelhecimento saudável, “no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento de vínculos familiares e interpessoais, intergeracionais, no convívio comunitário e na prevenção de situação de risco pessoal e social”. (LBV, 2014, p. 01-02)

No município de Paranaíba/MS suas atividades se iniciaram no ano de 1960. Atualmente desenvolve o seu trabalho na área da Assistência Social por meio de projetos socioeducacionais, consolidado por meio do programa intitulado "Programa LBV - Criança: Futuro no Presente!", no qual apresenta a seguinte definição:

Constitui-se num serviço contínuo de formação para a Cidadania Ecumênica e para a participação, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir de interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária, fortalecendo a convivência familiar e comunitária, visando a garantia de direitos sociais. As intervenções são pautadas em experiências lúdicas, culturais e artísticas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. As atividades contribuem para prevenir o isolamento e situações de violação de direitos e para ressignificar vivências prejudiciais ao desenvolvimento integral, bem como propiciar experiências favorecedoras de sociabilidades e na prevenção de situações de vulnerabilidade social.

A base e o diferencial de todas as ações socioassistenciais da Legião da Boa Vontade vêm da Pedagogia do Afeto e da Pedagogia do Cidadão Ecumênico, que compõem a proposta educativa da Instituição. Utilizadas diariamente nas unidades de atendimento da LBV, a proposta considera os requisitos cognitivos, sem perder de vista o potencial emocional das pessoas, fundamentando-se na formação integral do Ser Humano, porque o vê nas suas dimensões física, psicológica, social e espiritual. (LBV, 2014, p. 01)

A LBV assume para si um enorme compromisso, visto que, coloca como um dos seus objetivos a garantia dos direitos sociais. Ou seja, garantir que as pessoas conquistem acesso a educação, saúde, trabalho, etc. Quais são os direitos sociais do cidadão? Segundo a Constituição de 1988, no capítulo II, Artigo 6º coloca que são considerados como direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Seria possível a LBV contemplar tantos seguimentos diferentes? A pesquisa não se fixa para debater tal questão, apenas lança uma reflexão diante de tamanha pretensão anunciada pela ONG.

Na descrição do programa “Criança Futuro no Presente” a ONG escreve que é um serviço que visa desenvolver a cidadania, o protagonismo e a autonomia das crianças e adolescentes que dele participam. Gohn (2010, p. 23) elucida que a Educação Não Formal “é um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro.”.

Contudo, é preciso definir o conceito de cidadania que, para Gohn (2008) citando Pinsky, sua significação e exercício variam de país para país. A vivência que temos de cidadania no Brasil não é a mesma que em outros países, pois sua constituição histórica foi construída de forma diferente, conforme sua organização cultural, política e econômica.

Segundo o míni dicionário Houaiss (2003), cidadania significa “condição ou direito de cidadão”, ou seja, presume-se que aquele que exerce seus direitos como cidadão, está exercendo sua cidadania. Desta feita, faz-se primordial entender também o que significa cidadão. O referido dicionário qualifica como cidadão o “indivíduo que goza de direitos e deveres em um país”

Gohn (2008) elucida que a definição de cidadania não é “estanque”, ou seja, trata-se de um conceito que vem se desenvolvendo ao longo do tempo, seu sentido varia conforme o momento histórico de cada lugar.

A vivência de cidadania varia muito, de acordo com o sistema econômico, político, social e cultural de cada país, sendo assim, quando a ONG coloca como um dos seus objetivos desenvolver a cidadania, é preciso verificar de que forma ela pretende contemplar isso, quais são as ações que são desenvolvidas para isso.

A ONG escreve que seus programas se configuram como “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”. Nas Diretrizes Operacionais Técnicas (2014, p. 90) da LBV encontramos a seguinte definição:

[...] é um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, e acordo com seu ciclo de vida. Seu foco é a oferta de atividades de convivência e socialização, com intervenções no contexto de vulnerabilidades sociais, de modo a fortalecer vínculos e prevenir situações de exclusão e risco social.

Buscando compreender o que significa um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, recorremos a resolução nº. 109 de 11 de novembro de 2009, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que determina a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A tipificação é um documento contendo os termos para denominar, de forma padronizada, os serviços ofertados de modo a evidenciar a sua principal função e os seus usuários.

A tipificação vem caracterizar as práticas, organizando os serviços socioassistenciais existente no Brasil, conforme os níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Na Proteção Social Básica se encontram os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e a Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

No nível de Média Complexidade estão os serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado em Abordagem Social, Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Na Alta Complexidade estão os serviços de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva; de Acolhimento em República; de Acolhimento em Família Acolhedora; e de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Nos pareceres da Tipificação encontramos a seguinte definição para os serviços que se configuram em “Convivência e Fortalecimento de Vínculos”:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (TIPIFICAÇÃO, 2009, p. 09)

O Programa “Criança Futuro no Presente” a LBV atende crianças e adolescentes de 06 a 15 anos que se encontrem em situação de vulnerabilidade social; que são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada e famílias de programas de transferência de renda; que vivenciam situações de fragilização dos vínculos; egressos ou em cumprimento de medida socioeducativa; vinculados a programas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual e do trabalho infantil; usuários que também se encontram sob medida de proteção. (LBV, 2014)

2.2.1 Proposta Pedagógica e Metodológica

A LBV possui uma proposta pedagógica própria intitulada como Pedagogia da Boa Vontade, da qual fazem parte a Pedagogia do Afeto e a Pedagogia do Cidadão Ecumênico. Para a instituição a utilização destas terminologias se justifica pelo “conduzir da construção do conhecimento intelectual, aliado aos valores e sentimentos, mediante as necessidades, anseios e possibilidades distintas de cada faixa etária.” (LBV, 2013, p. 17) O objetivo geral dessa proposta é:

Promover com qualidade, competência e efetividade o desenvolvimento harmônico do Ser Integral (inteligência do corpo e do espírito), de acordo com as faixas etárias, somando esforços na construção da cidadania, da ética e da solidariedade, contemplando todos os segmentos educacionais, de escolarização formal e informal, permeando o conteúdo lúdico e pedagógico com a luz da Espiritualidade Ecumênica. (LBV, 2013, p. 17)

Neste sentido, recorreremos a Gohn (2010) que escreve que o eixo da Educação Não Formal se forma para a cidadania e a emancipação social dos indivíduos.

Para isso a Pedagogia do Afeto trabalha com crianças com idade até 10 anos, seu objetivo é desenvolver a inteligência aliada aos sentimentos.

Desse modo, é pertinente o reforço de que os sentimentos devam aliar-se ao desenvolvimento da inteligência dos pequeninos, de forma que carinho e afeto não fiquem restritos aos bons tratos no seio da família, e sim permeiem todos os ambientes de convívio da criança, contemplando uma faixa etária em que uma criança se encontra mais vulnerável em seu universo infantil. (LBV, 2013, p. 17)

Já a Pedagogia do Cidadão Ecumênico é voltada para a educação de adolescentes, jovens e adultos, contemplando a Educação Básica, o EJA e os programas socioassistenciais da instituição. De acordo com Paiva Netto, o objetivo desta proposta é:

“A nossa ferramenta, portanto, para erigir o Cidadão Ecumênico (religioso ou não) é algo de que não podemos prescindir: o espírito universalista cujo instrumental seja a Solidariedade, iluminando mentes e sentimentos. Habitamos uma única e imensa morada, a Terra. Se não marcharmos na direção do entendimento, onde haveremos de residir se a loucura do egoísmo e da ganância não for afastada dos nossos caminhos, neste Planeta em novos tempos de globalização? Sociedade mundializada, satisfações ou males no mesmo grau. É matemático. (...)” (LBV, 2013, p. 18)

A Pedagogia do Cidadão Ecumênico acredita que o conhecimento, para ser seguramente apreendido pelo ser humano, deva percorrer o seguinte trajeto: a busca pelo

conhecimento deve partir do indivíduo, necessita ser compartilhada com o grupo, mas necessariamente volta para o indivíduo, que a internaliza. (LBV, 2013)

(...) A estabilidade do mundo começa no coração da criança. Por isso, na LBV aplicamos há tantos anos, a Pedagogia do Afeto e a Pedagogia do Cidadão Ecumênico. E mais: (...) O afeto que inspira a nossa pedagogia, tomado em seu sentido supino, é, além de um sentimento de alma elevada, uma estratégia política, igualmente compreendida na sua índole, mas exalçada, em consonância com a Justiça Social, como uma estratégia de sobrevivência para o indivíduo, povos e nações. Os seres humanos – portanto, os cidadãos, entre eles os esperançosos jovens – são muito mais do que um saco de carne, ossos, músculos, nervos, sangue. Amam e sofrem. Sonham, desejam, constroem, frustram-se e, apesar de tudo, prosseguem, vão em frente... Merecem, além de leis, respeito para que elas jamais constituam obscuros privilégios, e possam ser cumpridas em benefício de todos (...). (PERIOTTO, 2009, p.22)

A LBV possui metodologia própria intitulada por MAPREI (Método de Aprendizagem por Pesquisa Racional, Emocional e Intuitiva), este método possui 6 etapas, sendo elas:

1ª Etapa: Identificação do Conteúdo

Palavra-chave: Mobilizar

Objetivo: Apresentar o tema ao grupo. É o momento de despertar, provocar no usuário a curiosidade em querer aprender sobre o tema, por isso precisa ter alegria, entusiasmo. Nesta etapa, a forma como será apresentado o tema é que fará toda a diferença. Não podemos nos esquecer de que as pessoas aprendem de formas diferentes; para tal, temos que possuir diferentes estratégias, a fim de contemplar suas diversidades.

2ª Etapa: Busca Individual do Conhecimento

Palavra - Chave: Intuição e Pesquisa

Objetivo: Mobilizar atividades de pesquisa (coleta de materiais). É o momento em que o usuário irá trazer vivências e experiências sobre o que já conhece do tema e terá a oportunidade de conhecer mais, por meio do material que pesquisar. O usuário é que deverá se responsabilizar pelo retorno da pesquisa, pois a intenção é trabalhar a sua autonomia e responsabilidade, por isso ao propor a pesquisa, sempre se lembrar de direcionar de acordo com o tema e explicar o que se quer.

3ª Etapa: Socialização do Conhecimento

Palavra - Chave: Mediar e Aprofundar

Objetivos: Propor construção de conhecimento. Incentivar o diálogo e a reflexão. Aprofundar conceitos. Sistematizar conteúdo.

É o momento da troca de informações para construir novas ideias. O usuário apresentará as suas informações, mas o(a) mediador (a) irá aprofundar o que está sendo discutido, agregando e contribuindo com novos conhecimentos e corrigindo conceitos equivocados. É o momento de união.

Nessa etapa, deve-se diversificar a proposta de apresentação das pesquisas, todos devem ter a oportunidade de falar, sempre respeitando as limitações dos usuários, mas estimulando-os a se superarem.

4ª Etapa: Conclusão

Palavra - Chave: Produção

Objetivos: Colocar em prática e concluir o conhecimento adquirido. Sistematizar conteúdo propriamente dito. É o momento da construção, da produção, do que foi pesquisado e discutido sobre o tema/assunto. Temos que ter atenção para as inteligências múltiplas, assim os usuários terão a oportunidade de desenvolver suas habilidades e competências.

5ª Etapa: Apresentação de Resultados

Palavra - Chave: Interação: Usuário/Família/CCAS

Objetivo: Compartilhar e valorizar o trabalho produzido pelos usuários, pois sabemos que isso contribui para a autoestima e com a auto-realização.

Realizar exposição nos vários espaços do CCAS (sala, refeitório, recepção, corredores), realizar apresentações às famílias, funcionários, a outros usuários.

6ª Etapa: Conclusão Individual

Palavra - Chave: Internalização

Objetivo: Registrar o conteúdo assimilado. Verificar se aconteceu mudança de hábito, da forma de entender e de ver determinado conhecimento.

É o momento de verificar o que cada usuário internalizou do que foi trabalhado, pois sabemos que as mudanças acontecem individualmente. (LBV, 2013, p. 18-19)

O método MAPREI visa colocar em prática o objetivo do programa da LBV, ou seja, favorecer que os indivíduos exerçam sua cidadania e se emancipem. Autores como Gohn (2011), Libâneo (2002), Afonso (1989) elucidam que uma das funções da educação é de contribuir para o processo de formação e emancipação dos indivíduos, criando condições para que eles conquistem sua autonomia. Seria esse método MAPREI uma ferramenta? Qual a autonomia que o Pedagogo possui dentro deste programa para favorecer tal processo? Mas antes de entrarmos nesta questão, precisamos conhecer as atividades que este profissional desenvolvem.

No programa “Criança Futuro no Presente” as crianças e os adolescentes participam de oficinas, desenvolvidas por pedagogos, que visam promover a aprendizagem e assegurar a proteção social, oportunizando o desenvolvimento de interesses e talentos. As áreas de trabalho destas oficinas são:

Cidadania Ecumênica: esta área contempla o desenvolvimento de temáticas relacionadas às necessidades sociais e individuais dos usuários e busca desenvolver temas que estimulem nos usuários os valores éticos (afetividade, convívio, autoestima, solidariedade, respeito mútuo, fortalecimento de vínculos, justiça, autocuidado, projeto de vida, diálogo, conteúdos informativos, etc.) e a reflexão sobre os valores morais do grupo social atendido, sempre sob a perspectiva da Cultura Ecumênica e da Cultura de Paz, visando um trabalho em que o usuário se encontre com sua individualidade e se torne protagonista da sua vida e, conseqüentemente, um protagonista social.

Arte e Cultura: trabalha as diversas linguagens da arte que, por sua vez, estão sempre imbricadas da cultura de um determinado grupo. Contemplam-se aqui as artes plásticas e visuais, artes cênicas e circenses, dança, gastronomia, culinária, música (num sentido mais amplo), incluindo também o artesanato, isto é, toda produção estética ou cultural integrada aos valores da comunidade e da região onde se localiza o CCAS ou de outras regiões do país e do mundo.

Saber: propicia o desenvolvimento do hábito de leitura, da boa escrita do raciocínio lógico, como forma de estimular a imaginação, cognição, memorização, coordenação motora, criatividade e colaborar para a formação crítica do usuário.

Corpo e Movimento: trabalham com atividades físicas e recreativas, estruturas psicomotoras de base e outros aspectos da percepção e do desenvolvimento corporal e físico, de acordo com as necessidades e características de cada faixa etária.

Música: desenvolve o conhecimento de teoria e da prática musical, musicalização, o canto e a cultura musical.

Esporte é Vida: desenvolve diversas modalidades de esporte.

Momento do Brincar Livre: é importante que no dia destinado para este momento a criança brinque livremente, escolha o brinquedo, jogo ou brincadeira, sozinha, em

grupo o ficar sem fazer nada. (DIRETRIZES OPERACIONAIS TÉCNICAS – CCAS, 2014, p. 59-62)

Os planejamentos dos projetos que são desenvolvidos nas oficinas são realizados uma vez por mês sob a coordenação do Coordenador Pedagógico, representado na figura do pedagogo, que além de supervisionar as atividades desenvolvidas pelo educador, também fornece apoio técnico. “O profissional responsável pelo planejamento e execução deverá se basear nos objetivos da área de trabalho das oficinas e levará em consideração a idade dos usuários, interesses, necessidades e dificuldades”. (LBV, 2014, p. 63)

As diretrizes da LBV determinam que o pedagogo tem uma oficina específica para desenvolver, com um direcionamento e conteúdos específicos e ele deve elaborar seus planejamentos de acordo com a área da oficina.

O rol de oficinas que o programa oferece busca priorizar o contato com o outro, a socialização, a convivência, o desenvolvimento do protagonismo e a promoção da cidadania. Gohn elucida sobre uma das características da Educação Não Formal, a aprendizagem por meio da convivência, da troca de experiências.

A produção de conhecimento não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando serem apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problemas. As ações interativas entre os indivíduos são fundamentalmente para a aquisição de novos saberes e essas ações ocorrem fundamentalmente no plano da comunicação verbal, oral, carregadas de todo conjunto de representações e tradições culturais que as expressões orais contêm. (GONH, 1997 p.102).

Os temas dos projetos desenvolvidos no programa são delimitados a partir dos interesses e necessidades das crianças.

O educando é visto, sim, como protagonista do processo de aprendizagem. Essa participação o motiva a permanecer no ambiente escolar e, mais que isso, reforça sua autoestima na continuidade dos estudos – fator que incentiva o seu ingresso na universidade e, para isso, conta com caminhos indicados e apoiados pela equipe multidisciplinar da instituição. Também é inserida nesse método a integração da família à vida escolar. (PERIOTTO, 2009, p.24)

Quando a autora coloca que o educando é visto como protagonista, nos remetemos à Gohn (2010, p. 34) para falar da intencionalidade que existe na educação não formal.

Sabemos que a escola também tem intencionalidades, assim como deve também cuidar de formar para a cidadania, tendo como uma das suas tarefas principais desenvolver a capacidade de aprender mediante "pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo", conforme prevê o artigo 32, I, da Lei de Diretrizes de Bases da

Educação Nacional (LDB - Lei nº 9,394/96). Mas há muitos alfabetizados, bons, maus ou regulares, que leem, escrevem, mas não sabem fazer leitura crítica do mundo e o significado das letras que decifram, porque não tem domínio no campo da educação não formal.

Sendo assim, se pode notar que a proposta pedagógica da instituição favorece uma "aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer a leitura do mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor" (GOHN, 2010, p. 35), visto que as atividades estão organizadas para isto.

2.2.2 O papel do Pedagogo na LBV

Para compreender melhor o papel do Pedagogo na LBV, a ONG disponibilizou suas Diretrizes Operacionais Técnicas, na qual constam quais são as atribuições deste profissional em seus programas.

Ceroni (2006, p. 09) relata que o pedagogo para atuar nos espaços educativos não formais necessita de:

[...] flexibilidade em suas ações; conhecimento e experiências relativas à gestão participativa; competência e habilidade na busca de soluções para os impasses enfrentados, com compreensão do processo histórico, social, administrativo e operacional em que está inserido; comprometimento com o trabalho e envolvimento com o trabalho; ter preparo para administrar conflitos; zelar pelo bom relacionamento interpessoal; gostar de trabalhar com pessoas; comunicação eficaz; conhecimento de princípios de educação popular; ter competência e habilidade para planejar, organizar, liderar, monitorar, empreender.

O pedagogo precisa conseguir aplicar os conhecimentos técnicos, relacionados aos conhecimentos de mundo, sempre contextualizado com as necessidades educativas do espaço onde está inserido. Essas exigências também são fundamentais nas práticas formais.

Na LBV o pedagogo é responsável por realizar o acompanhamento dos Educadores Sociais, que são os profissionais que desenvolvem as oficinas com as crianças e, que também são pedagogos. Para isso, deve desenvolver algumas atividades, como:

Acompanhamento do planejamento dos projetos socioeducativos: fará o direcionamento do trabalho da equipe de convivência, colaborando na definição dos temas que serão desenvolvidos em todas as oficinas, sugerindo atividades; disponibilizará materiais e pesquisas que estimulem a criatividade, entre outras atividades que contribuam para que os projetos estejam coesos entre si; analisará se os objetivos dos projetos estão de acordo com a faixa etária e maturidade dos grupos, ao qual se destina; avaliará as músicas, vídeos, filmes, histórias, poemas, etc. que serão aplicados nas oficinas; direcionará as ações conforme as necessidades dos usuários, identificadas durante o estudo de casos e reuniões técnicas para o desenvolvimento de projetos específicos.

Orientações quanto à didática do educador: realizará orientações individuais ou coletivas aos educadores quanto ao direcionamento do trabalho com os usuários e o

desenvolvimento das oficinas. Analisará as atividades que estão sendo aplicadas observando: criatividade, dinamismo, postura do educador, utilização de estratégias diferenciadas de acordo com os estilos de aprendizagem e perfil de cada usuário, para motivar a participação de todos nas atividades propostas.

Mediação de Conflitos: realizará escuta, orientações e tomará providências sobre as situações de conflito ocorridas entre os usuários e os usuários e educadores. Quando os educadores não conseguirem resolver as situações de desentendimentos entre os usuários, o pedagogo terá a responsabilidade de dar suporte aos mesmos ou intervir diretamente junto aos usuários, buscando solucionar problemas de indisciplina.

Coordenar a formação de turmas: o mesmo será responsável pela distribuição dos usuários nas turmas.

Orientar quanto ao preenchimento de formulários: deverá orientar a equipe de educadores sobre as fases do preenchimento dos formulários, suas normas e procedimentos.

Observações nas oficinas: fará observações periódicas nas oficinas para avaliar o desenvolvimento dos usuários dentro delas e dos educadores em suas práticas. Durante esta ação o profissional não fará intervenções junto aos educadores ou usuários, salvo se estiver ocorrendo alguma situação em que a criança esteja em risco. É importante avisar, com alguns dias de antecedência, o educador responsável pela oficina, que irá realizar a observação. Quanto as informações colhidas, o pedagogo fará os registros, seja em cardeno/livro ata/pasta específica, para que posteriormente faça as abordagens nas Reuniões Técnicas e demais atendimentos individuais aos educadores. (LBV, 2014, p. 06-07)

Para desenvolver o trabalho em instituições educativas não formais, como é o caso das ONGs, o profissional pedagogo necessita ter conhecimentos técnicos e científicos, além de comprometimento e envolvimento com o trabalho a ser desenvolvido. Como já destacado ele é o profissional responsável pela motivação de seus educandos, desenvolvimento pessoal, administração do trabalho dos educadores sociais, assistência e promoção de projetos e palestras de formação continuada. Será que todas essas ações se efetivam na prática? Será que o pedagogo consegue fazer essa contextualização com as necessidades educativas desse espaço de educação? A ONG lhe fornece os subsídios necessários?

As diretrizes da LBV determinam quais são as atividades que este profissional tem que desenvolver, quais são as intervenções e mediações de sua competência. Todas as ações do pedagogo são registradas e depois encaminhadas para a gestora social que as avalia para verificar se o mesmo cumpriu com suas funções. Por fim, o pedagogo deve elaborar relatórios bimestrais das ações que foram desenvolvidas e encaminhar para a supervisão pedagógica, que fica localizada na sede da LBV em São Paulo.

O Pedagogo não possui autonomia para desenvolver suas atividades, visto que existem atribuições pré-determinadas que lhe ditam como atuar. As diretrizes esclarecem qual é o trabalho que é de sua competência, mas ao mesmo tempo limitam sua ação. A sua autonomia de pensar fica condicionada a sua autonomia do fazer, visto que as necessidades que surgem a partir do contato com o outro, das observações e reflexões que realiza, nem sempre podem ser

colocadas em prática. Neste sentido, recorreremos a Gohn (2010) que elucida que “o cidadão emancipado, para impor-se, como cidadão, tem que ter autonomia no fazer e no pensar”.

O Pedagogo também realiza atendimento pedagógico individual dos usuários dos programas da LBV. Este atendimento “consiste na escuta qualificada e orientação segundo as competências teórico-metodológica do pedagogo e tem o objetivo de realizar orientações aos usuários matriculados”. (LBV, 2014, p. 18) O atendimento pode surgir a partir da busca ativa do usuário, por observação do pedagogo ou por solicitação de outro profissional da equipe (assistente social, psicólogo ou educador social).

Também faz parte das atividades do pedagogo participar de grupo de Estudo de Caso. Segundo as Diretrizes Operacionais Técnicas (2014, p. 46) da LBV:

O Estudo de Caso é realizado quando observados, em algum usuário ou em sua família, uma situação ou comportamento que desperte a necessidade de uma investigação, intervenção mais aprofundada ou quando as ações individuais dos profissionais não tenham sido suficientes para a condução das situações apresentadas.

Este Estudo de Caso é feito em duas etapas, sendo uma composta pela discussão teórica sobre a problemática apresentada e a outra é o estudo prático, a identificação e investigação do caso, a fim de encaminhar possíveis soluções. A participação do pedagogo consiste em apresentar parecer sobre o desenvolvimento pedagógico do usuário em questão, bem como traçar estratégias junto aos educadores sociais quanto as intervenções pedagógicas que podem ser feitas.

O pedagogo também realiza reuniões técnicas com os educadores sociais. Estas acontecem dentro da Parada Pedagógica, que acontece quinzenalmente, e tem por objetivo discutir questões relacionadas à rotina, como: frequência das crianças, comportamento, planejamentos, mediação de conflitos, materiais, observação das oficinas, capacitações.

As atribuições técnicas designadas ao pedagogo na LBV são amplas e diversificadas, contudo, é preciso questionar, será que com tantas atividades, o pedagogo consegue desenvolver seu trabalho de forma crítica?

Ao abarrotar o pedagogo de atividades, qual é o espaço que a ONG está destinando para que este profissional pense sua prática?

2.3 ONG Obras Sociais Jesus Consolador

A outra Organização Não Governamental que participa da pesquisa é as Obras Sociais Jesus Consolador – OSJC, fundada em Paranaíba/MS em 08 de Outubro de 1948, também

desenvolve seu trabalho de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A ONG é de pequeno porte, não possui filiais. Quando esta ONG iniciou suas atividades, prestava atendimentos como:

Albergue Noturno da cidade; distribuição de sopa fraterna todos os sábados; distribuição de enxovais para gestantes vinculado a um curso onde recebiam todo tipo de orientação com relação à gestação, nascimento e educação; distribuição de cestas básicas para os necessitados e visita aos doentes em casas e hospitais levando conforto e amparo espiritual. (OSJC, 2013, p. 02)

Diante das exigências legais impostas pelo Estado, para que as ONGs institucionalizassem suas atividades, sistematizasse seus atendimentos, transfigurando as ações pontuais e emergenciais em atividades que promovem a inserção do cidadão na sociedade, deixando de ter características assistencialistas. A OSJC mudou sua atuação, passando a criar um programa que atendesse as demandas do município, principalmente no trato com crianças e adolescentes.

O grupo tinha conhecimento sobre a situação de risco em que se encontravam crianças/adolescentes de 6 a 14 anos cujas pais saíam de casa para trabalharem e os deixavam sozinhos, pelas ruas, sujeitos a abusos, exploração e marginalidade. No município, na época, não existia nenhuma entidade que pudesse acolhê-los e, munidos apenas de boa vontade e perseverança, decidiu-se iniciar este trabalho. O que facilitou a implementação do projeto foi a disponibilidade de um amplo espaço físico, vontade, determinação, consciência da necessidade e da importância do trabalho e confiança em Deus. (OSJC, 2013, p. 02)

Até então, os voluntários desenvolviam suas ações de forma aleatória, não existia uma atividade específica, com dia e hora para acontecer. Bastava apenas reunir um grupo de pessoas e ir ao socorro dos que mais necessitavam. Ações essas que se configuravam como assistencialismo, pois apenas resolvia o problema pontualmente, não transformava a vida do necessitado, não mudava sua condição de marginalizado. A partir disso, as atividades se transformaram em projetos, voltados para um público específico.

Atualmente a ONG Obras Sociais Jesus Consolador tem como objetivo:

Assistir à 130 crianças/adolescentes de 06 a 15 anos e 11 meses em situação de risco social, retirando-as do trabalho infantil em conformidade com a LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS) e com o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA), oportunizando seu crescimento moral-intelectual, garantindo sua inclusão, permanência e sucesso escolar, assegurando seu enriquecimento informacional, cultural e lúdico, oferecendo alimentação equilibrada e saudável e propiciando sua integração com a família, a escola e a comunidade, tornando-os cidadãos responsáveis e conscientes de seus direitos e deveres e capacitando-os a ter atitudes e tomar decisões. (OSJC, 2013, p. 04)

Para contemplar tais objetivos, a ONG OSJC atua por meio de dois programas, sendo eles: “Criança bem assistida hoje, homem de bem amanhã” e “Jovens do bem – construindo sonhos”.

O programa “Criança bem assistida hoje, homem de bem amanhã” é oferecido no contra turno escolar para crianças com idade entre 06 à 12 anos. Deste programa participam 100 crianças. Visa contribuir para a qualidade de vida e redução das vulnerabilidades por meio de “atividades lúdicas que favoreçam seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, cultural e social, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. (OSJC, 2013, p. 09) Para contemplar tais objetivos, as crianças participam das seguintes oficinas:

Oficina de Aprendizagem Lúdica: Proporciona o desenvolvimento do hábito de leitura, escrita e raciocínio lógico por meio do lúdico. Brincando a criança aprende, desenvolve potencialidades e criatividade.

Oficina Criarte: desenvolver a criatividade e diversas habilidades através de atividades de construção e reciclagem, estimulando a sustentabilidade.

Oficina Dança, Movimento e Vida!: Estimula o desenvolvimento artístico-cultural através da arte do teatro e da dança.

Oficina Musicando: Estimular o desenvolvimento da musicalidade e da expressão corporal, despertando o interesse pela aprendizagem da teoria e de instrumentos musicais.

Oficina Criança Digital: Proporciona o acesso a um ambiente informatizado, desenvolvendo na criança o raciocínio lógico, a coordenação motora, a memorização e a criatividade.

Oficina Cidadania: Visa despertar na criança o respeito e amor ao próximo; exercício de valores éticos; vivência de bons sentimentos, influenciando no seu comportamento social.

Oficina Pequenos Chefs: tem o objetivo de trabalhar a alimentação saudável, buscando através da sustentabilidade, do reaproveitamento de alimentos e do lúdico, desenvolver nas crianças além de bons hábitos, uma consciência crítica de boas práticas e preservação.

Oficina Ludoteca: é um momento destinado para que a criança tenha contato com jogos lúdicos e brinquedos, com o intuito de estimular e desenvolver a imaginação, a criatividade, a socialização, a vivência de regras, o senso crítico.

Oficina Hora do Brincar: Proporciona o apoio ao desenvolvimento emocional, psicológico, motor e cognitivo da criança, possibilitando trabalhar com o jogo simbólico, o desenvolvimento da autonomia, criatividade, interação e socialização.

Oficina de Contação de Histórias: estimular a criatividade e imaginação, bem como o gosto pela leitura.

Cineminha: desenvolver o senso crítico através de filmes, discutir valores de forma lúdica. Está oficina acontece 1 vez por mês.

Artes Marciais: ensinam autocontrole, disciplina e respeito, além de fazer com que as crianças e os adolescentes se exercitem, aprendam a se socializar, a canalizar a agressividade e que a luta não precisa ser algo nocivo e violento. (OSJC, 2013, p. 10-11)

O profissional responsável por desenvolver estas oficinas é o pedagogo. A instituição possui apenas um educador contratado pela instituição, os demais profissionais são cedidos, por meio de parceria, com a prefeitura municipal.

O programa “Jovens do bem – construindo sonhos” é destinado para adolescentes com idade entre 12 à 15 anos e 11 meses, também oferecido no contra turno escolar. Tem como pretensão desenvolver o senso crítico e a cidadania de seus usuários, reduzindo as vulnerabilidades e promovendo acesso à cultura, esporte e lazer. As oficinas oferecidas neste programa são:

Dança, expressão e Arte!: estimular a cultura popular através das manifestações artísticas. Os adolescentes participam de aulas de dança de ballet clássico e dança de rua, bem como coreografia temáticas que exploram e resgatam a história local, regional e do nosso país.

Esporte é Vida!: estimular a prática de esportes e o exercício das artes marciais com o intuito de favorecer um desenvolvimento saudável, trabalhar a disciplina e o despertar de talentos.

Artes Cênicas: uma forma de linguagem mais direta e ampla, onde cada situação exigirá a fala, o corpo, a criatividade, a agilidade, o equilíbrio, a concentração, entre os diversos sentidos da comunicação e expressão.

Artesãos do Futuro: através de trabalhos manuais estimular a criatividade, a imaginação, cognição, socialização e o desenvolvimento de habilidades.

Grupo Terapêutico e Orientação Vocacional: são momentos de intervenções realizadas pela Psicóloga para discutir e trabalhar assuntos relacionados aos problemas vivenciados pelos adolescentes, bem como a orientação vocacional para a descoberta da carreira profissional.

Toque de Paz e Cidadania: é uma oficina destinada para a discussão de assuntos relacionados ao cotidiano, os dilemas sociais e o universo juvenil, despertar a consciência crítica, bem como o estímulo de atitudes transformadoras de combate a violência, tráfico e consumo de drogas e a marginalização.

Música e Fanfarra: estímulo a aprendizagem musical através de instrumentos de percussão, iniciação a fanfarra, bem como atividades de canto. Nas aulas são trabalhados os mais variados gêneros musicais, desde canções populares e músicas folclóricas a composições eruditas. Além do estudo da música ser desafiador, construtivo e prazeroso, a variedade de repertório mantém viva a raiz cultural da comunidade.

Artes Marciais: ensinam autocontrole, disciplina e respeito, além de fazer com que as crianças e os adolescentes se exercitem, aprendam a se socializar, a canalizar a agressividade e que a luta não precisa ser algo nocivo e violento.

Oficina Jovem Digital: Proporciona o acesso a um ambiente informatizado, favorecendo a inclusão digital e o acompanhamento das novas tecnologias como um recurso de aprendizagem. (OSJC, 2013, p. 13-14)

A função do Pedagogo na ONG OSJC é de Coordenar ambos os programas apresentados acima. Não existe um documento que determina suas atividades especificadamente, como no caso da LBV que possui Regimento Interno com as atribuições deste profissional. Como não havia documentos que registrassem qual é o papel que o Pedagogo desenvolve na ONG OSJC, entrevistamos a Gestora a fim de melhor compreender sua atuação. Questionamos quais são as atividades este profissional desenvolve nos Programas.

Aqui no Externato o Pedagogo é responsável por acompanhar os educadores. Ele acompanha a rotina, olha sala por sala, lê os planejamentos, verifica se o que foi planejado é o que está sendo desenvolvido. Corrige os projetos e analisa os relatórios pedagógicos. (Gestora)

Perguntamos para a gestora como acontece o acompanhamento dos educadores, a fim de melhor compreender quais atividades são atribuídas a este profissional. A mesma respondeu:

Tudo que se refere ao trabalho dos educadores é de responsabilidade do pedagogo. Ele tem que orientar, chamar a atenção quando precisa, dar sugestões para as atividades dos educadores, corrigir, acompanhar o desenvolvimento da oficina, ver se o educador tem didática, realizar reuniões pedagógicas com eles para falar sobre a rotina e tirar dúvidas. Uma vez ao mês o pedagogo também desenvolve capacitações com os educadores. (Gestora)

O rol de atividades desenvolvidas pelo Pedagogo na ONG OSJC não é muito diferente da LBV. A única diferença é que na LBV a função deste profissional já está elaborada e faz parte do regimento interno da instituição.

Diante destas atividades, questionamos se o pedagogo recebe capacitação para desenvolver tais atividades, para verificar como sua atuação vai se constituindo.

Capacitação não. Eu oriento. Todo começo de ano eu passo a proposta da instituição, nós sempre planejamos como serão as atividades nos programas e o que cada profissional irá fazer. Depois, durante o ano, vamos fazendo reuniões mensais, corrigindo o que precisa e o trabalho vai acontecendo. (Gestora)

Gohn (2010) elucida que o Pedagogo, a partir do seu trabalho, ajuda a construir espaços de cidadania na sua comunidade. Lembrando que a cidadania é a autonomia no fazer e no pensar, perguntamos para a Gestora se o pedagogo tem autonomia para elaborar seu trabalho e de que forma.

Claro que tem. Tem algumas coisas que são da função do pedagogo, como é o caso de acompanhar os educadores. Mas, se ele achar que tem outras coisas que ele podem contribuir, a instituição não se fecha para isso. As oficinas mesmo, são avaliadas todo final de ano. As que não tiveram muita aceitação são repensadas. Nesse momento o pedagogo avalia se convém excluir e substituir por outra, ou apenas remodelar. É ele quem pensa o que é melhor para o programa. Depois isso passa pela diretoria que decide pela aprovação ou não. Mas a diretoria nunca interfere. (Gestora)

A gestora argumenta que o pedagogo possui autonomia para construir sua prática, contudo, a mesma afirma que essa “construção” tem que passar pela “aprovação” da Diretoria

e, esta decide se está de acordo com o que pode ser desenvolvido na ONG. A partir disso questionei qual o papel da Diretoria na ONG.

A diretoria é responsável por tudo. Eu passo para eles tudo que acontece aqui... porque eles gostam de saber desde o que as crianças comem até o que os educadores fazem. A igreja também faz parte da Diretoria, uma vez por semana o Pastor vem conversar com as crianças, trazer uma mensagem positiva. (Gestora OSJC)

A autonomia do pedagogo esbarra na Diretoria, visto que o papel desta é de garantir que as atividades desenvolvidas dentro da ONG estejam de acordo com os valores “pregados” por eles. Neste sentido, ONG e religião se misturam, comprometendo a crítica necessária para formar cidadãos autônomos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta parte do trabalho, serão apresentadas as informações referentes aos procedimentos de pesquisa. A pesquisa situa-se dentro da abordagem qualitativa, visto que não tem a pretensão de quantificar os elementos analisados.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2010, p. 79)

A escolha da abordagem qualitativa se deu justamente pelo que o autor afirma, há uma relação entre o mundo real e o sujeito, ou seja, há uma relação entre o *locus* da pesquisa e os sujeitos participantes da pesquisa, bem como os significados que estes atribuem ao fenômeno. Para compreender as indagações que nos levaram a elaborar tal pesquisa, é necessário analisar todas as peças que fazem parte deste quebra-cabeça.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa mostra-se mais adequada justamente por permitir interpretar o fenômeno no meio social, bem como reconhecer os entrevistados como produtores de relações sociais e de conhecimentos.

3.1 Procedimento da coleta de dados

Para responder aos objetivos da pesquisa, utilizamos como procedimentos da coleta de dados: aplicação de questionários e entrevistas com os pedagogos e com os gestores, análise de documentos e observação das atividades.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica para realizar o levantamento de teses e dissertações sobre o que já se produziu sobre o tema: educação não formal; pedagogo e espaços não escolares; ONGs e práticas educativas não formais.

Após a investigação sobre as produções científicas já realizadas sobre a temática, partimos para a Pesquisa de campo, pois:

O objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (*surveys*) que são mais descritivos, até estudos mais analíticos. (SEVERINO, 2007, p. 123)

O primeiro passo foi selecionar as ONGs que seriam utilizadas como *locus* da pesquisa, para isso, listei as ONGs existente no município que ofereciam projetos de Educação Não Formal. Foram identificada 3 ONGs, sendo elas: Legião da Boa Vontade – LBV, Obras Sociais Jesus Consolador – OSJC e Lar Escola Joana D’Angelis. A partir disso já foi possível realizar o contato inicial com essas instituições a fim de verificar se as mesmas concordariam em participar da pesquisa.

Visitamos a ONG LBV e apresentamos a pesquisa para a Gerente, a mesma se prontificou a participar, colocando todo seu corpo docente à disposição para realizar as observações da rotina e entrevistas. Com a ONG OSJC o processo foi o mesmo e o retorno também, a Gestora sentiu-se lisonjeada por sua instituição poder participar de uma pesquisa científica, visto que isso também iria contribuir para o aperfeiçoamento profissional da instituição.

Já na ONG Lar Escola Joana D’Angelis não foi possível realizar nem a visita para apresentar a pesquisa, pois a instituição estava sofrendo uma reformulação de Diretoria e não poderia nos receber. Sendo assim, descartamos a participação desta ONG como um *locus* de pesquisa.

Ao adentrar as atividades de campo, foi necessário consultar os dados a respeito das ONGs participantes da pesquisa. Alguns dos materiais institucionais estavam bem sistematizadas, outros não. Então foi necessário reunir todo material possível e ir juntando aos poucos as peças desse quebra-cabeça. O material coletado continha: normas, regimento interno, manuais, diretrizes operacionais, portfólio do educador, ata de reuniões. Ressaltando que documentação é:

É toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Pode ser tomada em três sentidos fundamentais: como técnica de coleta, de organização e conservação de documentos; como ciência que elabora critérios para a coleta, organização, sistematização, conservação, difusão dos documentos; no contexto da realização de uma pesquisa, é a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho. (SEVERINO, 2007, p. 124)

Os documentos são fontes de extrema importância para a pesquisa, visto que neles se encontram dados expressos sobre o objeto a ser pesquisado, revela questões e permite ao pesquisador maior consistência de informações. Na Pesquisa documental:

Tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos,

filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (SEVERINO, 2007, p. 122-123)

Na ONG LBV não foi difícil ter acesso aos seus registros, visto que se encontravam todos organizados. Para realizar a consulta destes materiais, solicitamos autorização junto a Gerente e a mesma concedeu de prontidão.

Os primeiros documentos pesquisados foram: Normas Operacionais Técnicas e Regimento Interno, pois, de acordo com a Gerente, são estes documentos que descrevem o trabalho do pedagogo na ONG.

Já na ONG Obras Sociais Jesus Consolador encontramos um pouco de dificuldades em obter os documentos, pois a mesma não possui seus registros sistematizados.

No quadro abaixo constam todos os documento do quais conseguimos acesso nas ONGs participantes da pesquisa.

LEGIÃO DA BOA VONTADE	OBRAS SOCIAIS JESUS CONSOLADOR
<i>Os documentos foram analisados na própria instituição</i>	<i>Os documentos foram analisados na própria instituição.</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Estatuto Social; - Diretrizes Operacionais Técnicas; - Regimento Interno; - Programa Criança Futuro no Presente; - Manual Programa Criança Futuro no Presente; - Ata de reuniões; - Portfólio do Pedagogo; - Projetos e Planejamentos; - Relatórios Pedagógicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estatuto Social; - Manual dos Programas: Criança Bem Assistida Hoje, Homem de Bem Amanhã; Jovens do Bem – Construindo Sonhos; - Portfólio do Pedagogo; - Ata de Reuniões.

Agendamos uma reunião com a gestora da ONG OSJC para explicar do que se tratava a pesquisa, bem como solicitar autorização para acessar aos documentos da instituição. A gestora, sempre muito simpática, permitiu e se colocou a disposição para colaborar com a pesquisa. Optamos por entrevistar a gestora para assim obter as informações necessárias sobre a atuação do pedagogo na instituição.

A partir da entrevista realizada com a gestora da ONG OSJC percebemos a necessidade de também entrevistar a gestora da ONG LBV, visto que isso traria grandes contribuições para compreender o campo de atuação.

As observações *in locus* tiveram início no dia 11 de Novembro de 2013 e foram desenvolvidas ao longo de duas semanas consecutivas. As primeiras observações foram realizadas na LBV e as demais na OSJC. As observações foram realizadas em diversos espaços da ONG, tais como: sala de atividade, pátio, refeitório, recepção, etc. As informações coletadas foram fundamentais para o processo de elaboração da próxima fase da pesquisa: as entrevistas.

As observações mostraram-se fundamentais para compreender o espaço onde o pedagogo está inserido, como é a rotina de trabalho, como se efetiva na prática suas atribuições. Durante o processo de observação, buscou-se analisar esses fatores.

A partir das observações realizadas, elaboramos a entrevista, que primeiramente seria desenvolvida com as pedagogas e, num segundo momento com as gestoras das instituições.

Lüdke e André (1986) elucida que a entrevista é um forte elemento na pesquisa em educação, visto que permite ao entrevistador captar as informações desejadas, com qualquer tipo de informante e sobre qualquer assunto. Além disso, a entrevista permite correções, esclarecimento e adaptações que se tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas”. (p. 34) As autoras complementam afirmando que “na entrevista, a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. (p. 33) Severino (2007) escreve que entrevista é:

Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisadores. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, representam, fazem e argumentam. (p. 124)

O roteiro da entrevista foi com questões aberta, permitindo a gestora falar mais livremente sobre o assunto. As perguntas tinham como objetivo identificar o papel que o pedagogo desenvolve na instituição, quais são suas atribuições.

As entrevistas expressam, segundo Chizzotti (2010, p. 90) “as representações subjetivas dos participantes, possibilitando intervenções do pesquisador em sua realidade ou ações transformadoras mediante questões problemáticas”.

Todas as entrevistas foram realizadas em ambientes privados (salas de atividades que estavam vazias), em horários que não havia movimentação de crianças (depois do horário de

encerramento dos projetos), sem nenhuma interferência externa. Os diálogos transcorreram com muita tranquilidade, todos os sujeitos foram muito colaborativos, demonstrando muita disponibilidade e interesse em fornecer as informações para a pesquisa.

Inicialmente a pesquisadora se apresentou e explicou quais os objetivos da entrevista, em seguida iniciou-se a gravação. O tempo de duração da entrevista foi de 30 minutos à 50 minutos em média.

Depois de finalizada, a entrevista foi transcrita, impressa e entregue a gestora para que a mesma conferisse os conteúdos, realizasse alterações se assim desejasse e concedesse seu aval para inserirmos na pesquisa. Não houve nenhuma objeção.

Num segundo momento, agendamos as entrevistas com as pedagogas que participariam da pesquisa. O roteiro continha 24 questões. As entrevistas duraram em média de 50 minutos à 1 hora e 10 minutos. Sempre, antes de iniciar as entrevistas, conversava com os sujeitos sobre as questões, permitia que eles lessem com tranquilidade e que retirassem dúvidas, buscando deixa-los o mais a vontade possível.

3.2 Método

Para realizar a análise e interpretação dos dados da pesquisa é preciso adotar um método, pois permite a comprovação de hipóteses exercendo uma ponte entre a observação empreendida pelo pesquisador e a teoria científica existente, a fim de explicar a realidade sobre o fenômeno estudado.

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (LAKATOS & MARCONI, 1991, p. 40-41)

O método adotado nesta pesquisa é o dialético visto que permite ao pesquisador discutir o fenômeno a partir dos conflitos de classe, visto que a divisão social do trabalho exerce grande influência na forma de organização da sociedade e na relação entre os indivíduos.

3.2.1 Método Dialético

Este conceito surgiu na Grécia antiga, dialética significava diálogo. “Aos poucos, passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz

de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão”. (KONDER, 2006, p. 07)

Heráclito trás uma nova característica para este termo, “englobando o conceito de “mudança”, a partir da constatação de que é por meio do conflito que tudo se altera”. (LAKATOS & MARCONI, 1991, 72) Aristóteles apresenta uma nova face da dialética defendendo três noções capitais:

[...] uma colocação contra as ideias de Platão, afirmando a concepção do universal, imanente e não transcendente ao indivíduo; a noção das relações entre a razão e a experiência, cuja necessidade interna deve ser revelada pelo pensamento; finalmente, a concepção do movimento, do vir-a-ser, como passagem da potencialidade para o ato ou a realidade. (LAKATOS & MARCONI, 1991, 73)

Já Hegel compreende que os fatos não estão isolados do universo, tudo é movimento e mudança.

Hegel fundamenta-se nas contradições e, procurando as relações das partes formadoras de um todo orgânico, busca a plenitude; ora, a contradição está presente em toda a realidade: tudo tem relação com um todo, que encerra em si próprio contradições. Nada é finito, mesmo que assim pareça: o que se apresenta como finito é algo que irá se transformar, apresentando-se aos nossos olhos sob outro aspecto. Os contrários são verso e anverso de uma mesma realidade; portanto, amo mesmo tempo se antagonizam, também se identificam. A dialética é a lógica do conflito, do movimento, da vida. (LAKATOS & MARCONI, 1991, p. 73)

Em Marx e Engels a dialética se torna dialética materialista. Marx analisa as relações de classe a partir do trabalho e da alienação que ele produz, pois com a divisão social do trabalho, as pessoas passam a ter menos tempo e condições de pensar seus problemas e encará-los.

As condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada introduziram um “estranhamento” entre o trabalhador e o trabalho, na medida em que o produto do trabalho, antes mesmo de o trabalho se realizar, pertence a outra pessoa que não é o trabalhador. Por isso, em lugar de realizar-se no seu trabalho, o ser humano se *aliena* nele; em lugar de reconhecer-se nas suas próprias criações, o ser humano se sente ameaçado por elas; em lugar de libertar-se, acaba enrolado em novas opressões. (KONDER, 2006, p. 30)

Desta forma, a força de trabalho do ser humano também se transforma em mercadoria, visto que sua produção não lhe pertence, o indivíduo torna-se apenas uma “ferramenta” para o capitalista. E isso gera insegurança, pois uma vez que o ser humano é considerado apenas um

meio para se chegar a determinado fim, não existe valorização. O mesmo pode ser dispensado ou substituído se não cumprir aos desígnios do mercado.

O papel da Dialética é investigar além das aparências, ir em busca da essência dos fenômenos. O pensamento dialético tem que identificar as contradições e as mediações para compreender a totalidade. O fenômeno possui uma dimensão imediata, que é a que percebemos assim que entramos em contato com ele, mas também possui uma dimensão mediata, que é aquela que precisa ser descoberta, investigada, construída.

A Dialética apresenta quatro leis fundamentais. A primeira delas é a **Ação recíproca**: “Para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. (LAKATOS & MARCONI, 1991, p. 75)

Além do fato de que tudo está entrelaçado, não se pode isolar os fatos, pois isso impossibilita a compreensão da sociedade. “Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-os reciprocamente”. (LAKATOS & MARCONI, 1991, p. 75) Segundo este autor, a Dialética existe uma interdependência entre o fenômeno e o meio, não sendo possível compreendê-los dissociadamente, visto que é a ação recíproca que os determinam.

A segunda lei é a **Mudança Dialética** que é o movimento da contradição ou da negação que gera uma transformação das coisas. “Dito de outra forma, a negação de uma coisa é o ponto de transformação das coisas em seu contrário. Ora, a negação, por sua vez, é negada. Por isso se diz que a mudança dialética é a negação da negação”. (LAKATOS & MARCONI, 1991, p. 76)

A partir do movimento de contradição, a dialética nos ensina que nada é eterno, imutável, que tudo tem começo meio e fim e, que mesmo no fim, se transforma novamente. Nada escapa à mudança, ao processo do devir e do transitório, ou seja, tudo tem uma história, fases que se sucedem, isso é o autodinamismo.

Uma dupla negação em dialética não significa o restabelecimento da afirmação primitiva, que conduziria de volta ao ponto de partida, mas resulta numa nova coisa. O processo de dupla negação engendra novas coisas ou propriedades: uma nova forma que suprime e contém, ao mesmo tempo, as primitivas propriedades. Como lei do pensamento, assume a seguinte forma: o ponto de partida é a *tese*, proposição positiva; essa proposição se nega ou se transforma em sua contrária – a proposição que nega a primeira é a *antítese* e constitui a segunda fase do processo; quando a segunda proposição, *antítese*, é, por sua vez, negada, obtém-se a terceira proposição

ou *síntese*, que é a negação da tese e da antítese, mas por intermédio de um proposição positiva superior – a obtida por meio de dupla negação. (LAKATOS & MARCONI, 1991, p. 76)

A terceira lei refere-se a **Passagem da quantidade à qualidade**: Denominamos de mudança quantitativa o simples aumento ou diminuição de quantidade. Por sua vez, a mudança qualitativa seria a passagem de uma qualidade ou de um estado para outro. (LAKATOS & MARCONI, 1991, p. 78)

E a quarta lei é a **Interpenetração dos contrários**, ou seja, os dois lados se opõem, mas se complementam. A contradição possui 3 principais características: a) A contradição interna – se existe mudança é porque, em essência, o fenômeno é ele e algo diferente dele. As contradições internas é que geram o movimento e o desenvolvimento das coisas; b) A contradição é inovadora – é uma luta entre o velho e o novo, o que morre e o que nasce, não há vitória sem luta; c) Unidade dos contrários – o fenômeno possui duas partes que se opõem mas que se complementam, isto se chama unidade. Ex: dia e noite compõe as mesmas 24 h de um dia.

Sendo assim, a dialética nos incita a revermos o passado a fim de que possamos compreender o futuro, pois não basta apenas interpretar o mundo é preciso transformá-lo. (LAKATOS & MARCONI, 1991) E com isso, pretendemos não só compreender o objeto da nossa pesquisa, mas principalmente, investigar o que está subjacente a ele, superando a visão imediata, a fim de trazer contribuições científicas para a reflexão sobre a profissão do Pedagogo.

Para discutir a atuação do Pedagogo nos espaços não escolares, os espaços não formais de educação, como é o caso das Organizações Não Governamentais – ONGs, nos utilizamos do Materialismo Histórico Dialético elaborado por Marx e Engels.

Para os referidos autores, para compreendermos a história humana, é preciso compreender do que a organização social é feita, qual é sua materialidade, bem como o contexto temporal, cultural e econômico em que está inserido. Em *A Ideologia Alemã* encontramos os seguintes dizeres:

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida, passo que este é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (MARX & ENGELS, 2002, p. 15)

Sendo assim, são as relações sociais (trabalho e produção da existência) que vão determinar a consciência. E isso é uma constituição histórica. Os próprios homens começam a se distinguir dos animais a partir do momento em que começam a produzir seu meio de existência. Portanto, o que os homens são coincide com o que produzem, e o que produzem como o modo como produzem. (MARX & ENGELS, 2002)

Marx & Engels (2002) consideram que exista basicamente duas classes sociais. Sendo a primeira composta por pessoas que detêm os meios de produção e a segunda por aquelas que não detêm. Essas classes sociais têm interesses distintos, visto que quem detêm os meios de produção (uma minoria) não irá dividir isso com quem não têm, ou seja, o resto da população, gerando assim relações de desigualdade social. Quem detêm o controle dos meios de produção, detêm também toda a materialidade (as condições de produção e reprodução da vida social), a maneira de pensar e agir de uma determinada época, a condição sociocultural de um povo.

Nas sociedades capitalistas, os trabalhadores são mantidos em suas condições de “força de trabalho alienada”, ou seja, ele não detêm o controle da sua força de trabalho. A partir disso surge a repartição desigual e a contradição entre o interesse individual e o comunitário.

E é precisamente por esta contradição do interesse particular e do interesse comunitário que o interesse comunitário assume uma forma autônoma como Estado, separado dos interesses reais dos indivíduos e do todo, e ao mesmo tempo como comunidade ilusória, mas sempre sobre a base real dos laços existentes em todos os conglomerados de famílias e tribais – como de carne e sangue, de língua, de divisão do trabalho numa escala maior, e demais interesses, e especialmente, como mais tarde desenvolveremos, das classes desde logo condicionadas pela divisão do trabalho e que se diferenciam em todas essas massas de homens, e das quais uma domina todas as outras. Dai resulta que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto etc., etc., não são mais do que as formas ilusórias em que são travadas as lutas reais das diferentes classes entre si. (MARX & ENGELS, 2002, p. 37-38)

A classe que hegemônica, que domina, tem que apresentar seus interesses como sendo os comuns, a partir de seu pensamento universalista, que considera apenas as suas ideias como racionais e válidas.

[...] enquanto existir a cisão entre o interesse particular e o comum, enquanto, por conseguinte, a atividade não é dividida voluntariamente, mas sim naturalmente, a própria ação do homem se torna para este um poder alheio e oposto que o subjulga, em vez de ser a dominá-la. (MARX & ENGELS, 2002, p. 38-39)

A partir do momento em que há essa separação, ou seja, alguém pensa o trabalho que vai ser realizado (intelectual) e alguém executa sem compreender este trabalho (material), começa aí a desumanização do ser humano, a alienação do seu trabalho. Nisso consiste a contradição entre as relações sociais (um explora e o outro é explorado) e as formas de produção (existe uma cooperação entre os indivíduos).

Em resumo, o materialismo histórico dialético nos permitirá compreender a ação do ser humano historicamente, as condições sob as quais vão se criando os sujeitos historicamente, bem como as contradições existentes nos interesses distintos entre as classes sociais.

3.3 Análise de Dados

Neste capítulo serão realizadas as análises dos dados levantados na pesquisa. A análise e interpretação dos dados de uma pesquisa é o processo de formação de sentido que está além dos dados, e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que os sujeitos disseram e o que o pesquisador viu e leu, isto é, o processo de formação dos significados. Estes significados e entendimentos constituem a constatação do estudo. (FRANCO, 2008)

Para a organização dos dados coletados por meio das entrevistas, foi feita a opção pela Análise de Conteúdo – AC, que permite ao pesquisador fazer recortes importantes obtidos no universo da pesquisa de campo realizada.

Franco (2008, p. 12) afirma que “o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”.

Em outras palavras, o que está escrito ou falado de forma simbólica sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo, seja ele explícito ou latente, isto é, a mensagem expressa necessariamente um significado e um sentido articulada ao contexto de quem a produziu.

Para Chizzotti (2010, p. 98):

Análise de Conteúdo é um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. O objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas.

Por meio da AC procuramos, portanto, estudar e analisar o material qualitativo buscando melhor compreensão das comunicações ou discursos, de forma crítica. Sendo assim, optamos por apresentar as entrevistas na íntegra, sem cortes.

Para Bardin (2011, p. 48) o termo designa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Desta forma, AC é uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso. Para isso, optamos para o tratamento e discussão dos dados a técnica de análise temática, por ser considerada indispensável em diversos estudos, bem como nos que se referem às representações sociais, opiniões, atitudes, modos de viver, etc.

De acordo com Franco (2008, p.54):

As categorias vão sendo criadas, à medida que surgem nas respostas, para depois serem interpretadas à luz das teorias explicativas. Em outras palavras, o conteúdo que emerge do discurso, é comparado com algum tipo de teoria. Infere-se, pois, das diferentes “falas”, diferentes concepções de mundo, de sociedade, de escola, de indivíduo etc.

Portanto, no intuito de analisar e interpretar as respostas de cada um dos sujeitos participantes da pesquisa optamos por organizar as questões em quadros, apresentando todas as respostas em sequência, conforme as temáticas.

As questões foram organizadas a partir de três temáticas, sendo elas: Temática 1 – Trajetória de Formação e Atuação no contexto da Educação Não Formal; Temática 2 – Perfil Profissional e Fatores que Dificultam; Temática 3 – Formação continuada no contexto da Educação Não Formal.

Foram selecionados para participar da pesquisa 8 pedagogas. Os nomes utilizados são fictícios. Sujeito A (Pedagoga 1), B (Pedagoga 2), C (Pedagoga 3), D (Pedagoga 4), E (Pedagoga 5), F (Pedagoga 6), G (Pedagoga 7), H (Pedagoga 8). O quadro abaixo mostra o perfil dos sujeitos que se compuseram a amostra da pesquisa como o sexo, a idade, a formação, o cargo atual que ocupa na instituição, a instituição onde atua.

Tema 1 – Trajetória de Formação e Atuação no contexto da Educação Não Formal

Quadro 01 – Apresentação dos Dados dos Sujeitos

SUJEITOS	SEXO	IDADE	FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO	CARGO	ONG EM QUE ATUA
A	F	33	Pedagogia	UEMS	Educadora	LBV
B	F	24	Pedagogia	UEMS	Educadora	LBV
C	F	37	Pedagogia	FIPAR	Educadora	LBV
D	F	22	Pedagogia	UEMS	Educadora	LBV
E	F	26	Pedagogia	UEMS	Educadora	LBV
F	F	44	Pedagogia	UEMS	Educadora	LBV
G	F	32	Pedagogia	FIPAR	Educadora	OSJC
H	F	42	Pedagogia	FIPAR	Educadora	OSJC

1.1.1 – Dados das Gestoras

SUJEITOS	SEXO	IDADE	FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO	CARGO	ONG EM QUE ATUA
I	F	46	Administração	FIPAR	Gestora	LBV
J	F	49	Normal Médio	SED-MS	Gestora	OSJC

A partir desses primeiros dados já se pode constatar que os sujeitos são 100% do sexo feminino, 62,5% com idade superior à 30 anos, 100% cursaram Pedagogia. A maioria (62,5%) estudou na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS.

Quadro 02 – Pergunta: Possui Pós-Graduação? Qual?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Não. Cursei apenas 6 meses de Inclusão. Mas pretendo voltar e terminar.</i>
B	<i>Não.</i>
C	<i>Sim. Educação Especial.</i>
D	<i>Não.</i>

E	<i>Não.</i>
F	<i>Não. Comecei a cursar Alfabetização, mas parei.</i>
G	<i>Sim. Práticas pedagógicas na Educação Infantil.</i>
H	<i>Sim. Magistério: Educação Infantil e Ensino Fundamental.</i>

Em relação à pós-graduação, podemos verificar que 62,5% das entrevistadas não possui nenhum curso, sendo que duas delas (25%) começaram e não concluíram. As outras três entrevistadas (37,5%) que possuem pós-graduação, destas, duas (G e H), que representam 25% participaram de cursos cujas temáticas são voltadas para o universo da educação formal, apenas uma entrevistada (C) possui curso de pós-graduação que contemple ambas as áreas. Contudo, mesmo sendo temáticas que visam contemplar as necessidades das práticas educativas desenvolvidas nas escolas, não significa que estes conhecimentos são sejam úteis nos espaços não formais.

Gohn menciona algumas aprendizagens que são fundamentais nos espaços não formais, sendo eles:

[...] a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GOHN)

Para desenvolver tais atividades, o pedagogo precisa ter conhecimento, por meio de formações continuadas que lhe forneça os conteúdos necessários para subsidiar sua prática.

Quadro 03 – Pergunta: Há quanto tempo atua como Educador?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>7 anos.</i>
B	<i>5 meses.</i>
C	<i>6 anos.</i>
D	<i>2 anos.</i>
E	<i>5 meses.</i>
F	<i>6 anos.</i>

G	3 anos.
H	7 anos.

Podemos verificar que 50% dos sujeitos entrevistados possui de 6 à 7 anos de experiência profissional; 25% possui de 2 à 3 anos de experiência e os demais 25% possui menos de 1 ano de experiência como educador, seja na área formal ou não formal. As entrevistadas “B” e “E” formaram-se no final do ano de 2013 e esta é a primeira experiência profissional delas.

Conversamos com as Gestoras das ONGs a respeito, questionando se no momento da contratação o tempo de experiência profissional tem alguma relevância, algum peso para se decidir por esta ou aquela pessoa.

Não. Nunca levamos em consideração primeiro o tempo que aquela pessoa é professora. Até porque isso não conta muito por aqui... sabe por que? Ela pode ter muitos anos de experiência, mas pode ser fechada, não gostar de mudanças, não ser dinâmica, criativa. E aqui nós damos preferência para aqueles que trazem o novo, o divertido. Então, quando vamos contratar, avaliamos sempre a capacidade da pessoa em ser criativa, se reinventar, independente do tempo que é professora. Agora se você me perguntar se nós temos mais professoras antigas, com muitos anos de experiência ou professoras recém-formadas, cruas... Eu te respondo que costumamos ficar mais com as pessoas que não tem experiência nenhuma. É mais fácil de lidar, de moldar, de ensinar o nosso trabalho. O único problema é que não fica por muito tempo, porque o salário é menor que do professor da escola, ai fica difícil segurar aquelas que são muito boas. (GESTORA DA LBV)

A partir do relato da gestora da LBV podemos verificar que a ONG opta por trabalhar com pedagogos recém-formados, sem experiência, para que este desenvolva sua prática sendo os moldes da instituição. Sendo este um profissional que não possui outras experiências e tem inúmeras atividades para desenvolver na ONG, mas todas já previamente organizadas e direcionadas pela própria instituição, como conseguirá avaliar sua prática, se não à constrói?

A ONG coloca nos objetivos de todos seus programas desenvolver a autonomia dos indivíduos, a emancipação, o engajamento social e político. Contudo, como o pedagogo vai transmitir e estimular tais ações se nem ele possui?

A dimensão imediata que nos é apresentada quando acessamos os documentos da instituição, é que a ONG procura manter, mesmo que teoricamente, o ideário de uma ONG combativa que, nos dizeres de Gohn (2010) são as organizações que lutam contra as desigualdades sociais, que promovem o engajamento dos seus membros, que favorece o empoderamento de uma comunidade. Contudo, na prática, a ONG acaba optando por profissionais recém-formados, pois julga que estes não lhe trarão “problemas”.

Nas entrelinhas da fala da gestora podemos notar que a autonomia não é desejada, pois aquilo que está posto tem que ser cumprido. Há espaço para questionamentos? Como promover o engajamento, se há um enorme abismo entre o fazer e o pensar? Marx e Engels (2002, p. 21), em *A ideologia alemã*, pontuam que:

A estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas destes indivíduos não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, ou seja, como agem, como produzem materialmente, como trabalham, portanto, em determinados limites, premissas e condições materiais que não dependem de sua vontade.

Aqui mora o abismo entre o fazer e o pensar, pois o trabalho do pedagogo não depende de sua vontade, não é pensado a partir das necessidades que identifica, que vivencia, das problematizações que elabora a partir de suas inquietações. Este trabalho já é determinado, principalmente quando se escolhe contratar profissionais que não possuem experiência pedagógica. É uma ação intencional e contraditória.

Realizamos a mesma pergunta para a gestora da ONG Obras Sociais Jesus Consolador, a mesma pontuou que:

No Externato só temos um educador que é nosso funcionário e quando precisamos contratar tudo conta. É claro que a gente fica com medo de pegar professor com muito tempo de carreira, porque tem aquele ranço de que só quer ficar encostado, que vai dar trabalho, se recusar a fazer o que precisa... sabe como é. Na parceira que temos com a prefeitura, quando vem de lá professores desse jeito, logo logo damos um jeitinho de devolver. Mas isso não acontece com todo mundo não. Temos professoras que tem mais de 15 anos de carreira e estão com a gente à 7 anos. Porque para o trabalho que desenvolvemos aqui, precisamos de pessoas que amam o que faz, que goste de criança, que se divirta trabalhando. E isso não depende de idade o tempo de serviço, mas do amor que tem pelo seu trabalho. Pra contratar isso conta muito. (GESTORA DA OSJC)

Para a gestora da OSJC a preferência por contratar professores com menos experiência se dá também pelo fato de conseguirem aprender a rotina da ONG com mais facilidade.

Quadro 04 – Pergunta: Há quanto tempo atua na Educação Não Formal?

Entrevistados	Resposta:
A	5 meses.
B	1 mês.
C	6 anos.

D	<i>2 anos.</i>
E	<i>3 meses.</i>
F	<i>2 anos.</i>
G	<i>3 anos.</i>
H	<i>5 anos.</i>

Apenas duas profissionais possuem mais tempo de experiência na educação não formal, 5 à 6 anos, compreendendo 25% dos sujeitos. Ou seja, 75% das entrevistas possui pouco tempo de experiência profissional nesta área, menos de 3 anos. A entrevistada “C” respondeu que atua como professora há 6 anos, que corresponde também ao mesmo tempo de experiência que esta possui na educação não formal, ou seja, desde sua formação, esta profissional só atuou na educação não formal. As únicas experiências que ela possui na educação formal, são obtidas nas substituições que realiza. E isso pode ser constatado na resposta que ela dá para a questão do quadro 05.

Quadro 05 – Pergunta: Atua como professor na Educação Formal?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Hoje não. Mas já trabalhei 6 anos, fui regente de sala por 4 anos.</i>
B	<i>Não.</i>
C	<i>Não fixa. Mas estou sempre substituindo e cobrindo licenças de até 6 meses.</i>
D	<i>Não.</i>
E	<i>Não.</i>
F	<i>Atualmente não. Mas já fui por 3 anos.</i>
G	<i>Não.</i>
H	<i>Sim. Desde que me formei trabalho com escolas. Já faz 3 anos que sou professora regente na Escola Manoel Garcia Leal.</i>

Das entrevistas, 50% não possui experiência na educação formal e, se verificarmos no quadro 03 e 04 são justamente as profissionais que possuem pouco tempo de atuação, ou seja, formaram-se recentemente. O que nos permite verificar também que esses espaços não formais de educação acabam sendo também um espaço preparatório para o professor. Muitos

recém-formados buscam atuar nesses lugares para adquirir experiência como professor, como também relataram as gestoras das ONGs.

Outras 3 entrevistadas já atuaram na educação formal, uma como professora regente e as outras duas apenas com substituições. Apenas uma das entrevistadas (“H”) atua paralelamente à educação não formal, na educação formal, ou seja, em escolas.

Quadro 06 – Pergunta: Há quanto tempo atua nesta ONG?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>4 meses.</i>
B	<i>1 mês.</i>
C	<i>6 anos.</i>
D	<i>2 anos.</i>
E	<i>3 meses.</i>
F	<i>1 ano e meio.</i>
G	<i>3 anos.</i>
H	<i>5 anos.</i>

Os dados mostram que 25% dos sujeitos atua na educação não formal de 5 à 6 anos; 37,5% dos sujeitos atuam há 1 anos e meio à 3 anos; e 37,5% atuam de 1 mês à 4 meses nessas ONGs.

Apenas duas entrevistadas atuam nessas ONGs há mais tempo, ou seja, 75% das profissionais possuem pouco tempo de experiência nessas organizações não governamentais. Sendo que três delas não possuem nem 1 ano de atuação. Comprovando assim o relato das Gestoras, de que as profissionais recém-formadas procuram esses espaços para adquirir experiência profissional.

Quadro 07 – Pergunta: Qual é o seu vínculo trabalhista com a ONG?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Contratada.</i>
B	<i>Contratada.</i>
C	<i>Cedida.</i>

D	<i>Contratada.</i>
E	<i>Contratada.</i>
F	<i>Cedida.</i>
G	<i>Cedida.</i>
H	<i>Cedida.</i>

Na LBV foram entrevistadas 6 pedagogas, destas, 75% são funcionárias da instituição, o que corresponde à quatro profissionais, as outras duas são cedidas em parceria com a Prefeitura Municipal.

Já na ONG OSJC todas as pedagogas que participaram da pesquisa, são cedidas pela Prefeitura Municipal. Gostaríamos de destacar que esta ONG possui 5 pedagogos cedidos pela Prefeitura Municipal e 1 pedagogo contratado pela instituição. Contudo, no período que realizamos as entrevistas, uma pedagoga estava afastada de licença médica, duas profissionais não manifestaram interesse em participar e a ONG não havia contratado ainda seu profissional.

Perguntamos para as gestoras das ONGs porque existe essa parceria com a Prefeitura Municipal.

É uma parceira muito antiga. Nós fazemos diferença no município, nosso trabalho é importante, porque senão essas crianças estariam nas ruas. E a prefeitura não consegue atender a demanda sozinha, muitas vezes nem quer, não é mesmo?. Antes nós tínhamos mais educadores que vinham da prefeitura. Já teve ano de termos 8. Mas é difícil de lidar, porque não é todo mundo que tem afinidade com o nosso trabalho, aí temos que ficar trocando. Nem todo mundo tem boa vontade. Fora que quer ficar seguindo o calendário das escolas, feriado, ponte... E isso atrapalha muito, porque a gente não para o tanto que a escola para. Hoje em dia temos só duas, o resto é tudo nossa. Graças a Deus a LBV foi se estruturando e conseguindo contratar, pra não ficar dependendo de parceria. Até porque nós temos que conseguir caminhar com nossas pernas. (GESTORA DA LBV)

Sobre os motivos que levam a esta parceria, a gestora destaca um ponto importante, afirmando que “a prefeitura não consegue atender a demanda sozinha, muitas vezes nem quer, não é mesmo?”. E isso nos permite refletir sobre o papel ideológico que essas ONGs representam na política neoliberal.

Bom. Existimos há mais de 50 anos e já salvamos muitas vidas com o trabalho que fazemos. É importante e tem que ser reconhecido. Essa parceira com a prefeitura é isso. Uma valorização do trabalho que fazemos, porque eles sabem que se nós fecharmos as portas a cidade toda perde. (GESTORA DA OSJC)

A ONG OSJC possui apenas educadores cedidos pela prefeitura, podemos verificar que sem essa parceria com a prefeitura municipal seria impossível a realização do seu trabalho.

Quadro 08 – Pergunta: Porque escolheu essa área (projetos sociais)?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Porque eu gosto de ser pedagoga, eu gosto de trabalhar com pedagogia e optei por este trabalho diferenciado pra buscar novos conhecimentos numa área de trabalho diferente da que eu já estava acostumada.</i>
B	<i>Bom é... porque eu não consegui um emprego na prefeitura e aqui tinha uma vaga.</i>
C	<i>Principalmente porque trabalha com valores com as crianças né, você trabalha formar crianças para o bem.</i>
D	<i>Porque eu gosto de trabalhar com as crianças, além da experiência que eu vou ter para a minha profissão. Já é um bom começo.</i>
E	<i>Porque eu gosto da educação, gosto de lidar com as pessoas, gosto de poder passar o que eu sei e poder aprender com eles, sabe a gente aprende a valorizar certos conhecimentos. Acho que a educação é uma área que eu quero atuar sempre, independente das dificuldades que podem surgir no cotidiano, mas é o que eu quero. Eu vim pra cá porque eu estava precisando do serviço e aqui por as pessoas falar que as crianças eram carentes, eu ia encontrar a realidade mesmo, então eu resolvi optar por essa... porque seria um aprendizado enorme pra mim, não pra começar numa particular, lá você não encontra tantas dificuldades, quanto numa ONG, numa creche, num tipo de instituição assim. Então aqui você vê as dificuldades mesmo, o que as crianças passam, então você aprende a lidar com essas situações, poder ajudar a melhorar a vida delas.</i>
F	<i>Num primeiro momento nós contratados da prefeitura, nós viemos porque mandam. Pro lugar que manda a gente vai, seja ONG ou outra escola. A gente não tem uma posse de um lugar pra trabalhar. A gente</i>

	<i>vai onde mandam a gente. Mas depois que vim para cá, gostei muito e passei a escolher este lugar. Aqui eu não estou só alfabetizando, estou ajudando essa criança a ser um cidadão de bem.</i>
G	<i>Acredito que não só pelo salário, mas ser educador social crescemos como profissional e pessoal, pois estamos com crianças que o tempo todo precisam de um pouco do nosso carinho e atenção. E isso me motiva muito.</i>
H	<i>Eu gosto. Sempre sou chamada pra ser lotada só em escolas, mas nunca aceito. Pra mim é uma missão ser pedagoga e estar aqui. Isso me realiza profissionalmente. Gosto da minha função, a gente aprende a exercer o carisma, o compromisso solidário, ajudando os menos favorecidos como contribuição para a mudança social. É assim que eu me vejo.</i>

Num primeiro momento, podemos perceber que a inserção no universo da educação não formal não aconteceu de forma planejada, mas como uma oportunidade de trabalho que surgiu em determinada fase da atuação profissional de cada uma.

Muitas das educadoras que vem trabalhar conosco não faz ideia do que é um projeto social, o que as crianças fazem aqui, qual a importância que temos. Depois que iniciam, muitas se identificam e ficam com a gente por muito tempo. Porque aqui foge daquele jeito tradicional da escola. Lá as crianças tem que aprender os conteúdos escolares, aprender a escrever, ler, fazer contas, enfim. É diferente. Aqui nós queremos que eles usem esses conhecimentos para o bem, queremos que se transforme em uma pessoa de bem. E isso além de completar o trabalho que a escola faz, também dá oportunidade para o educador se reinventar, aprender novas práticas. Os que estão no começo da carreira, depois quando vão pegar aulas em escolas, sentem a diferença que trabalhar aqui fez. Tiram de letra. (GESTORA DA LBV)

Conforme o relato da Gestora da LBV, as atividades que são desenvolvidas nos espaços de educação não formal são diferentes das desenvolvidas no espaço escolar e isso apresenta um impacto na atuação do pedagogo, pois quando é um profissional que estava acostumado a trabalhar apenas nos moldes escolares, este tem que se adaptar, reinventar sua prática de acordo com as necessidades educativas da ONG.

As pedagogas buscam esses espaços também com a intensão de testar novas formas de atuar, poder contribuir para o desenvolvimento social das crianças.

Neste sentido, também podemos verificar o que Gohn afirma que, a educação não formal permite ao educador atuar por meio da prática social, visto que as pessoas podem realizar trabalhos coletivos, sistematizar os conteúdos conforme as situações-problemas que surgem, ou seja, as demandas da comunidade onde a ONG está inserida e assim, inferir positivamente na realidade da criança, contribuindo para a melhora da sociedade.

Também podemos verificar que, cerca de 37,5%, vão para esses espaços porque, devido à parceria que a prefeitura municipal possui, os encaminha. A princípio não é uma escolha, pois precisam trabalhar e devem ir para onde são encaminhadas. E isso exerce uma grande influência em sua prática, pois não se tem o domínio da força de trabalho, não está atuando naquele ambiente porque se identifica e acredita na proposta pedagógica, muito pelo contrário, são exigências do mercado de trabalho que o condicionam nesta situação.

Quadro 09 – Pergunta: De que experiências anteriores você se embasa para sustentar sua prática atual?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Cada lugar que eu trabalhei, cada série é uma coisa diferenciada. São séries diferentes, são locais diferentes, distintos da instituição. Porém, cada situação que eu vivi, cada conhecimento que tive, me trouxe embasamento pra enfrentar situações novas e trabalhar na instituição.</i>
B	<i>Bom eu fiz um ano do PIBID onde eu conciliava a prática e a teoria e isso ajudou muito.</i>
C	<i>Bom, eu não tenho experiência nenhuma anterior, o que eu tenho de base é o que eu adquiri iniciando aqui, eu digo desde que eu iniciei, foi a prática do dia a dia.</i>
D	<i>Esse é o meu primeiro trabalho com educação, não tenho experiências anteriores. Então uso os meus conhecimentos teóricos.</i>
E	<i>Nos estágios e nos teóricos apenas.</i>
F	<i>A experiência do convívio mesmo com as crianças, com a realidade deles. Cada uma tem uma realidade, cada uma tem um particular assim... uma especificidade assim pra gente olhar, mas no fundo são todas crianças carentes, precisando de um olhar especial.</i>

G	<i>Essa é minha primeira experiência.</i>
H	<i>As experiências do conhecimento prévio, do dia a dia, reflexões de estudos feitos em cursos de formação continuada. Algumas práticas de sala de aula.</i>

A partir dos relatos das entrevistadas, podemos constatar que, cerca de 62,5%, não possui nenhuma experiência anterior. Estas relatam que se embasam em experiências de vida ou do convívio social. Destas, cerca de 25%, dizem usar como base os conhecimentos teóricos, do estágio supervisionado ou do estágio docência realizado por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Das 6 profissionais que atuam na ONG LBV, 4 não possui experiência anterior, sendo elas B, C, D, e E.

As demais entrevistadas relataram que usam como base as experiências anteriores como professoras na educação formal, os conhecimentos teóricos da formação e adquiridos em cursos de formação continuada.

Para Gohn (2011) o educador aprende a medida que ensina, desta forma todas as experiências, seja empíricas, de convivência ou científica são fundamentais nesse processo.

Quadro 10 – Pergunta: Em sua opinião, os cursos de graduação em Pedagogia têm contribuído para a preparação dos pedagogos que atuam na Educação Não Formal? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Sim. A parte teórica te dá embasamento, o estágio também dá, para que você tenha um norte para trabalhar.</i>
B	<i>Não completamente, mas dá uma noção.</i>
C	<i>Sim, ah você conhece as fases da criança né, do aprendizado, isso contribui que a gente conheça.</i>
D	<i>Sim. No meu curso mesmo nós falamos sobre a educação não formal e isso tem ajudado no meu trabalho.</i>
E	<i>Sim. No curso de pedagogia tem o curso de educação não formal, a gente vivencia uma disciplina com esse conteúdo. Então, nessa disciplina a gente aprende uma série de coisas, que a gente acha que a educação... antes mesmo, a gente achava que a educação não formal</i>

	<i>era só conversar com as crianças ou conversar com a família e, hoje a gente vê que não é, tem a diferença da educação formal, pra informal e pra não formal. Então contribui sim.</i>
F	<i>Eu acho que contribui e muito, porque as ONGs, as escolas, o ensino fundamental até o quinto ano, ele tem que ser trabalhado pelo... no olhar da pedagogia, porque acontece muito o aluno de outro... o professor que vem de outros cursos, ele não tem o conhecimento e não estuda com o olhar que a gente vê lá na pedagogia. Um olhar mesmo voltado pra criança, é assim... a gente trabalha e vai trabalhar com criança, então o olhar tem que ser diferente. Esses cursos tem que desenvolver o gosto e a vontade de trabalhar com criança, porque não é um trabalho fácil. Mexe com a gente inteirinha, mexe com o emocional, físico, cansa físico e psicologicamente. Mais é gratificante, e assim... eu acho que as faculdades elas tem que preparar a gente pra isso mesmo, pra u que a gente vai enfrentar. Não é fácil, mas a gratificação da gente vem, não é no pagamento, não é no reconhecimento do trabalho, é na criança, na mudança da criança, na transformação dela.</i>
G	<i>Pra mim não ajudou muita coisa e acho que as demais colegas vão ter a mesma opinião. O que eu aprendi na faculdade pouco me ajudou no trabalho aqui. É muito diferente.</i>
H	<i>Acho que sim. O curso de pedagogia tem o objetivo de formar profissionais que saiba trabalhar com as diferenças e as individualidades pessoais. E isso a gente põe em prática aqui.</i>

Os dados mostram que 87,5% das entrevistas acreditam que o curso de graduação em Pedagogia trouxe contribuições para sua prática pedagógica em espaços não formais de educação.

A primeira hipótese levantada, no início da pesquisa, relacionava-se a esta questão, indagando se a formação inicial fornecia os subsídios necessários ao educador para atuar na educação não formal. Os dados revelam que esta hipótese foi refutada, pois os conhecimentos adquiridos na graduação são utilizados nesses espaços de atuação, são a base do trabalho.

Quadro 11 – Pergunta: Você acha importante a discussão nas Universidades quanto à importância da atuação dos pedagogos na Educação Não Formal?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Sim. É educação. Sendo educação tem que ser discutido dentro das universidades também. Não é, mesmo?!</i>
B	<i>Sim. Ajuda na constituição da parte humana.</i>
C	<i>Sim, porque... porque se algum dia algum desses pedagogos forem para alguma instituição, ela tem que tá por dentro né, saber trabalhar, lidar com esse público alvo.</i>
D	<i>Se é importante? Com certeza! Isso vai melhorar o nosso trabalho, vai trazer mais conhecimentos teóricos.</i>
E	<i>Acho. Porque acaba trazendo conhecimentos que a gente desconhece.</i>
F	<i>Acho. Acho que é importante, que eles tem que montar mais pesquisas pra base de tudo que é a educação inicial, tem que ter mais, quanto mais eles discutirem e estudarem, buscar meios pra alavancar a educação melhor ainda.</i>
G	<i>Sim. Esse trabalho aqui é tão importante quanto estar na sala de aula alfabetizando. Aqui nós estamos ajudando a resgatar vidas. E se a universidade puder ajudar, fornecer formação continuada, isso seria maravilhoso.</i>
H	<i>Sim. A sociedade nos apresenta a inclusão social, o educador precisa ter discernimento e sabedoria para lidar com a educação não formal. É esse o papel das universidades na minha opinião.</i>

Todas as entrevistas acreditam que é fundamental a discussão nas universidades sobre as práticas pedagógicas que acontecem nos espaços não formais, pois fornecerá mais subsídios para o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelo pedagogo nesses espaços, fornecerá reflexões sobre essa área.

Nos dizeres de Olga Von Simson (2001, p. 09-13):

A educação não formal caracteriza-se por ser uma maneira diferenciada de trabalhar com a educação paralelamente à escola [...]. A transmissão do conhecimento acontece de forma não obrigatória e sem a existência de mecanismos de repressão em caso de não aprendizado, pois as pessoas estão envolvidas no e pelo processo de

ensino-aprendizagem e tem uma relação prazerosa com o aprender. [...] As atividades de educação não formal precisam ser vivenciadas com prazer em um local agradável, que permita movimentar-se, expandir-se e improvisar, possibilitando oportunidades de troca de experiências, de formação de grupos (de proximidade, de brincadeiras e de jogos, no caso das crianças e jovens), de contato e mistura de diferentes idades e gerações [...]. A educação não formal considera e reaviva a cultura dos indivíduos não envolvidos, incluindo educadores e educandos, fazendo com que a bagagem cultural de cada um seja respeitada e esteja presente no decorrer de todos os trabalhos, procurando não somente valorizar a realidade de cada um, mas indo além, fazendo com que essa realidade perpassasse todas as atividades.

Não faz parte da pesquisa analisar o conteúdo do que se desenvolve nos espaços de educação não formal, muito menos dizer se é ou não importante, ou compará-lo ao trabalho desenvolvido dentro das escolas. O objetivo desta primeira temática consiste em compreender as práticas pedagógicas, ou seja, a atuação profissional que desenvolvem nessas ONGs. Von Simson (2001) elucida que o trabalho realizado na educação não formal é diferente daquele realizado pela escola e que uma de suas características é levar em consideração a bagagem cultural tanto do educador quanto de quem se educa, considerando a história de vida de todos os envolvidos nesse processo.

Por meio da AC das entrevistas realizadas sobre o primeiro tema, formação e atuação, podemos concluir que em relação à formação, a maioria dos sujeitos cursou a graduação na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, não cursou pós-graduação, possui menos de 3 anos de experiência profissional na área da educação não formal. Cerca de 50% das entrevistadas buscam esses espaços para adquirir experiência profissional. Para as entrevistadas a formação inicial forneceu sim os subsídios necessários para sua atuação.

No que diz respeito à atuação, podemos constatar que as pedagogas julgam relevante as atividades desenvolvidas na educação não formal, pois é um instrumento capaz de gerar transformação social, cultural e econômica nos indivíduos que dela participam.

Em relação aos conhecimentos necessários para atuar nos espaços não formais, as pedagogas destacam que tanto os conhecimento técnicos, científicos, quanto os empíricos, de vida, são fundamentais para que se desenvolva uma boa prática.

E, por fim, julgam ser fundamental que as universidades promovam discussões sobre essa temática a fim de enriquecer e delimitar cada vez mais este campo de atuação que vem se consolidando nas últimas décadas.

Tema 2 – Perfil Profissional e Fatores que dificultam

Quadro 12 – Pergunta: Quais os desafios que enfrenta nesta área de atuação?

Entrevistados	Resposta:
A	<p><i>A clientela. A clientela é uma clientela que tem um pouco menos de cultura é... um pouco menos de renda do que o habitual da escola. Então essa parte cultural, financeira, ela dificulta um pouco o trabalho, porque você tem que mudar sua maneira de trabalhar, de falar, de agir.</i></p>
B	<p><i>Bom, a indisciplina principalmente.</i></p>
C	<p><i>As crianças, devido ao convívio familiar, muitas vezes elas são um pouco carentes de atenção, de amor, com isso elas se tornam um pouco agressivas.</i></p>
D	<p><i>Acredito que a realidade da vida das crianças é um desafio pra mim.</i></p>
E	<p><i>A questão da leitura e escrita, saber compreender o aluno, é trabalhar primeiramente o próprio educador para depois saber o que desenvolver com a criança, porque as vezes a gente não sabe lidar, mas é porque a gente não trabalhou com a gente mesmo as situações, são essas.</i></p>
F	<p><i>Os desafios são vários e diários. A educação não tem como não ter um desafio todo dia. Porque cada dia é uma situação e a mesma situação é diferente todo dia. Cada dia é uma situação que você enfrenta com o aluno. O aluno nunca tá do mesmo jeito. E a gente enfrenta todo dia o desafio do afeto, de passar o conhecimento de uma maneira que agrade a criança, que faça a criança sentir vontade, sentir prazer. Porque o mundo dela é voltado hoje pra tudo, menos para a vontade de aprender. E esse é o desafio, fazer essa criança ter essa vontade, essa busca pelo conhecimento que vai ser benéfico para ele. O conhecimento não ocupa espaço, mas a gente não consegue transferir isso para ele de uma forma sistemática. Precisamos usar vários meios, estratégias pra que ele pegue um pouquinho de cada coisa.</i></p> <p><i>Os desafios da escola e da ONG não são diferentes. Porque são diferente assim, na escola nós temos a obrigação de alfabetizar, a criança até o terceiro ano, até o quinto tem que estar alfabetizada. A gente enfrenta muitos desafios porque o meio não favorece. O meio</i></p>

	<i>que a criança vive é muito diferente do que a gente sonha, do que a gente planeja. Mas em se tratando de diferença mesmo, as crianças são as mesmas, então não tem como falar que são desafios diferentes. Porque o problema que eu tenho com ele lá na leitura e na escrita, eu tenho aqui com o interesse dele na outra coisa, outro projeto, outro tema.</i>
G	<i>As vezes falhas dos próprios pais que se ausentam muito, pois também precisam trabalhar para sustentar a família e as crianças acabam ficando indisciplinadas. Isso é uma coisa muito difícil no dia a dia.</i>
H	<i>A falta de material pedagógico, tanto da instituição que tem pouco recurso financeiro, quanto de material de estudo. É difícil encontrar material sobre essa área. O apoio dos pais também, pois eles quase não interagem com a instituição. Necessitamos de mais cursos profissionalizantes nesta área.</i>

Podemos identificar que, 37,5% consideram a realidade vivenciada pelas crianças como um impacto que interfere em suas práticas.

Nas visitas realizadas nas ONGs acessamos os registros sobre os comportamentos das crianças, intitulado como “ficha de ocorrência” na LBV e “caderno de ocorrência” no OSJC. Neles constam os relatos das situações de conflito que já ocorreram neste ano de 2014. Na LBV contabilizamos 146 registros, sendo que 128 eram referentes à indisciplina e agressões. Já na OSJC haviam 95 registros, sendo 72 referentes a indisciplina.

É fundamental lembrar que as crianças atendidas por esses pedagogos fazem parte de um grupo considerado de risco, ou seja, vulnerável socialmente, que já tiveram seus direitos violados, vínculos quebrados, marginalizados. Isso significa que estão expostas a fatores (maus tratos, extrema pobreza, omissão familiar, abuso, drogas, violência, escravidão, etc.) que ameaçam sua integridade física, psicológica, moral e social e, isso pode desencadear comportamentos agressivos. E isso não significa que estes fatores não estejam presentes no ambiente escolar da educação formal, contudo, o que se espera do professor na escola é que este prepare aquele indivíduo academicamente, ou seja, lhe forneça a instrução, o conhecimento necessário para o seu progresso escolar. Não a formação cidadã.

Segundo Gohn (2011, p. 12), a educação tem sido convocada a desenvolver práticas educativas que superem os desafios impostos pela globalização e avanço tecnológico. “A educação é conclamada também para superar a miséria do povo, promovendo o acesso dos

excluídos a uma sociedade mais justa e igualitária, juntamente com a criação de novas formas de distribuição da renda e da justiça social. (p. 12). Neste sentido, os espaços não formais de educação podem ser ferramentas fundamentais nesse processo, contudo, isso vai depender muito do posicionamento político adotado, pois se a instituição visa atuar de forma combativa, permitindo aos seus profissionais exercer a autonomia na construção da sua prática, as ações vão fomentar o desenvolvimento da cidadania, a emancipação, o empoderamento do indivíduo. Porém, se a ONG atua nos moldes empresariais, engessando a atuação profissional com a burocratização, desenvolvendo práticas despolitizadas, que camuflam os interesses da classe hegemônica, é contraditório.

Outro ponto levantado é a falta de recursos, tanto financeiro, quanto de material de apoio para elaboração do trabalho pedagógico.

Na observação realizada em campo, pode-se verificar que não existe, nas ONGs participantes da pesquisa, um acervo de livros ou revistas que discutem práticas não formais de educação, ou que tragam sugestões de trabalhos que possam ser desenvolvidos. As pedagogas relataram que seus projetos são elaborados a partir de pesquisas que realizam na internet, todos os materiais que precisam encontram a partir dessa ferramenta. Mas, é unânime entre elas, a dificuldade em encontrar material pedagógico de apoio.

Quadro 13 – Pergunta: Existem dificuldades?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Amparo social. Não da instituição, mas da parte do governo. Acredito que, se as pessoas, os governantes do país tivessem um pouco mais de interesse por essa parte social, o Brasil poderia ser melhor e facilitaria o trabalho de um educador.</i>
B	<i>Bom, recursos, espaço também... é isso.</i>
C	<i>Bom pra mim seria melhor, que ajudaria bastante, o prédio mesmo, a estrutura, o ambiente maior, ter lugar pra gente trabalhar mais, tipo ter uma quadra seria legal pra trabalhar com as crianças né, você pode desenvolver um projeto bem legal, trabalhando mais com o físico da criança, tipo projeto de handball, voleibol, basquete. Com ambiente, estrutura.</i>
D	<i>Mais capacitações, mais orientações sobre as crianças. O espaço</i>

	<i>também precisa melhorar. Aqui é muito pequeno e apertado.</i>
E	<i>Das aulas práticas que eu não tive na faculdade, porque eu acho que se o estágio na faculdade fosse desde o primeiro ano, hoje eu não estaria as vezes enfrentando tantos problemas. Porque as vezes eu não sei lidar com certas situações por conta de não ter vivenciado nada disso. Então foi muita teoria. A teoria ajuda? E muito. Trás esclarecimentos? Trás. Mas tem situações que surgem no cotidiano que só você através de um erro que você vai aprender, através de uma situação que você nunca vivenciou, as vezes você acaba até agindo errado por conta de não ter acontecido, vivenciado isso na prática, na faculdade.</i>
F	<i>Literalmente apoio financeiro das entidades, das secretarias. Porque falta muito recurso financeiro pra tornar o espaço agradável pra criança. Porque a criança e a gente também para trabalhar, a gente quer um lugar agradável pra tar. E quando a escola e as instituições fornecem, infelizmente são as salas com as mesas e cadeiras, não tem aquele espaço que agrada, que interesse, que chame a atenção. E fica difícil pra fazer uma criança...chamar a atenção da criança.</i>
G	<i>A presença dos pais com seus filhos porque educação e disciplina começam em casa. As vezes perdemos muito tempo com conflitos e acabamos não produzindo o que queríamos.</i>
H	<i>O apoio dos pais na educação das crianças. As vezes elas não tem limites nenhum e isso dificulta muito o meu trabalho. É difícil lidar com a indisciplina, ainda mais quando os pais não se importam.</i>

Para a maioria, melhores condições de trabalho, tanto estrutura quanto suporte técnico e material é um dos principais fatores que tem dificultado a atuação profissional. Em seguida, aparece novamente a falta de apoio dos pais, no que concerne a educação familiar dos filhos, formação moral e conduta ética.

Durante as visitas às ONGs, notamos que a ONG LBV não possui um espaço adequado. É uma casa pequena que foi adaptada para ser utilizada temporariamente enquanto

o prédio próprio passa por um período de reformas.² As salas são pequenas e o mobiliário não é suficiente para a quantidade de crianças atendidas.³ A instituição não possui pátio aberto e nem quadra coberta, não existe um espaço aberto, ao ar livre, para as crianças circular, se movimentar, brincar. Quando o calor está excessivo, o rendimento cai bruscamente. Esses fatores são preponderante no trabalho do pedagogo, pois, durante as observações, notamos que quando termina uma oficina e as crianças tem que trocar de sala, sempre é um momento conflituoso, devido aos corredores estreitos, as crianças se esbarram com frequência e algumas acabam provocando situações de conflitos. E isso se confirma nas respostas apresentadas pelas entrevistadas B, C, D e F.

Já a ONG OSJC apresenta uma estrutura física bem distinta, com espaço amplo e diversas salas de atividades (8 salas), possui pátio coberto, quadra de areia, gramado com jardim onde as crianças brincam ao ar livre.

Quadro 14 – Pergunta: Você tem formação específica para atuar na Educação Não Formal? Qual?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Não.</i>
B	<i>Não.</i>
C	<i>Eu fiz a pós-graduação em Educação Especial e tô fazendo Libras. Mas não é específica... mas ajuda né.</i>
D	<i>Não.</i>
E	<i>Não.</i>
F	<i>Tenho. A própria pedagogia me capacita pra isso. O município fornece assim muitos cursos e capacitações, curso de libras. E essas capacitações pra permeia o meio que a gente tá buscando mais conhecimento, mais ajuda, pra criança que tem um déficit de atenção, pra criança especial. Apesar que aqui a gente não atende gente assim com tantos problemas né. Mas a LBV também fornece capacitação.</i>

² A Gestora da LBV informou, durante a entrevista, que a reforma ainda não se iniciou e não existe uma previsão de retorno para o prédio próprio. A matriz havia lhe informado que o prazo era de 1 ano até que tudo ficasse pronto. Contudo, já faz quase 2 anos que se mudaram para esta casa e a reforma nem começou.

³Atualmente a LBV atende 150 crianças no programa Criança Futuro no Presente.

G	<i>Não. Só fiz pedagogia e pós-graduação. Mas nessa área de educação não formal não.</i>
H	<i>Específica tipo pós não. Mas aqui na instituição nós temos capacitações. Já participei de vários cursos como: a criança e as regras; conhecendo o educador social; professor reflexivo; reflexão dialética sobre as competências do educador; globalização, neoliberalismo e educação; valores e atitudes; publicidade e consumo; aprendizagem significativa e identidade docente. Deve ter mais coisas, mas no momento estou me lembrando desses aí.</i>

Em relação à formação específica, notamos que nenhuma das pedagogas possuem. Contudo, existe uma consciência na maioria delas de que a formação que é destinada para a educação formal também é útil nos espaços não formais.

As pedagogas “F” e “H” citaram as capacitações que são fornecidas pelas ONGs onde atuam, demonstrando que o próprio espaço de educação não formal busca capacitar seus profissionais de acordo com suas necessidades.

Em entrevista com as Gestoras de ambas as ONGs, a resposta foram unânimes ao afirmar que as pedagogas não necessitam de formação específica para trabalhar nesses espaços, pois a própria instituição fornece capacitações, visando uma formação continuada que ensine os profissionais a atuar nos espaços de educação não formal. A Gestora da ONG LBV relata que:

Na LBV nós preferimos pedagogos recém-formados porque é mais fácil de lidar. Dá pra moldar conforme o nosso trabalho. O trabalho que a gente faz aqui não se aprende na Pedagogia. Quando os professores chegam tem que aprender tudo do zero. Nós temos nossa própria Pedagogia, nosso próprio método e metodologia. Então, quando recebemos professores antigos, demora mais tempo para se adequar. O que é mais legal é que todo mundo acaba gostando de trabalhar com a gente... porque aqui o que prevalece é o lúdico e gostamos que o educador dê sua personalidade para a oficina.

A partir desse relato já podemos verificar que para a gestora da LBV nem existiria a necessidade do profissional ser formado, pois “o trabalho que a gente faz aqui não se aprende na Pedagogia” e isso é uma contradição, visto que as pedagogas afirmam que o curso de pedagogia lhes fornece a base para desenvolver sua atuação na ONG.

Já para a Gestora da ONG OSJC seria importante se também existisse no município formação destinada para a área da educação não formal, visto que o trabalho que desenvolvem, segundo ela, exerce forte impacto social.

Até 2012 nós do Externato não tínhamos capacitações não, não existia nem reunião pedagógica. Mas depois, com as mudanças que aconteceram no social e com a necessidade de adequar o trabalho que os educadores desenvolvem, passamos a oferecer capacitações para os nossos pedagogos. E isso trouxe uma mudança enorme para o nosso trabalho. Agora os pedagogos já conseguem agir com mais técnica, a compreender o porque que aquela criança é tão agressiva, os fatores que levaram a família “x” a aquela situação de miséria social e de afeto. Enfim, as capacitações nos torna mais técnicos, melhora nossa prática. Mas isso poderia ser muito melhor se a cidade também se preocupasse com isso. Se a prefeitura também fornecesse capacitações para os nossos profissionais.

A partir do relato da gestora verificamos que até o ano de 2012 a ONG OSJC não oferecia cursos de formação continuada para os seus profissionais, as práticas pedagógicas aconteciam mas sem os conhecimentos técnicos sobre essa área de atuação. Gohn (2011) elucida que esta ainda é uma área muito carente de pesquisas científicas para o embasamento das práticas pedagógicas que são desenvolvidas. Destacando ainda que a maior parte das pesquisas já realizadas sobre a área, foram produzidas no intuito de levantar dados para subsidiar projetos futuros, visando apenas fundos públicos.

Quadro 15 – Pergunta: A formação inicial forneceu subsídios para sua atuação? (justifique)

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Sim. A teoria, a parte teórica, a partir do momento que você estuda e a coloca em prática, ela te auxilia sim. Ela não soluciona os problemas. Os problemas eles aparecem no dia a dia e você tem que tentar solucioná-los da melhor maneira possível, nunca esquecendo de trabalhar a pedagogia que a gente aprende nos livros.</i>
B	<i>Mais ou menos. Eu tive um ano da matéria educação não formal e isso ajudou bastante. Nessa matéria aprendemos sobre a diferença do que se ensina na escola e numa ONG, qual a nossa postura em cada um desses lugares. Mas se tivesse estágio para a educação não formal seria muito melhor.</i>

C	<i>Só em pesquisas, livros, laboratório, me instruindo sobre o que é uma criança, como ensiná-la.</i>
D	<i>Sim. Por trabalhar com a criança, aqui também trabalha com a educação, a educação social. Na faculdade nós aprendemos que o conhecimento tem que fazer sentido, tem que partir daquilo que a criança sabe, para conquistarmos o interesse dela.</i>
E	<i>Teórica sim.</i>
F	<i>Forneceu. A teoria que a gente precisa buscar que é nosso... nossa base. E os estágios que promovem assim um contato direto já com o que a gente vai trabalhar de verdade.</i>
G	<i>Não, pois a pedagogia é mais para a sala de aula e aprendizagem de conteúdos das matérias escolares. Aqui o trabalho é social e é pouco lembrado.</i>
H	<i>Sim. A formação contribuiu muito para o meu crescimento profissional, melhorando o meu desempenho pedagógico. Ela me deu a base para ser professora.</i>

Cerca de 87,5% das pedagogas reconhecem a importância que a formação inicial exerce em sua prática, pois ela fornece a base teórica para sua atuação, independente de ser formal ou não formal. Neste sentido, Gohn (2007, p. 27) afirma que “[...] a formação do educador deve contemplar o desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade onde vive e atua.”

Quadro 16 – Pergunta: Em sua opinião, o que faz com que o pedagogo busque a Educação Não Formal?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>O trabalhar a educação de maneira diferenciada, uma educação do afeto e colocar em prática a pedagogia do amor, do conhecimento do ser humano, atrai muito o pedagogo. É diferente da escola formal. Na escola formal você só ensina a ler e a escrever, você constrói poucos vínculos. Na educação não formal na maioria das vezes você constrói primeiro os vínculos.</i>

B	<i>Bom, a educação também não é só a parte de ensino né, eu acho que a educação não formal tem a contribuição importante pra educação formal porque ela forma pra cidadania. Então, o pedagogo nessa área tem essa missão importante porque ajuda na parte humana do aluno.</i>
C	<i>Na maioria das vezes que a gente ouve falar, porque talvez não tem vaga nas escolas, mas eu pessoalmente trabalho na ONG LBV no caso porque é uma escolha e eu gosto, eu me adaptei e gosto, se falar pra mim hoje, tem uma sala de aula pra você, eu prefiro a LBV.</i>
D	<i>Eu acredito que por lidar com as crianças e também a realidade das crianças, pois as que estão aqui também estão nas escolas.</i>
E	<i>As muitas informações que tem hoje, por exemplo, a gente vê que a gente não pode educar só na escola ou só na instituição, tem situações as vezes numa roda de conversa, que você pode mediar, que você pode intervir, eu acho que você pode educador. Eu acho que você não vai ser professor só na instituição ou só na escola, qualquer momento você pode ter a postura de um educador.</i>
F	<i>Eu acredito que talvez pra quem se refugia em outro ambiente, que não a escola formal, seja exatamente uma falta de estrutura emocional mesmo né. Porque não é fácil, os problemas, a precariedade das estruturas das escolas e tudo que a gente tem é muito pouco. E as vezes a pessoa prefere um lugar mais reservado, menor, mais fechado, que não seja aberto, igual as escolas.</i>
G	<i>Acredito que é porque permite ao educador estar mais próximo da criança e ver mais resultados dos seus projetos. Minha primeira experiência profissional foi aqui e desde então não desejei buscar outras coisas ou estar na escola.</i>
H	<i>Para alguns pode ser uma dádiva, como para mim é. Mas para outras pessoas pode ser falta de opção, porque não conseguiu pegar aulas nas escolas. Eu sempre escuto algumas colegas dizendo que aceitaram vir pra cá porque senão ia ficar sem trabalhar. Mas depois todo mundo acaba gostando.</i>

As pedagogas relatam que os motivos que as levaram a buscar atuar nesses espaços são: ter contato com a realidade social, tirar da marginalidade, desenvolver a cidadania, estar mais próximo das crianças, afetividade. Contudo, a entrevistada “F” relatou que também pode ser considerado como um “refúgio” para aqueles profissionais que buscam fugir dos problemas que encontra nas escolas (falta de estrutura física, falta de suporte técnico, indisciplina). Será que estes problemas estão presentes somente na escola?

Quadro 17 – Pergunta: Em sua opinião, o pedagogo precisa de uma formação específica para atuar na área da Educação Não Formal?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Não.</i>
B	<i>Não. A pedagogia já é suficiente.</i>
C	<i>Eu acho que não, a pedagogia já fornece a base. O resto depois a gente busca conforme o trabalho que desenvolve.</i>
D	<i>Não, acredito que não precisa.</i>
E	<i>Ah sim, pra mim sim. Por mais que a teoria seja uma coisa que as vezes, nós mesmos comentamos “mas tem tanta teoria e prática nada”. Eu acredito sim que deveria ter mais prática, eu sou a favor da prática desde o primeiro ano. Mas os teóricos, você lembrando das coisas que você estuda, te ajuda, te auxilia a resolver certas situações, a você compreender mais o aluno, principalmente na questão da violência, é... da criança tá muito quietinha, da criança tá muito agitada, então as vezes você lembra de certos teóricos que falam que várias situações interferem no comportamento da criança.</i>
F	<i>Não, eu acho que específico não. Eu acho que a gente tem que buscar, a partir da hora que você está trabalhando aqui ou em outro lugar, buscar o conhecimento pra aquela área. Mais ai a hora que você vai, que começa a trabalhar, você começa a se inteirar daquilo ali e buscar se aperfeiçoar ali no conhecimento, na formação.</i>
G	<i>Sim, com certeza. É isso que nos torna profissionais mais competentes e atuantes.</i>

H	<i>Sim, claro que precisa. Uma formação específica ia melhorar muito o meu trabalho.</i>
---	--

Podemos verificar que 62,5% dos sujeitos julgam não ser necessário que o pedagogo tenha uma formação específica. Contudo, as entrevistadas que julgam ser importante, afirmam que uma formação específica iria aprimorar ainda mais o trabalho que desenvolvem, fornecendo conhecimentos científicos estritamente sobre educação não formal.

Gohn (2006) menciona que a falta de formação específica que defina o papel do educador social, que defina as atividades pedagógicas e as metodologias a ser utilizadas, dificulta a ação do profissional que atua nesses espaços, até mesmo no sentido de este compreender que tipo de educação se visa trabalhar ali.

A oferta de formação específica, que complemente a graduação em pedagogia, uma formação continuada que forneça os conhecimentos direcionados para esta área. De acordo com Gohn (2006) uma das metas da educação não formal é a formação política e sociocultural do indivíduo, contudo, isso só é possível a partir do momento que o mediador desta aprendizagem também tenha essa percepção de mundo, essa formação política.

Com as novas formas de organização do trabalho, os espaços e níveis de atuação deste profissional se ampliaram e as discussões e reflexões sobre isso também precisam se ampliar, bem como a oferta de formação que dê um respaldo científico para a prática. Libâneo diz que:

Considerando-se a variedade de níveis e atuação profissional do pedagogo, há que se convir que os problemas, os modos de atuação e os requisitos de exercício profissional nesses níveis não são necessariamente da mesma natureza, ainda que todos sejam modalidades de prática pedagógica. De fato, os focos de atuação e as realidades com que lidam, embora se unifiquem em torno das questões de ensino, é necessária a formação de profissionais não diretamente docentes. Ou seja, os níveis distintos de prática pedagógica requerem uma variedade de agentes pedagógicos e requisitos específicos de exercício profissional que um sistema de formação de educadores não pode ignorar. (LIBÂNEO, 2002, p. 53)

Neste sentido, é preciso pensar uma formação que permeio isto, pois os espaços de atuação do pedagogo não se limita apenas à sala de aula num ambiente formal e, como tal, necessita de subsídios teóricos e metodológicos para desenvolver sua atuação.

Quadro 18 – Pergunta: Para você, qual a relevância de trabalhar na Educação Não Formal?

Entrevistados	Resposta:
A	<p><i>Eu vou colocar em prática o que eu aprendi na faculdade, vou exercer minha profissão com amor. Vou colocar em prática o que eu aprendi com os poucos anos que eu tenho de sala de aula. E vou me aperfeiçoar cada vez mais. Vou aprender ensinar, vou aprender com eles também. Nesse tipo de trabalho tenho a chance de colocar em prática tudo aquilo que sempre acreditei. É possível transmitir conhecimento, mas também valores. Ensinar essas crianças que a mudança que o mundo necessita depende somente do nosso posicionamento na sociedade e isso só acontece através da nossa consciência política.</i></p>
B	<p><i>A questão de ajudar mesmo as crianças a se transformarem, a parte social, eles acabam aprendendo e modificando a vida deles.</i></p>
C	<p><i>Crescimento meu mesmo.</i></p>
D	<p><i>Eu acredito que trabalhando na instituição você passa a observar mais as crianças, a realidade da criança. Se, por exemplo, um dia eu passar para a educação formal, eu vou passar além do ensinar, o cuidar, o educar a criança também. Que é o que a gente aprende na educação não formal.</i></p>
E	<p><i>Eu acho que é importante a gente conhecer o social, é... desenvolver um bom trabalho com essas crianças, vê que educar e ensinar não é apenas ensinar o alfabeto, ensinar a ler e escrever, a gente pode ir muito além disso, trabalhar o social, trabalhar o político, mostrar para as crianças o valor que elas tem como cidadão, as funções, é os deveres. É muito importante.</i></p>
F	<p><i>O importante aqui é que me faz vê assim que independente se antes eu tinha uma visão diferente, não sabia nem o que era a educação não formal, porque muitas vezes a gente tá na escola e não tem noção do que é, como funciona uma ONG, uma educação não formal. Então, a partir da hora que a gente vem pra cá e vê, trabalhar o social da criança, preparar a criança pra ser um ser, que convive em sociedade, que sabe conviver, é diferente de você trabalhar lá na escola com o conhecimento teórico dele.</i></p>

G	<i>Estar junto com as crianças e ver o resultado dos nossos projetos nas falas delas é impar. Depois no futuro encontrar essas pessoas transformadas em adultos de bem, que seguiram por um bom caminho, é o que torna este trabalho fundamental.</i>
H	<i>Para mim é um trabalho social gratificante, pois estamos tirando crianças das ruas e tornando pessoas de bem.</i>

Para as entrevistadas, o que se mostra relevante na atuação profissional desenvolvida nos espaços de educação não formal é a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos científicos, aliados a transmissão de valores, de afeto, visando a transformação social dos indivíduos, tornando-os cidadãos de bem, desenvolvendo a consciência política. Também apontaram que para elas, este trabalho favorece o crescimento pessoal e o desenvolvimento da experiência profissional.

A educação não formal é mostra-se como uma ação educativa fundamental para a formação para a cidadania, para o exercício da civilidade no convívio com o outro e na utilização de padrões éticos, para o reconhecimento e a aceitação da diversidade cultural e suas diferenças, para a prática da não violência em todas as esferas da vida etc. (GOHN, 2010)

A educação não formal atua diretamente na formação do sujeito de direito. Desse modo, nosso entendimento sobre a educação não formal perpassa pela consciência de que ela se desenvolve através das necessidades sociais a que ela se aplica, através principalmente dos movimentos sociais. Para Gohn (2011, p. 58),

[...] não se trata apenas de um processo de aprendizagem individual que resulta num processo de politização de seus participantes. Esta é uma das faces mais visíveis. Trata-se do desenvolvimento da consciência individual. Entretanto, o resultado mais importante é dado no plano coletivo.

E isso é um fator fundamental na aprendizagem de direitos e do entendimento do papel social que cada indivíduo exerce nos mais variados ambientes.

Em relação à segunda temática “perfil profissional e fatores que dificultam” podemos averiguar que não existe um perfil, pois os conhecimentos que são utilizados na educação formal são essenciais também nas práticas não formais. Desta forma, os sujeitos também acreditam que não há necessidade de formação específica para esta área.

Para as pedagogas, o que leva os profissionais à buscar esta área de atuação é a oportunidade de desenvolver novas práticas pedagógicas, favorecer o desenvolvimento social, a cidadania crítica, o protagonismo dos indivíduos. Mas esses espaços também podem ser encarados como um refúgio para aqueles desejam fugir dos problemas que enfrentam nas escolas.

Contudo, estes mesmos problemas também estão presentes esses espaços, pois, para as pedagogas, a falta de espaço, de recursos financeiros e de apoio técnico, científico é um complicador. Bem como a ausência dos pais no acompanhamento do desenvolvimento dos filhos e os problemas sociais (violência).

Tema 3 – Formação Continuada no contexto da Educação Não Formal

Quadro 19 – Pergunta: No município existe formação continuada destinada para esta área de atuação?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Não.</i>
B	<i>Não.</i>
C	<i>Não, que eu saiba não, tá tendo curso de Libras.</i>
D	<i>Não. Que eu conheça não.</i>
E	<i>Então, de ONGs eu não sei se o município oferece algum tipo de curso. Que ele oferece cursos pra formação de professores de uma maneira geral, ai sim.</i>
F	<i>Não, destinada à essas especificamente não. Tem pra todos, no geral.</i>
G	<i>Que eu conheço não.</i>
H	<i>Não. Sempre recebemos convites para participar de outros tipos de cursos. Mas desse tipo aqui não. Na cidade não tem capacitação para trabalhar em ONG.</i>

Podemos constatar, a partir dos relatos das entrevistadas, que no município não existe oferta de cursos de formação continuada destinada para a área de educação não formal.

De um lado podemos compreender que não existe interesse do município em oferecer, visto que não é o foco. Por outro lado, existe demanda, e isto tem que ser levado em consideração.

Quadro 20 – Pergunta: A instituição oferece cursos de formação continuada para melhorar sua atuação? Ou fornece incentivo para sua participação em cursos?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Sim.</i>
B	<i>Sim.</i>
C	<i>Sim, muito.</i>
D	<i>Sim. As nossas capacitações.</i>
E	<i>Oferece os incentivos e as capacitações todos os meses.</i>
F	<i>Sim, fornece. A instituição fornece capacitação, apoio psicológico. É o apoio pedagógico também, é bem presente, bem mais que nas escolas. Porque nas escolas a gente não tem esse apoio assim na mão. Porque aqui a gente tem à mão o psicólogo, assistente social, o coordenador tá na mão. Na escola tá longe, distante, resolvendo mil e um problemas da escola, porque falta muito. O coordenador da escola, o coordenador pedagógico infelizmente, ele não se volta pra atender as necessidades do aluno e do professor na sala, ele tem que atender tudo na escola e isso dificulta muito, atrapalha.</i>
G	<i>Sim. A instituição fornece capacitações para nós educadores.</i>
H	<i>Sim. A gente participa de formação continuada oferecida pela própria instituição. É um incentivo para o nosso trabalho. Uma vez por mês nos reunimos para capacitar.</i>

Também é unânime entre as pedagogas (100%) o fato de que as ONGs se preocupam em fornecer formação continuada para os profissionais que nelas atuam. A Pedagoga “F” ainda destaca que, diferentemente da escola, na qual o coordenador tem inúmeras atividades, diversos professores para acompanhar, na ONG este profissional está mais próximo, pois o número de professores para realizar o acompanhamento pedagógico é menor (na LBV são 6 pedagogas e na OSJC são 7 pedagogas).

Na análise de documentos realizado na ONG LBV a mesma coloca que os cursos de formação continuada devem abordar temáticas que vão auxiliar o educador a aprimorar sua prática, compreendendo melhor o universo onde está inserido. (LBV, 2014)

Verificamos que, na ONG LBV neste ano já foram oferecidos os seguintes cursos de formação continuada:

- Pedagogia do Afeto e Pedagogia do Cidadão Ecumênico – este curso é oferecido todo início de ano para que os profissionais compreendam e atuem conforme a proposta pedagógica da ONG.
- MAPREI – este curso é oferecido no início do ano para que os profissionais compreendam a ferramenta metodológica adotada pela ONG, que também é uma proposta própria. Os projetos e planejamentos também são abordados nesse curso, pois todos devem se utilizar dessa estratégia.
- Mediação de Conflito – Este curso acontece mensalmente nas paradas pedagógicas da ONG. Neste curso são discutidos os problemas que surgem na rotina, as situações de conflito apresentadas pelas crianças, em seguida as técnicas (assistente social, psicóloga e pedagoga) debatem estratégias a ser adotada com as crianças a partir de conhecimentos teóricos que abordados nos encontros.
- Medicalização da Infância – neste curso a psicóloga abordou com as educadoras os distúrbios de aprendizagem, refletindo também sobre as dificuldades de aprendizagem que também são estereotipadas e medicadas. Também analisaram quais fatores levam a criança a desenvolver um distúrbio, transtorno ou dificuldade de aprendizagem.
- Violência – este estudo se iniciou como um complemento ao trabalho de mediação de conflitos. Neste curso os educadores debateram as formas de violência que existem, relacionando-as com o que é vivenciado dentro da instituição e fora (família, escola e demais lugares de convivência).

As informações acima foram colhidas do portfólio das educadoras. Os dados mostram que a formação oferecida pela ONG visa atender as suas demandas. Nenhum dos cursos é direcionado para que os educadores compreendam o campo da educação não formal de forma universal, os conhecimentos necessários para a área. A instituição apenas fornece uma formação continuada para atender as suas necessidades, no intuito de moldar (como nas palavras da Gestora) os profissionais.

Na ONG OSJC colhemos as informações dos cursos de formação que foram desenvolvidos no ano de 2013, visto que, segundo a gestora da instituição, neste ano de 2014, por questões financeiras, a instituição não tem conseguido promover cursos de formação para os seus pedagogos. Os cursos desenvolvidos em 2013 foram:

- O papel do educador social – neste curso os educadores analisam qual é o papel desempenhado pelo pedagogo na ONG.
- Professor reflexivo – aborda o papel que a reflexão e a crítica representam na atuação do pedagogo.
- Globalização, neoliberalismo e educação – neste curso discutiu-se o papel que a educação representa na era atual, refletindo de que forma a instituição e seus educadores podem atuar melhor.
- Valores e atitudes – neste curso refletiu-se a importância da pluralidade, de se considerar o processo formativo de cada um, a cultura.
- Publicidade e consumo – o curso abordou o assédio midiático que as pessoas sofrem diariamente, principalmente as propagandas direcionadas para o público infantil.
- Aprendizagem significativa – neste curso os pedagogos trabalharam estratégias para melhorar sua prática, priorizando pelo lúdico e a criatividade.
- Teoria das inteligências múltiplas, lúdico e criatividade – neste curso foi abordado sobre as estratégias pedagógicas utilizadas, levando em consideração o desenvolvimento cognitivo de cada criança.

Em relação as capacitações oferecidas pela OSJC, os dados mostram que as temáticas abordadas visam contemplar mais as demandas da educação não formal, ou seja, “ [...] sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais.” (GOHN, 2006) Neste sentido, a formação continuada deve proporcionar ao pedagogo reflexões críticas sobre o contexto social, político e cultural em que está inserido.

Quadro 21 – Pergunta: Você busca formação continuada por iniciativa própria? Em caso de resposta afirmativa, os cursos que busca fazer são direcionados para o trabalho que desenvolve?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Sim. Como comecei agora nessa área então nunca fiz nenhum curso</i>

	<i>para trabalhar aqui.</i>
B	<i>Sim. Tento fazer todo tipo de curso, porque nunca se sabe onde vai estar trabalhando.</i>
C	<i>Não.</i>
D	<i>Sim. Procuo fazer mais os virtuais. Vou tentando encontrar algum curso que me ajuda a trabalhar melhor com projetos lúdicos.</i>
E	<i>Para ser sincera? Não, nem sempre. Por conta da correria, nem sempre. Quando você vê que precisa mesmo, aí que você vai.</i>
F	<i>Sim, faço vários cursos pela internet. Busco ler tudo assim que aparece. Assim vejo o que encaixa melhor no trabalho que faço aqui.</i>
G	<i>Sim, em livros sobre projetos, converso com outras pessoas que possam me orientar a respeito e também procuro estar inovando meus projetos.</i>
H	<i>Claro. Sempre aceito participar dos cursos que sou convidada. É necessário né. Mas nem sempre a gente consegue achar cursos para essa área.</i>

A maioria das entrevistadas (75%) demonstraram preocupação em buscar por formação continuada, em aperfeiçoar constantemente sua prática. Contudo, quanto aos cursos voltados para a área da educação não formal, verifica-se a dificuldade em encontrar cursos que venham somar com o trabalho que desenvolvem.

Neste sentido, acredita-se que a falta de conhecimento sobre o conceito e a função dos espaços não formais, limita a prática do pedagogo a desenvolver atividades que favoreçam a aprendizagem dos indivíduos. E, a partir desta perspectiva, torna-se essencial a oferta de cursos de formação continuada que forneçam aos pedagogos os conhecimentos necessários para subsidiar sua prática.

Quadro 22 – Pergunta: Como os cursos de formação continuada contribuem para a sua atuação na Educação Não Formal?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Aumentam o meu crescimento cultural, me auxiliando assim a poder aumentar o conhecimento cultural das crianças. As vezes tem áreas</i>

	<i>que eu não conheço, tem coisas que eu não conheço e o curso de formação continuada vai me auxiliar, vai me ensinar a conhecer para que depois eu possa ensinar.</i>
B	<i>Sempre é um conhecimento a mais né, pois você está sempre aprendendo alguma coisa nova que vai ajudar na prática.</i>
C	<i>A trabalhar no dia a dia com as crianças né, aprende a lidar com cada situação, a gente vai aprimorando cada dia mais.</i>
D	<i>Me proporcionam mais aprendizado.</i>
E	<i>Então, curso de formação continuada fora da LBV ainda não fiz porque formei o ano passado. Mas as capacitações da instituição me ajudam muito. Porque é nas capacitações que alguns educadores mostram situações que surgiu, mostram como eles lidaram, como mediar, como fazer intervenção, então as vezes no meio daquilo você aprende a lidar com certas situações. Você vivencia com eles situações que até aconteceu com você agiu de uma forma e que depois descobre que poderia ter agido de outra. A capacitação ajuda muito.</i>
F	<i>Contribui assim em tudo, porque a gente tá fazendo a formação, por mais que a gente “bate o pé e fala que tá sabendo, que eu já sei, que é assim”, cada coisa que a gente aprende, escuta novo, uma coisa diferente já auxilia, já muda a atitude, muda o jeito de pensar, de ver uma situação. Eu acredito que esses cursos são muito bom.</i>
G	<i>Nos tira dúvidas, nos orienta para uma melhor visão quanto aos projetos e nos esclarece como temos que conviver com as crianças, tornando o nosso trabalho melhor. Além de valorizar o trabalho que a gente desenvolve aqui.</i>
H	<i>É gratificante, pois eles fornecem subsídios para o nosso trabalho pedagógico. Me ajuda a trabalhar melhor, a aprender mais. A gente aprende as diferenças entre ser professor numa escola e ser educador numa ONG.</i>

Para as entrevistadas, participar de cursos de formação continuada na área de educação não formal, além de favorecer o aprimoramento científico, fornecendo maior bagagem

cultural e subsídios para a prática pedagógica, também contribuirá para a consolidação do campo.

Gohn (2006) elucida que a formação dos educadores deve ser no sentido de que estes consigam preparar os indivíduos como cidadãos, favorecendo a civilidade, estimulando atitudes de oposição à barbárie, ao egoísmo, promovendo ações comunitárias que favoreçam o engajamento social, entre outras coisas.

Desta forma, torna-se fundamental a existência de cursos de formação continuada no contexto da educação não formal, a fim de aperfeiçoar a prática pedagógica desenvolvida pelos pedagogos nesses espaços.

Quadro 23 – Pergunta: Para você, quais conhecimentos são necessários para desenvolver o trabalho pedagógico na Educação Não Formal?

Entrevistados	Resposta:
A	<i>Respeito humano, o carinho, saber como lidar com situações de conflito por exemplo, como lidar com pessoas de uma cultura mais baixa, uma renda mais baixa. Mais acima de tudo, em primeiro lugar, a vontade de aprender a lidar com as situações do dia a dia, para poder compreender.</i>
B	<i>Bom, tem que ter um conhecimento científico, mas também tem que ter conhecimento de vida. No caso as capacitações ajudam bastante.</i>
C	<i>Pra mim é o contexto né, o conhecimento geral da educação, conhecimento das leis, conhecimento do Estatuto das Crianças, conhecimento normal, que abrange, que fale sobre criança.</i>
D	<i>Capacitações de como lidar com a criança, aprender mais sobre a realidade da criança, de suas famílias. Também tem que ter didática, saber como dar aulas.</i>
E	<i>Bom, todos os conhecimentos são necessários, tanto educação não formal, quanto educação formal. Conhecimento nunca é demais. É preciso ter conhecimento científico, mas também é preciso saber aplica-lo, independente do lugar.</i>
F	<i>Acho que todos os conhecimentos. O professor, o pedagogo, na educação formal ou não, acho que ele não pode parar de buscar</i>

	<i>conhecimento e saber tudo. Não é porque as vezes eu não to ensinando aqui matemática, língua portuguesa, que eu não tenho que saber falar, escrever, porque dúvida, uma palavra, uma conversa sempre tem, sempre vai aparecer, eles vão perguntar e a gente tem que estar preparado pra responder, pra ajudar, pra transmitir esse conhecimento né pra eles.</i>
G	<i>Acredito que sejam os cursos de capacitação, pós-graduação, tudo que esteja direcionado para o nosso aperfeiçoamento profissional e que vá melhorar nossa atuação.</i>
H	<i>Os conhecimentos da graduação, a formação continuada, estudo e reflexão, experiência e prática pedagógica.</i>

As pedagogas apresentaram dificuldades em dizer quais conhecimentos são necessários. De forma geral, concordam que além de conhecimento técnico é preciso ter didática para desenvolver um bom trabalho pedagógico no campo da educação não formal. Apontam também que o fator humano é fundamental neste processo, ou seja, é preciso saber lidar com situações de conflito, ter empatia, respeito e levar em consideração o contexto social, o que ocasiona a marginalização ou situação de violência que as crianças vivenciam.

Em relação a terceira e última temática “formação continuada no contexto da educação não formal” conclui-se que o município não fornece cursos destinados para esta área, entretanto, as próprias ONGs se encarregam de fornecer formação continuada para seus profissionais e a maioria das entrevistas afirmam buscar também por iniciativa própria.

Para as pedagogas, a importância de participar de cursos destinados para a área de educação não formal, além de fornecer mais subsídios para a prática, favorecer o aperfeiçoamento profissional e a consolidação do campo.

Por fim, para as entrevistas, todos os conhecimentos são considerados necessários para esta área, visto que os conhecimentos técnicos vão lhe fornecer a instrumentalização, mas os conhecimentos de vida, a humanização.

Quadro 24 – Pergunta: Deseja fazer algum comentário?

Entrevistados	Resposta:
----------------------	------------------

A	<i>Não.</i>
B	<i>Não.</i>
C	<i>Bom, eu quero dizer que eu sou muito grata trabalhando nessa ONG, na LBV, sou muito feliz trabalhando com as crianças, que a gente percebe a cada dia o crescimento delas, elas chegam aqui carentes de amor, de atenção e a gente consegue formar cada criança né, colocando no coraçãozinho delas os valores para um futuro cidadão e eu sou feliz trabalhando aqui.</i>
D	<i>Queria comentar sobre a faculdade, de ser capacitado lá e por em prática aqui. Eu tive aula de música e uso aqui com as crianças.</i>
E	<i>Não. Obrigado!</i>
F	<i>Quero me aperfeiçoar mais, buscar mais conhecimento, fazer um mestrado, para cada vez mais fazer um trabalho melhor e não apenas mais uma.</i>
G	<i>Gosto do que faço e me sinto realizada profissional e pessoalmente. E como disse, você ver o resultado de seu trabalho na fala das crianças é muito importante e acredito que estou plantando uma sementinha boa no futuro dessas crianças.</i>
H	<i>Não. Apenas agradeço a oportunidade em participar da pesquisa.</i>

Encerrando a análise de conteúdo das entrevistas com as pedagogas. Nos comentários realizados pelas pedagogas, ratificaram a satisfação que sentem pelo trabalho que realizam nessas ONGs. Agradecendo também a oportunidade em participar da pesquisa.

Resultado das entrevistas com as pedagogas

As entrevistas realizadas com os sujeitos tiveram seu alicerce na técnica de análise de conteúdo, por meio da análise temática, apresentada em três temas voltados para trajetória de formação e atuação do pedagogo no contexto da educação não formal.

As entrevistas realizadas sobre a primeira temática “trajetória de formação e atuação profissional” revelaram que as pedagogas à princípio buscaram esses espaços de atuação para adquirir mais experiência, mas acabaram se identificando e optando por continuar, devido a maior flexibilização existente quanto aos conteúdos que são trabalhados, quanto a maior

proximidade que acabam adquirindo com o seu público-alvo e, principalmente, pela influência que exercem na transformação social do indivíduo.

Também podemos verificar que a formação inicial forneceu sim subsídios, mas ainda é preciso discutir muito esta temática nas universidades, a fim de não só identificar e caracterizar este campo de atuação, mas também refletir sobre as aprendizagens que proporcionam e os impactos que causa em nossa sociedade.

Em relação a segunda temática, “Perfil profissional e fatores que dificultam”, foi possível constatar que não existe a delimitação de um perfil para atuar na educação não formal e, para as entrevistadas, nem existe necessidade, visto que os conhecimentos que são necessários para atuar na escola, também são fundamental para os espaços não formais. Neste sentido, a oferta de cursos de formação continuada com temáticas específicas para a atuação nos espaços não formais seria essencial, a fim de melhor subsidiar sua prática.

As dificuldades encontradas não são muito diferentes das que existem nos ambientes escolares, pois as crianças, em sua maioria, são as mesmas. Bem como as dificuldades referentes a espaço físico e materiais.

Apontaram para facilidades como a estreita comunicação que conseguem manter com a coordenação, a presença e atuação de assistentes sociais e psicólogas que auxiliam o educador a conciliar o conhecimento pedagógico, aliado ao conhecimento de mundo e da realidade social das crianças que são atendidas por estes programas, para que estes profissionais consigam fazer intervenções mais assertivas. Outro fator positivo para os pedagogos é o contato mais próximo com as crianças, a oportunidade de favorecer o desenvolvimento social e emocional delas.

Sobre o perfil profissional do pedagogo que atua nos espaços de educação não formal, os dados revelaram que ainda muita divergência se existe ou não um perfil para atuar nesses espaços. Em síntese, ficou claro que para as entrevistadas as características essenciais são: ter conhecimento didático; afeto e empatia para se relacionar bem com as crianças.

Os dados demonstraram também que para as ONGs não tem muita importância o educador ter formação em ensino superior, visto que para eles o conhecimento que é transmitido dentro de seus espaços são mais relevantes, pois o que importa é que este profissional se adeque a proposta pedagógica da instituição e construa sua prática a partir dos moldes por ela oferecidos. Por um lado isso demonstra a desvalorização da bagagem do profissional e, por outro, os perigos de não fornecer uma formação ampla, contextualizada, crítica, politizada. Daí a necessidade de que adotem referenciais teóricos e práticas educacionais que sejam críticas ao modelo neoliberal, para que este profissional consiga

realmente capacitar os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. (GOHN, 2006)

Podemos verificar que as pedagogas que atuam na ONG LBV possui uma definição muito clara das atividades que são de sua responsabilidade, bem como um direcionamento de suas ações, o que limita seu espaço de atuação. Não existe uma flexibilização de se repensar as oficinas que são propostas no programa que atuam, visto que são padronizadas e devem ser seguidas (desta forma, o pedagogo não ajuda a construir esse espaço, pois não é democrático). O educador possui espaço apenas para construir seu planejamento, desde que não fuja do que é característico de sua oficina. E esse “espaço” não significa autonomia. Desta forma, isso se apresenta como uma contradição, pois a ONG exige que em seu programa as oficinas desenvolvam nos indivíduos o senso crítico, a cidadania, o protagonismo. Entretanto, nas formações continuadas oferecidas pela ONG isso não é contemplado, seja por meio de estudos teóricos que permitam uma reflexão mais ampla, contextualizada e politizada dos problemas vivenciados e das estratégias educacionais mais adequadas.

Já na ONG OSJC existe a definição da função do pedagogo, mas não existe uma limitação aparente da sua atuação. Essa limitação vai aparecer na prática, pois a instituição é permeada pelas doutrinas da igreja Presbiteriana, e seus preceitos e valores são utilizados como base para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. E isso restringe o potencial crítico e autônomo do pedagogo, visto que o mesmo tem que se adequar a tais exigências.

Gohn (2006) elucida que, o que falta na educação não formal é: Formação específica a educadores a partir da definição de seu papel e atividades a realizar; Definição de funções e objetivos de educação não formal; Sistematização das metodologias utilizadas no trabalho cotidiano; Construção de instrumentos metodológicos de avaliação e análise do trabalho realizado; Construção de metodologias que possibilitem o acompanhamento do trabalho realizado; Construção de metodologias que possibilitem o acompanhamento do trabalho de egressos que participaram de programas de educação não formal; Criação de metodologias e indicadores para estudo e análise de trabalhos da educação não formal em campos não sistematizados. Aprendizado gerados pela vontade do receptor.

Nas ONGs participantes da pesquisa podemos verificar a partir dos dados que, a definição do papel do pedagogo como educador e as atividades que são de sua responsabilidade são claros. Contudo, quanto a construção de metodologias que possibilitem a reflexão científica sobre as práticas desenvolvidas na educação não formal, a fim de consolidar o campo de pesquisa, verificamos que precisa avançar, bem como a delimitação de temáticas voltadas para a formação sociopolítica deste profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, cada vez mais, vem se tornando uma ferramenta de adequação, participação e ascensão dos indivíduos na sociedade que está o tempo todo passando por profundas transformações.

A globalização, as constantes transformações vivenciadas na era da informação, bem como as crises econômicas, trouxeram o trato a questão social para o primeiro plano, visto as consequências geradas pelo processo de exclusão social. Neste sentido, a educação também tornou-se parâmetro para o crescimento ou redução das desigualdades sociais. (GOHN, 2011)

Neste cenário, as ONGs surgem como interlocutoras, por meio de seus projetos sociais que, podem ter características progressistas, de resistência, conservadores ou reacionários. Sua postura vai depender de sua trajetória histórica, política, ideológica e cultural. E isso vai determinar sua prática, tanto no sentido de compreensão e leitura de mundo, ou seja, de que forma essa “carga ideológica” vai influenciar e repercutir no trabalho que desenvolve, atuando de forma combativa, como as ONGs cidadãs de fundamentação popular, ou, apenas seguindo o receituário neoliberal, adequando as pessoas cada vez mais ao *status quo* vigente.

A partir das leituras realizadas, dos referenciais teóricos pesquisados, verificamos que a atuação prática desenvolvida por cada instituição (sendo ONG ou não) vai se desenhando a partir da concepção que tem sobre educação não formal e, isso é uma interpretação individual de cada tempo e lugar, pois também depende de sua história, do contexto em que está inserido, de seus interesses e vivências. Porém, há aquelas que não possuem consciência da postura assumida. Ou seja, percebemos que o conceito é criado e vai tomando forma a partir da experiência de cada um e isso também vai contribuindo para as reflexões sobre essa área de atuação, bem como a constituição de sua identidade.

Em relação à estrutura pedagógica, percebemos que a falta de propostas que abordem o que é educação não formal e de seu processo educativo, aliada a falta de reflexão profissional (e oferta de formação continuada) sobre a prática desenvolvida nesses espaços, condiciona os educadores a uma prática mecanizada, ou seja, não existem estudos que visam discutir a repercussão de seu trabalho, os efeitos que causam nos indivíduos, a fim de cumprir os objetivos que são propostos nos projetos sociais em que atuam, ou seja, desenvolver a cidadania, contribuir para a emancipação humana.

Apesar das limitações existentes (financeira, espaço físico, violência), os educadores acreditam no trabalho que desenvolvem e buscam ser sempre o “agente de transformação” nesses espaços. De acordo com Libâneo (2002), o pedagogo é sim um profissional que perpassa por todas as esferas, seja informal, formal ou não formal e tem a capacidade de

aplicar em seu trabalho todas as experiências adquiridas nesses ambientes, desde que se perceba como um agente de transformação, a partir de uma leitura crítica sobre a sociedade.

A pesquisa nos permitiu verificar que a inserção do pedagogo em ONGs a princípio se caracteriza como uma demanda de mercado, configurando-se também como um espaço preparatório para os profissionais recém-formados ou com pouca experiência. Mas também é apontado por estes profissionais como um espaço pedagógico flexível, que permite ao profissional desenvolver novas práticas pedagógicas e contar com o apoio técnico do coordenador pedagógico, do assistente social e do psicólogo na condução dos problemas sociais que emergem.

No quesito qualificação profissional, a pesquisa revelou que não existe interesse do município em oferecer formação continuada para esta área, visto que a atenção volta-se para a prática pedagógica que é desenvolvida em sala de aula, no ensino formal. E os cursos de formações desenvolvidos pelas ONGs não contemplam uma visão universalista, humanitária, crítica e política da nossa sociedade, bem como do campo de atuação em que estão inseridos. “Mas a qualificação não pode ser reduzida a um processo empírico-experimentalista.” (GOHN, 2008, p. 98) Ou seja, é preciso que, além de oferecer uma formação que permita uma visão crítica, que também haja espaço para o pedagogo possa refletir a prática pedagógica no cotidiano, a fim de sua atuação realmente torne-se transformadora.

Portanto, podemos concluir que ainda muito que se investigar neste campo de atuação que vem se consolidando em nosso país, visto que é um setor em construção e se constitui num espaço de mercado de trabalho para os profissionais.

REFERÊNCIAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. **Ação das ONGs no Brasil** – Perguntas e Respostas. 1998

Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em: 18 Novembro 2012.

_____. **Cartilha Terceiro Setor**. 2ª ed. São Paulo: OABSP, 2007.

AFONSO, A. J. **A crise da escola e educação não escolar**. In: *Jornal a Página da Educação*, ano 11, nº 10, março de 2002, p. 27. Disponível em: <http://www.a-pagina-da-educacao.pt/>
Acesso em: 28 de Agosto de 2013.

_____. **Sociologia da educação não escolar**: reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, J.; STOER, S. R. (Orgs). *A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento*. Porto: Afrontamento, 1989.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/planodiretor1995.pdf>

Acesso em: 02 de junho de 2013

BRESSER PEREIRA, L. C. **A reforma do Estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova*, São Paulo, n.45, p. 49-95, 1998.

CERONI, M. R. **O perfil do pedagogo para atuação em espaços não escolares**. Anais 1 Congresso Internacional Pedagogia Social – Março 2006. Disponível em: www.proceedings.acielo.br. Acesso em: 17 de Maio de 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COSTA, L. C. **O governo FHC e a Reforma do Estado Brasileiro**. *Pesquisa & Debate*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. ISSN 1806-9029 v. 11, n. 1(17) (2000)

Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11922/8632>

Acesso em: 17/01/14

DUARTE, J. L. N. **O enfrentamento da questão social na contemporaneidade**: a funcionalidade das ongs. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, MA, 2007
Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/c87b61e8701505617a24Janaina.pdf> Acesso em: 17/01/14

FERNANDES, R. C. **Privado porém Público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 3ª ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Vol. 14, nº 2, p. 3-11, abr-jun, 2000.

GARCIA, V. A. **A educação não formal como acontecimento**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Campinas SP, 2009. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000469595>> Acesso em: 07 de Setembro de 2013

GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

GOHN, M. G. M. **Educação Não Formal e Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Educação Não Formal e o Educador Social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ongs e redes solidárias. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Educação Não Formal na Pedagogia Social**. Ano 1 Congr. Inter. Pedagogia Social Mar. 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext Acesso em: 13 de Maio de 2014.

_____. **A educação não formal e a relação da escola-comunidade**. Eccos, São Paulo, Vol. 06, nº 2, p. 39-65, dez., 2004.

_____. **Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor**. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Os sem-terras, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. 572 p

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KONDER, L. **O que é dialética**. 28ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LAKATOS, E. M. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LBV. **Programa Criança Futuro no Presente**, 2013.

LBV. **Diretrizes Operacionais Técnicas**, 2014.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauros, 2002.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e a Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor"**. Revista Lutas Sociais: vol.08 jun, 2003.

Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf

Acesso em: 18 de Novembro de 2012.

NAVES, R. **Novas possibilidades para o exercício da cidadania**. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B. (orgs.). História da cidadania. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREZ, D. **A formação de professores para organizações não governamentais – ongs**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11841

Acesso em: 08 de Novembro de 2013.

PERIOTTO, S. **Manual da Pedagogia do Afeto e Pedagogia do Cidadão Ecumênico**. São Paulo: Editora Elevação, 2009.

PINTO, C. R. J. **As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, nº 3, 2006.

PRINCEPE, L. M. **Necessidades formativas de educadores que atuam em projetos de educação não formal**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em: <

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=201726> Acesso em: 03 de Setembro de 2013.

OSJC. **Plano de Ação**, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMSON, O. R. M. V.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (Orgs.). **Educação não formal: cenários de criação**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória, 2001.

TRILLA, J. **Educação Formal e Não Formal: pontos e contrapontos** (org). São Paulo: Summus, 1996.